

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação de Administração

Doutorado em Administração

Carlos Eduardo Batista Costa

**A MORTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NAS RELAÇÕES COM O ESTADO E O MERCADO**

Belo Horizonte

2019

Carlos Eduardo Batista Costa

**A MORTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NAS RELAÇÕES COM O ESTADO E O MERCADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C838m Costa, Carlos Eduardo Batista
A mortificação das organizações da sociedade civil nas relações com o estado e o mercado / Carlos Eduardo Batista Costa. Belo Horizonte, 2019. 163 f. : il.

Orientador: Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Administração

1. Organizações não-governamentais. 2. Sociedade civil. 3. Capitalismo. 4. Responsabilidade social da empresa. 5. Política pública. 6. Projetos Sociais. 7. Ideologia. 8. Hegemonia. I. Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 658.114.8

Carlos Eduardo Batista Costa

**A MORTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NAS RELAÇÕES COM O ESTADO E O MERCADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.

Prof. Dr. Armino dos Santos de Sousa Teodósio - PUC Minas (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Daniela Viegas - Centro Universitário UNA (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Edméia Maria Ribeiro de Mello - Centro Universitário UNA (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Júnia Fátima do Carmo Guerra - UEMG (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Maria da Consolação Gomes de Castro - PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 12 de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Luciene que foi minha principal testemunha e coparticipante dessa caminhada. As diversas formas de apoio, as escutas e as palavras de incentivo mantiveram-me firme durante toda a minha trajetória de vida. Eis-me aqui realizando um sonho que é nosso. Te amo muito mãe!

À memória afetiva de Pai Laércio, Mãe Marlene e Pai Levy, pena que o tempo nos separou tão cedo. A saudade é imensa! Estaremos sempre em sintonia, e em momentos de meditação compartilhando a sabedoria da vida.

Aos amig@s de alma. As caminhadas ao lado de vocês me fizeram sentir mais forte, alegre e amado. Compartilhamos tantas coisas na vida uns dos outros, trocas espontâneas de conhecimentos, risos, lágrimas, escutas, abraços acolhedores de uma amizade de vidas.

Aos meus familiares Genilda, Solange, Tiana, Adriana, Rosilene e Liliane pelo apoio que foi vital no início desse percurso. A querida colega Helena que também fez parte desse momento.

À CAPES, pela oportunidade de obter a bolsa Taxa de estudo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - Código de Financiamento 001.

Ser bolsista – pobre e gay - tem significativo valor em uma sociedade como a brasileira, diante de seus retratos de enorme desigualdade social e violência contra comunidade Lgbti. O doutorado também é um meio para legitimar lugares de fala que buscam romper silêncios instituídos, principalmente para quem um dia foi subalternizado. Aqui estou na condição de ser mais uma das vozes dissonantes que produzem ruídos, rachaduras em narrativas e acessos hegemônicos.

Agradeço parte da ciência que busca ser “transgressora” em tempos hegemônicos conservadores, capaz de desestabilizar a norma, dando oportunidade para outras possibilidades de existência e enfrentamento ao regime discursivo dominante, das armadilhas da modernidade (sólidas e líquidas) e suas racionalidades à mercê de um capitalismo opressor.

Aos professores do Programa de pós-graduação em Administração (PPGA/PUC Minas), que dedicam esforços para a qualidade do ensino e da pesquisa no nosso país. Ao coordenador Prof. Doutor Marcelo R. pelo que se disponibilizou com escuta e apoio humanizados junto aos bolsistas.

Ao meu querido Prof. Doutor Téo pelas suas “desorientações” críticas e politizadas que me ensinaram a ter coragem, a me “mover no mundo” com a sabedoria da interrogação reflexiva e inclusiva sobre fenômenos sociais. Téo, sou grato pelo seu apoio!

Aos colegas do NUPEGS pelos momentos de dádiva nas gratificantes tardes que passamos juntos, foram muitos diálogos enriquecedores e humanizados.

Aos alunxs pela parceria ao longo desses anos, na graduação e ou na pós-graduação, da Estácio de Sá, da UNESAV, do UNIBH, da UNA, e da Rede Doctum. Em especial a memória da querida amiga Ana Wolbert!

Esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida,
na qual o que importa é o andar e não o chegar.
Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado,
o que interessa é o movimento e as mudanças
que se dão ao longo do trajeto.
Guacira Lopes Louro

Então sonhei um sonho tão bom
sonhei assim:
na vida nós somos artistas de uma peça de teatro absurdo
escrita por um Deus absurdo.
Nós somos todos os participantes desse teatro:
na verdade nunca morreremos quando acontece a morte.
Só morremos como artistas. Isso seria a eternidade?
Clarice Lispector

Assim, toda a questão se reduz a isto:
Pode a mente humana dominar o que a mente humana criou?
Paul Valéry

Um dia me disseram quem eram os donos da situação.
Sem querer eles me deram as chaves que abrem esta prisão...
Um dia me disseram que os ventos às vezes erram a direção.
Quem ocupa o trono tem culpa, quem oculta o crime também.
Quem duvida da vida tem culpa, quem evita a dúvida também tem.
Sonhos que podemos ser, sonhos que poder ter.
[...]
É muito engraçado
que todos tenham os mesmos sonhos
e que o sonho nunca vire realidade.
É muito engraçado que estejam do mesmo lado
os que querem iluminar e os que querem iludir.
É muito engraçado que todo mundo tenha armas capazes
de tudo, de todo mundo acabar
No dia "D" na hora "H".
E é impossível repetir o que só acontece uma vez.
É impossível reprimir o que acontece toda vez.
Humberto Gessinger

RESUMO

Essa tese analisa o fenômeno da “mortificação” das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nas relações com o Estado e com o Mercado, em contextos de modernidade líquida e terceiro espírito do capitalismo/cité de projetos. Propõe-se uma análise crítico-interpretativista, entendendo a inserção das OSCs nas relações setoriais como algo dinâmico e, principalmente, “mortificador”. Os caminhos percorridos para análise perpassam pelo entendimento dos significados cambiantes da Sociedade Civil, a construção de sua emancipação social historicamente regulada; pela compreensão da modernidade, em sua condição sólida tendo como cerne a ascese, e na sua condição líquida o medo; pela elucidação das fases do capitalismo que justificam os modos de produção e regulação social da vida prática moderna; pela compreensão da análise crítica de discurso como campo temático e metodológico para o desvelamento de hegemonias e ideologias dominantes na sociedade; e pela análise das relações das OSCs com o Estado e o Mercado na provisão de políticas públicas e de projetos de responsabilidade social empresarial – em especial, o contexto brasileiro. Optou-se nesse estudo focar nas agendas da Transparência/CPI das ONGs, do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC (a partir da Lei 13.019/2014 - com redação da Lei 13.204/2015) e dos atuais paradigmas que envolvem a Responsabilidade Social Empresarial. Optou-se pela escolha da análise crítica do discurso do gênero do domínio midiático, com publicações da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG), do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) no que envolve as agendas citadas, quer seja pelo reconhecimento de suas posições de poder, quer seja pela habilidade de influenciar quais assuntos merecem ou não serem debatidos no campo. Os resultados demonstraram que essas agendas nada menos se configuram como barreiras às críticas do modelo vigente de dominação, pois estão envoltas de discursos que buscam legitimar sua existência e fazem com que grupos subordinados acreditem e trabalhem a favor de sua implementação. As relações setoriais das OSCs estão confinadas a dois tipos de fomentos, o econômico e o social; fazendo com que assumam papel secundário, comportando significações hierarquizadas. O fenômeno da “mortificação das OSCs nas relações setoriais” se torna fundamental para essa análise, pois possibilita pensar novas premissas, desestabilizar verdades, denunciar as desigualdades dos regimes de regulação existente.

Palavras-chave: Organização da Sociedade Civil. Modernidade Líquida. Cidade de Projetos. Políticas Públicas. Responsabilidade Social Empresarial.

ABSTRACT

This thesis analyzes the phenomenon of "mortification" of Civil Society Organizations in relations with the State and the Market, in contexts of net modernity and third spirit capitalism/projects. It proposes a critical-interpretative analysis, understanding the insertion of Civil Society Organizations in sectoral relations as something dynamic and, mainly, "mortifying". The paths covered for analysis include the understanding of the changing meanings of Civil Society, the construction of its historically regulated social emancipation; by the understanding of modernity, in its solid condition, having as its basis the asceticism, and in its liquid condition fear; by the elucidation of the phases of capitalism that justify the modes of production and social regulation of modern practical life; by the understanding of critical discourse analysis as the thematic and methodological field for the unveiling of dominant hegemonies and ideologies in society; and the analysis of Civil Society Organizations relations with the State and the Market in the provision of public policies and corporate social responsibility projects - in particular, the Brazilian context. The focus of this study was to focus on the NGO Transparency / CPI, the new Regulatory Framework for Civil Society Organizations - MROSC (from Law 13.019/2014 - with writing Law 13.204/2015) and the current paradigms that involve Corporate Social Responsibility. We chose the critical analysis of the discourse of the genre of the media domain, with publications by the Brazilian Association of Non-Governmental Organizations (ABONG), the Group of Foundations and Enterprises Institutes (GIFE) and the Ethos Institute of Business and Social Responsibility (ETHOS) in what concerns the agendas cited, either by the recognition of their positions of power, or by the ability to influence what subjects deserve or not be debated in the field. The results showed that these agendas are nothing less than barriers to criticism of the current model of domination, because they are surrounded by discourses that seek to legitimize their existence and cause subordinate groups to believe and work in favor of its implementation. Civil Society Organizations sectoral relations are confined to two types of development, economic and social; making them assume a secondary role, with hierarchical meanings. The phenomenon of "mortification of Civil Society Organizations in sectoral relations" becomes fundamental to this analysis, since it makes it possible to think new premises, to destabilize truths, to denounce the inequalities of existing regulation regimes.

Keywords: Civil Society Organization. Net Modernity. City of projects. Public policy. Corporate Social Responsibility.

RESUMEN

Esta tesis analiza el fenómeno de la mortificación de las Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC) en las relaciones con el Estado y con el Mercado, en contextos de modernidad neta y tecer espíritu del capitalismo/ciudad de proyectos. Se propone un análisis crítico-interpretativista, entendiendo la inserción de las OSC en las relaciones sectoriales como algo dinámico y, principalmente, "mortificador". Los caminos recorridos para análisis pasan por el entendimiento de los significados cambiantes de la Sociedad Civil, la construcción de su emancipación social históricamente regulada; por la comprensión de la modernidad, en su condición sólida teniendo como núcleo la ascesis, y en su condición neta el miedo; por la elucidación de las fases del capitalismo que justifican los modos de producción y regulación social de la vida práctica moderna; por la comprensión del análisis crítico de discurso como campo temático y metodológico para el desvelamiento de hegemonías e ideologías dominantes en la sociedad; y por el análisis de las relaciones de las OSC con el Estado y el Mercado en la provisión de políticas públicas y de proyectos de responsabilidad social empresarial - en especial, el contexto brasileño. Se optó en ese estudio enfocarse en las agendas de Transparencia / CPI de las ONG, del nuevo Marco Regulatorio de las Organizaciones de La Sociedad Civil - MROSC (a partir de la Ley 13.019/2014 - con escritura Ley 13.204/2015) y de los actuales paradigmas que envuelven la Responsabilidad Social Empresarial. Se optó por la elección del análisis crítico del discurso del género del dominio mediático, con publicaciones de la Asociación Brasileña de las Organizaciones No Gubernamentales (ABONG), del Grupo de Institutos Fundaciones y Empresas (GIFE) y del Instituto Ethos de Empresas y Responsabilidad Social (ETHOS) en lo que involucra las agendas citadas, ya sea por el reconocimiento de sus posiciones de poder, sea por la habilidad de influir en qué asuntos merecen o no ser debatidos en el campo. Los resultados demostraron que esas agendas nada menos se configuran como barreras a las críticas del modelo vigente de dominación, pues están envueltas de discursos que buscan legitimar su existencia y hacen con que grupos subordinados crean y trabajen a favor de su implementación. Las relaciones sectoriales de las OSC están confinadas a dos tipos de fomentos, lo económico y lo social; haciendo que asuman papel secundario, comportando significaciones jerarquizadas. El fenómeno de la "mortificación de las OSC en las relaciones sectoriales" se vuelve fundamental para ese análisis, pues posibilita pensar nuevas premisas, desestabilizar verdades, denunciar las desigualdades de los regímenes de regulación existente.

Palabras clave: Organización de la Sociedad Civil. Modernidad Líquida. Ciudad de Proyectos. Políticas públicas. Responsabilidad Social Empresarial.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Modelo “tradicional” sobre as Relações Setoriais	48
FIGURA 2- Modelo Teórico: A “mortificação” das OSCs brasileiras nas relações setoriais...	70
FIGURA 3- Quadro tridimensional da análise do discurso	80
FIGURA 4-Contexto discursivo na Agenda Transparência/CPI das ONGs	93
FIGURA 5- Regime jurídico para as “parcerias” entre Estado e OSCs	96
FIGURA 6- Contexto discursivo na Agenda do Novo MROSC	108
FIGURA 7-Atuação em rede das OSCs nos regimes de “parceria” com o Estado	109
FIGURA 8- Contexto discursivo na Agenda Responsabilidade Social Empresarial	122

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- Algumas percepções filosóficas sobre a Sociedade (Civil)	36
QUADRO 02- Historicidade da sociedade civil organizada no Brasil.....	44
QUADRO 03- Principais fases da Responsabilidade Social Empresarial	52
QUADRO 04-Períodos históricos e possíveis fases da modernidade	56
QUADRO 05- Comparação entre a subjetivação cristã e a subjetivação greco-romana	62
QUADRO 06- Fases e principais características do “espírito” do Capitalismo	64
QUADRO 07- Narrativas da condição humana na modernidade líquida	66
QUADRO 08- Discursos da ABONG sobre agenda Transparência/CPI ONGs.....	85
QUADRO 09- Discursos do GIFE sobre agenda Transparência/CPI ONGs	87
QUADRO 10- Discursos do ETHOS sobre agenda Transparência/CPI ONGs	91
QUADRO 11- Discursos da ABONG sobre agenda Novo MROSC	98
QUADRO 12- Discursos do GIFE sobre agenda Novo MROSC	101
QUADRO 13- Discursos do ETHOS sobre agenda Novo MROSC.....	103
QUADRO 14- Experiências do Conselho de Fomento e Colaboração / MROSC	106
QUADRO 15- Discursos da ABONG sobre agenda Responsabilidade Social Empresarial ..	112
QUADRO 16- Discursos do GIFE sobre a agenda Responsabilidade Social Empresarial ...	114
QUADRO 17- Discursos do ETHOS sobre a agenda Responsabilidade Social Empresarial.	117
QUADRO 18- Discursos Mapeamento das Publicações Brasileiras sobre Alianças e Parcerias entre OSCs e Empresas.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Publicações por agendas – ABONG, GIFE, ETHOS de 2005 a set. /2018 82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais
ACD - Análise Crítica do Discurso
AD – Análise Discurso
ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).
CGU - Controladoria Geral da União
CNPJ - Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas
CONFOCO - Conselho de Fomento e Colaboração
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
ETHOS - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
ESFL - Entidades sem fins lucrativos
GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GRI - *Global Reporting Initiative*
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
MPF – Ministério Público Federal
MROSC -Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NUPEGS - Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social
NOG - *Non-governmental organizations*
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGP - *Open Government Partnership*
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organização Não Governamental
OS – Organização Social.
OSCs -Organizações da Sociedade Civil
OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público
PPGA - Programa de Pós-Graduação em Administração
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PF - Polícia Federal
PUC – Pontifícia Universidade Católica

RF - Receita Federal

RSC - Responsabilidade social corporativa

RSE - Responsabilidade social empresarial

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UPM - Utilidade Pública Municipal

UPE - Utilidade Pública Estadual

UPF - Utilidade Pública Federal

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. NARRATIVAS DE UM PESQUISADOR: DE UMA HISTORIA DE VIDA A UM CORPUS DE PESQUISA	25
2.1 “Contar a própria história de vida”, um ato legítimo de pesquisa	25
2.2 Encontros plurais, enredos e <i>insight</i> de um sujeito pesquisador	28
3. SOCIEDADE CIVIL, CONCEITOS CAMBIANTES DE UMA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E HISTORICAMENTE REGULADA	36
3.1 Retóricas sobre a “modernização” do Estado, da Sociedade civil e do Mercado	36
3.2 Sociedade Civil Organizada no contexto brasileiro	42
3.2.1 <i>OSCs e as relações setoriais: agendas da política pública e da responsabilidade social empresarial</i>	49
4 MODELO TEORICO: A “MORTIFICAÇÃO” DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NAS RELAÇÕES COM O ESTADO E O MERCADO	56
4.1 Modernidade - sólida ou líquida: condições da vida social, econômica e política	56
4.2 A (re) significação das relações setoriais no contexto moderno-líquido e do “terceiro espírito” do capitalismo	67
5. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DAS RELAÇÕES DAS OSCs BRASILEIRAS COM ESTADO E COM O MERCADO	74
5.1 A escolha da análise: um jogo de desconstrução/reconstrução.....	74
5.2. Diga-me o discurso do teu corpus, que te direi qual é a tua dominação!.....	75
5.3 Seleção de agendas para análise.....	81
5.3.1 <i>Agenda I: Transparência/CPI das ONGs</i>	83
5.3.2 <i>Agenda II: Novo MROSC</i>	94
5.3.3 <i>Agenda III: Responsabilidade Social Empresarial</i>	111
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
APENDICE	133
REFERENCIAS	143

1. INTRODUÇÃO

Essa tese tem como objetivo analisar o fenômeno da “mortificação” das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nas relações com o Estado e com o Mercado, em contextos de modernidade líquida e terceiro espírito do capitalismo/cité de projetos. Propõe-se uma análise crítico-interpretativista, considerando-se urgente, emergente e valiosa para as pesquisas na área da Administração, em especial na Gestão Social e nos Estudos Organizacionais. Com isto, busca-se romper com a ortodoxia do paradigma que envolve a inserção das OSCs nas relações setoriais, entendendo esse processo como algo dinâmico e, principalmente, “mortificador”.

Os caminhos percorridos para análise perpassam *i)* pelo entendimento dos significados cambiantes da Sociedade Civil, a construção de sua emancipação social historicamente regulada; *ii)* pela compreensão da modernidade, em sua condição sólida tendo como cerne a ascese, e na sua condição líquida o “medo”; *iii)* pela elucidação das fases do capitalismo que justificam os modos de produção e regulação social da vida prática moderna (líquida); *iv)* pela compreensão da análise crítica de discurso como campo teórico e metodológico para o desvelamento de hegemonias e ideologias dominantes na sociedade; e *v)* pela análise das relações das OSCs com o Estado e o Mercado na provisão de políticas públicas e de projetos de responsabilidade social empresarial – em especial, o contexto brasileiro.

O conceito de organizações da sociedade civil é plurissemântico, com uma tradição teórica e política antiga, plural. Entretanto, não é intenção dessa pesquisa analisar a semântica da sociedade civil e ou adoção do conceito, mas, sim, o significado da utilização do termo de organização da sociedade civil ao observar um fenômeno social, incluindo o seu viés político. O ponto de partida é o entendimento teórico de sociedade civil, segundo Alves (2004 apud Cohen, Arato, 1992), como substrato organizado da esfera pública, tendo a compreensão da solidariedade como mecanismo de coordenação de suas ações. Retira-se o foco da classificação das organizações da sua forma jurídica para colocá-las na efetiva atuação dos agentes dentro do respectivo contexto social, definida com categorias sociológicas (Sobottka, 2002; Ferreira, 2009).

A perspectiva analítica de Arendt (1981) reforça a necessidade de refletir sobre as configurações da esfera pública a partir da dimensão sociopolítica. E analisar as relações setoriais implica conceber os relacionamentos não apenas como aporte de recursos, mas também das relações de poder socialmente construídas. Parte-se do princípio de que existe uma tensão a respeito da convivência de motivações e racionalidades nas relações setoriais no campo de políticas públicas e de responsabilidade social empresarial. E essa prerrogativa apresenta

elementos que ora se complementam e ora tensionam na própria modernidade - seja na sua condição sólida e líquida, metáforas adequadas para captar a natureza pretérita e presente fase.

O paradigma da modernidade é um projeto sociocultural muito amplo, com contradições e de potencialidades que, na sua matriz, aspira e privilegia um equilíbrio entre a regulação social e a emancipação social (Santos, 1990). A trajetória social deste paradigma não é linear, mas o que mais profundamente a caracteriza é o processo histórico da progressiva absorção ou colapso da emancipação na regulação e, portanto, da conversão perversa das energias emancipatórias em energias regulatórias, o que se deve à crescente promiscuidade entre projeto da modernidade e o desenvolvimento histórico do capitalismo particularmente evidente a partir de meados do século XIX (Santos, 1995).

No sistema capitalista há dois regimes de acumulação bem diferentes, a condição da “modernidade fordista” e do “pós-modernismo fordista”, e seus modos associados de regulação (incluindo a materialização de hábitos, motivações e estilos de representação culturais), podem conviver cada qual como um tipo distinto e relativamente coerente de formação social. A “estrutura de sentido” de toda sociedade seria sempre um momento sintético em algum lugar desses dois extremos (Harvey, 1992, p.333).

A modernidade sólida desaguava na crença de um Estado racional capaz de resolver problemas, sendo organizado, uma instância produtora de justiça, garantiria a qualidade de vida das pessoas, contra um capitalismo civilizado sob controle desse Estado. Um capitalismo associado a ideia de que o capital é capaz de reproduzir riqueza. Já na modernidade líquida o Estado é cada vez menor, pois se descobriu uma empresa ineficiente o que justifica sua liquidez. Em que a razão sistematiza a troca de um mundo que o sistema de valor não funcionava mais em um sistema de conhecimento que produziria segurança no mundo, por meio de discursos de eficácia via a materialidade das relações econômicas, sociais e políticas (Bauman, 1999a, 2001).

A consciência na modernidade líquida gera ceticismo quando esclarece que a racionalidade ganhou corpo social - como retratava Weber (1980), já que vem ocorrendo a despolitização da vida social, pois nem Estado e o mercado conseguem mais cumprir suas funções outrora pactuadas. Há uma necessidade de classificar racionalmente as relações, o que se materializa nas regulamentações impostas pelo próprio Estado e pelo mercado. Aquilo que não é classificável tende a ser colocado como ‘estranho’, ‘aquele que devo tomar cuidado’, ‘aquilo que não entendi e é melhor me afastar’, o que leva a uma questão que é raiz de inúmeros problemas sociais. Em processos de regulamentação de normas e condutas sociais não há uma abertura para entender esse estranho, as relações são enviesadas pautadas em fundamentos

unilaterais ('fundamentalismos' atuais que se apresentam como consequência da modernidade, e não seu oposto, visto o excessivo uso dessa racionalidade).

Define-se o “espírito” do capitalismo com a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo, que serve para sustentar o processo capitalista em seu dinamismo histórico, enquanto atende as formas historicamente específicas e variáveis do que é preciso (Boltanski & Chiapello, 2009, p.39). E o “terceiro espírito” do capitalismo é uma lógica de justificação e cada vez mais influente, que enfatiza a mobilidade, a disponibilidade e a variedade de contatos pessoais: a *Cité* Projetada ou Relacionada, como uma metafísica política. Uma força propulsora de um tipo ideal, o ser “excelente”, devendo ser adaptável e flexível (p.124). Este pode ser visto como uma ordem do discurso, ou seja, uma maneira como diversos gêneros, discursos e estilos tem a ser conectados em rede.

A gestão e execução de políticas sociais e projetos de reponsabilidade social empresarial passou por transformações e incorporou o discurso da construção de relações setoriais como um elemento central e essencial para sua efetivação, tendo as organizações da sociedade civil um lugar nessa dinâmica, e tem sido levada a repensar e reordenar seu papel na sociedade (Teodósio, Alves & Arruda, 2010). No entanto, o que se tem é que nas relações setoriais as OSCs não são definidas por si mesmas, mas em relação ao Estado e ao Mercado, confinando um papel de submissão que comporta significações hierarquizadas (Alves, 2002, 2004; Avritzer, 1994, 1996, 1997, 2000, 2002, 2007; Ballestrin, 2013; Keane, 2001; Nogueira, 2006, 2014; Santos, 1990, 1995; Teodósio, 2003, 2008, 2009). As organizações da sociedade civil têm sido postas em vários discursos que deturpam a própria realidade: um debate sobre direito e política social onde o sujeito é o Estado; um discurso de empreendedorismo social onde o sujeito é o Mercado.

Nesse contexto, as OSCs acostumaram a transformar, como mencionaria Bourdieu (1993) em *La misère du monde*, “necessidade em virtude”, e as escolhas dessas organizações nas relações setoriais tenderiam a ser apenas “aparentes”, constituindo-se, na verdade em uma “escolha pré-definida”, na qual estas são inclinadas a orientarem suas condutas a partir de alternativas previamente definidas pelos demais pares sociais (p.628). O que significa “certa prisão num horizonte que as estigmatiza, e que nem sempre compreendem, condenando-as à eterna repetição do seu ideal romântico” (p.631). Talvez essa disposição à instrumentalização, ao longo dos anos, tenha naturalizado essa autoimagem na esfera pública.

Observa-se um reencantamento da ascese das OSCs, que buscam uma dignidade social perdida, e agora supostamente reencontrada na “intensificação comunitária”, bem como pela elevação do indivíduo. Nesse sentido, percebe-se a incidência de uma ascese, se por um lado,

envolvida pela "posse" do sagrado e pela mística da absorção divina, por outro, uma nova ascese, contemplando uma forma inusitada a participação nos mecanismos da sociedade para a promoção humana (Cavalcante, 2014).

O fenômeno de “mortificação” das OSCs nas relações setoriais se torna fundamental para essa análise, pois se pauta no que é o cerne da noção de modernidade sólida, que é a ascese. Ascese entendida como uma forma, um momento, uma doutrina pela qual a pessoa ou uma organização passa por determinados processos, no qual procura purificar e demonstrar determinadas virtudes. E a modernidade líquida, que por sua vez, flui e arrasta indivíduos e organizações de um desafio para outro, constituindo ambientes de insegurança, de medo. A nova instantaneidade do tempo muda radicalmente a modalidade do convívio humano e organizacional – e mais precisamente o modo como cuidam de seus fazeres coletivos, ou antes o modo como transformam certas questões em questões coletivas (Bauman, 2007). Viver com medo é ser escravo, uma crítica de Bauman (2008), “ao invés da reforma social e coletiva, instituímos um espólio de competição individual apropriados ao retrocesso (p.15)”.

Logo, a pergunta-chave que norteia esta pesquisa é: Como tem ocorrido a “mortificação” as OSCs nas relações setoriais, em contextos de modernidade líquida e do terceiro espírito do capitalismo/cité de projetos? Logo, que tipo de OSCs estamos tratando atualmente no Brasil para a provisão de políticas públicas e responsabilidade social empresarial?

Entendida a Sociedade Civil como espaço da transformação social e dos movimentos vanguardistas, a tese sugere que a submissão das OSCs à regulamentação imposta nas relações com Estado e com o Mercado, muito influenciado pelas instituições do setor privado (GIFE e ETHOS, cujos discursos foram analisados no trabalho) e fruto de um movimento injustificável de criminalização das ONGs, na CPI respectiva, posição defendida pela ABONG, desencadeou um processo de mortificação das OSCs. Processo associado à experimentação do medo, decorrente do ambiente inseguro da modernidade líquida, e da justificação da ascese, em sua vertente cristã, que proporcionaria alguma ancoragem na modernidade sólida. As organizações da sociedade civil nas relações setoriais tendem a exercer uma função secundária, do que está à margem da ordem social vigente. Se efetivam relacionamentos seja com o Estado ou com o Mercado são submetidas a algum tipo de norma, regra, titulação. Torna-se urgente o deslocamento do pensamento hegemônico sobre as relações setoriais como algo natural e universal, pois não marca as diferenças nas relações de poder existentes. Deve-se descortinar a harmonia de status nas relações setoriais, estrategicamente colocadas como “entulhos” (normatização hegemônica) sobre o fenômeno, adotar um olhar interseccional, fugir de análises

simplistas para transparecer pautas centrais, e romper com essa pseudo universalidade de condições que exclui hierarquicamente.

No caso brasileiro, as OSCs têm construído suas relações setoriais pela via do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na provisão de políticas públicas, e pela via da Responsabilidade Social na execução de programas e projetos sociais de empresas. Estes processos tendem inexoravelmente a legitimar status e lugar às OSCs, impulsionando a sua mortificação, o que nos levou a analisar os discursos e regimes de justificação dessas agendas no Brasil.

Devido sólido histórico de estudos críticos sobre os campos discursivos e de regulação das OSCs nas relações setoriais no Brasil (como Cunill Grau, 1996, 1998; Bresser Pereira, 2002; Alves, 2002, 2004; Nogueira, 2003, 2004, 2007; Ferrarezi, 1997, 1998, 2000; Teodósio, 2008, 2009; Mendonça, 2017, dentre outros), desde uma primeira fase com a Reforma Administrativa do Estado à Lei das OSCIPs, optou-se nesse estudo focar em agendas como a Transparência/CPI das ONGs, o novo MROSC (a partir da Lei 13.019/14, tendo artigo com redação na Lei 13.204/2015) e os atuais paradigmas que envolvem a Responsabilidade Social Empresarial.

A gênese da mortificação na relação Estado e OSCs ocorre a partir da Reforma Administrativa do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, via as proposições da Comunidade Solidária, ganhando novas roupagens até os dias atuais. Foi a partir da agenda da CPI das ONGs que desencadeou e impulsionou toda a discussão e mobilização em prol do novo MROSC. Suscintamente, a partir de denúncias veiculadas na imprensa brasileira a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais, sobretudo aquelas que atuam com questões ambientais e indígenas na região amazônica foi criada a “CPI das ONGs”. O relatório gerado pela “CPI das ONGs” foi contundente ao concluir pela necessidade premente de se aperfeiçoar os mecanismos pelos quais se materializam a relação de parceria entre Poder Público e ONGs. Esse evento faz parte da natureza histórica, social e política das correlações de forças entre os principais atores sociais envolvidos, favoráveis ou não, a adoção de novas regulações das OSCs no Brasil, seja por meio de investimentos públicos e ou privados (Relatório CPI das ONGs, 2010).

A Lei 13.019/2014 (com redação na Lei 13.204/2015) trouxe a criação de um regime jurídico próprio para as “parcerias” entre Estado e OSCs. Ao instituir o Termo de Colaboração para a execução de políticas públicas e o Termo de Fomento para apoio a iniciativas das organizações – instrumentos próprios e adequados para tais relações, em substituição aos convênios – a lei reconhece essas duas dimensões legítimas de relacionamento entre as

organizações e o poder público. De um lado, um processo indutivo do Estado de atuação complementar com as redes privadas e, ao mesmo tempo, de fomento e fortalecimento às ações de interesse público desenvolvidas por OSCs (Mendonça, 2017; MROSC, 2015). O que é questionável é até que ponto os interesses (e forças) do poder público garantiriam a liberdade e autonomia das OSCs, e como seriam materializadas as práticas sociais que sustentam esses “regimes” de relacionamento.

A agenda da responsabilidade social empresarial no Brasil ganha destaque a partir dos anos 90. Nesse período assumem centralidade temas como o surgimento de uma nova racionalidade econômica, a responsabilidade social corporativa e as ações sociais empresariais globalizado (Ventura, 1999, 2003; Mifano, 2017). Tendo sua base predominantemente numa literatura sobre stakeholders e no discurso de lideranças empresarias como elemento automático de modernização das organizações da sociedade civil (Teodósio, 2008). O que convoca a reflexão das obrigações impostas OSCs a adaptarem seu processo de trabalho às novas exigências do mercado globalizado.

As OSCs brasileiras estão historicamente deparando com fenômenos típicos da trajetória política do país, como o clientelismo, paternalismo, personalismo e patrimonialismo. E esses modos de navegação social brasileiros trazem decisivos constrangimentos ao papel social das OSCs, muitas vezes encobrendo-se sob o manto discursivo ascético (da solidariedade e da vontade de ajudar), adquirindo novas roupagens, as vezes mais perversas do que as da sua gênese (Teodósio & Alves, 2006).

As OSCs são “parceiras” na implementação de políticas públicas, e pode atingir diferentes graus de aproximação, colaboração ou confronto com o Estado. Em décadas anteriores, a articulação entre “atores de Estado, movimentos sociais e corporações caracterizaram-se pela dominância de uma lógica de embate, conflito, controle recíproco e busca de responsabilização pelos problemas sociais” (Teodósio, 2008, p.16). Atualmente observa-se uma pluralidade de correlações de forças de poder entre esses atores sociais, visando a implementação de políticas públicas e projetos sociais, sustentando as relações setoriais – dentre hegemonias - no país.

As relações entre as OSCs e o Mercado possuem registro histórico de narrativas de filantropia e assistencialismo que guiavam os projetos sociais empresariais, mesmo entre aquelas que vêm se articulando nos últimos anos em associações e grupos voltados à discussão e difusão de práticas e estratégias, que se definem como avançadas e modernizadoras da ética empresarial e dos investimentos sociais de origem no capital privado. Entretanto, observa-se a tentativa de nova narrativa nas quais indivíduos e comunidades, que são alvo das intervenções

dos projetos, sejam concebidos como sujeitos ativos do processo, caminhando-se para a noção de parceria ou aliança entre empresas, comunidades e organizações da sociedade civil (Meirelles, 2005).

O setor privado empresarial, por sua força econômica e política, foi convocado a colocar seus ativos à disposição das articulações e ações para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Lévesque, 2001, 2007). Entende-se que ir além do financiamento de projetos e integrar essa perspectiva em suas próprias atividades deveria ser uma questão de cidadania corporativa, mas o que há é um posicionamento estratégico ao sucesso e futuro do próprio negócio (Faria & Sauerbon, 2008). A partir dessas racionalidades é importante estar atento que agendas de pesquisa precisam ser estabelecidas para proteger a sociedade das consequências das melhores e mais controversas práticas das grandes corporações. Esse argumento é ainda mais importante em países menos desenvolvidos, marcados pelo formalismo e dependência, “porque nesses contextos as grandes corporações detêm mais poder político e econômico do que nos contextos em que a literatura (tanto dominante, quanto crítica) é majoritariamente produzida” (Faria & Sauerbon, 2008, p. 28).

A análise crítica do discurso foi utilizada como um todo nesse estudo, tanto episteme como metodologia, partindo da lógica de que ela caracteriza um projeto político, e não se limita a uma instrumentalização técnica de investigação (Fairclough, 1992, 1995, 1996, 2001). Diante do imperativo de cientificidade, Foucault (2002) propõe uma insurreição “contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa” (p. 14). Nesse cenário, sua genealogia seria “uma espécie de empreendimento para desassujeitar os saberes históricos e torná-los livres”. Assim, no lugar de reivindicar um estatuto de cientificidade, o desejo é tornar esses saberes “capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal, científico” (p. 15).

No campo da produção científica em Administração há um crescente interesse nos últimos anos sobre o discurso nas organizações. A Análise Crítica do Discurso tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se de maneira transdisciplinar, entendendo que co-engajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos (Melo, 2012 apud Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2001).

Ao pensar em uma análise discursiva do corpus, sob a égide da ACD, buscou-se o princípio dialético de que os discursos são produzidos socialmente e de que as estruturas sociais

se constroem e se sustentam a partir de uma realidade discursiva (Fairclough, 2001). Foi feita a análise crítica do discurso sobre as OSCs, procurando dar maior atenção aos atores que dominam este campo discursivo, quer seja pelo reconhecimento de suas posições de poder, quer seja pela habilidade de influenciar quais assuntos merecem ou não serem debatidos no campo.

Para a construção do corpus da pesquisa optou-se pela escolha de um gênero do domínio midiático, por meio de publicações da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG), do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) no que envolve as relações setoriais das OSCs brasileiras com o Estado e o Mercado.

Os discursos (re)produzidos pela ABONG permitem compreender o universo de correspondentes da esfera pública vinculados ao MROSC, dentre as posições de poder (e conflitos) no discurso das relações entre as OSCs e o Estado. As relações com o Estado tende a se pautar na direção de uma política governamental, como uma mobilização como resultado da ação do governo; este descentraliza, repassa recurso financeiro público, define qual a democrática ou autoritária (Guerra, 2015).

Os discursos (re)produzidos pelo GIFE e o ETHOS permitem entender o universo das interações de atores na esfera privada e seus comprometimentos com causas sociais. Ao se caracterizarem como organizações da sociedade civil/empresas, que atuam na área da cidadania empresarial, incorporam critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca da qualidade e eficácia de suas ações (Gohn, 2000b). Observa-se que muitas vezes essas interações tendem a ser perpassadas por relações pessoais na sensibilização de indivíduos para um problema social em questão, com a ideia de que interesses não-altruístas e concepções extremamente pragmáticas, manipulativas e ou instrumentais guiariam os relacionamentos colaborativos para projetos de responsabilidade social empresarial (Teodósio, 2008).

Como complemento também houve a escolha de gênero do domínio acadêmico, a partir da análise dos relatórios de pesquisa de Mendonça (2017), da ICNL/USAID, sobre parcerias entre Estado e OSCs, a partir do Marco Regulatório das OSCs (Lei brasileira 13.019/2014); e da Aliança Capoava, com o mapeamento das publicações nacionais sobre alianças e parcerias entre OSCs e empresas brasileiras (Meirelles, 2005). Esse conjunto de gêneros discursivos constituem o capital temático das análises.

Em paralelo a análise do discurso, foi elaborada uma autoetnografia que retrata o encontro do autor dessa tese com seu corpus, perpassando por significativos registros de experiências pessoais e profissionais que teve sobre as relações das OSCs com o Estado e com o Mercado. Essa parte teve um duplo propósito, por um lado, de contribuir para a disseminação

de um aspecto inovador qualitativo da pesquisa, e por outro, da análise sobre dois elementos também de pulsão na vida do autor, a ascese e o medo moderno. Como elucida Foucault (2010), uma maneira de agir e de se conduzir que marca, ao mesmo tempo, uma pertença e se apresenta como uma tarefa. Um exercício que adentrou os desafios da confissão cristã e da produção do conhecimento científico moderno; e permitiu ao autor visualizar também a mortificação que ocorre nesse processo. E lição aprendida foi de que para pensar a partir de novas premissas é necessário desestabilizar verdades.

A tese está estruturada em várias seções. A primeira seção remete a introdução aqui apresentada. A segunda seção contempla a autoetnografia do “encontro do pesquisador com o corpus de pesquisa”. A terceira seção analisa conceitos historicamente e socialmente atribuídos a Sociedade civil, dentre os condicionamentos e as heranças de sua matriz europeia moderna. Adentrando o universo de retóricas sobre a “modernização” do Estado, do mercado e da própria sociedade civil organizada. Também são apresentadas as principais “gramáticas” e cultura política que povoaram (e ainda povoam) o imaginário social, político e econômico ao longo da história do Brasil, e suas interfaces com as organizações da sociedade civil. Nesse contexto, são elencados eventos que têm justificado as relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, com ênfase nos elementos de regulação e participação social. A quarta seção refere-se ao modelo teórico defendido nessa pesquisa. Oferece, sucintamente, possibilidades de interpretação da Modernidade associada às transformações sociais, econômicas políticas e culturais ao longo da história, dentre as suas principais características - sólida e líquida – na ordem capitalista. Também nessa seção são identificados alguns elementos que tendem a constituir o universo de relações setoriais, buscando compreender os possíveis “lugares” de representação e interfaces entre a Sociedade civil organizada, o Estado e o mercado. Com especial atenção à constituição do fenômeno da “mortificação” das OSCs nessas relações, impulsionado pela ascese do “terceiro espírito” do capitalismo e pelo medo da modernidade líquida. Na quinta seção aborda-se a ACD, seja enquanto episteme - compreendendo a variabilidade das práticas sociais em oposição ao modelo hegemônico de códigos discursivos predominantes, e também a sua aplicação enquanto método – na análise das publicações da ABONG, do GIFE e do ETHOS sobre as agendas brasileiras de Transparência/CPI das ONGs, do novo MROSC e da Responsabilidade social empresarial.

2. NARRATIVAS DE UM PESQUISADOR: DE UMA HISTORIA DE VIDA A UM CORPUS DE PESQUISA

Escrever é tantas vezes lembrar-se do que nunca existiu.
 Como conseguirei saber do que nem ao menos sei?
 Assim: como se me lembrasse.
 Com um esforço de “memória”, como se eu nunca tivesse nascido.
 Nunca nasci, nunca vivi:
 Mas eu me lembro, e a lembrança é em carne viva.
 Clarice Lispector

Essa parte tem um duplo propósito, por um lado, de contribuir para a disseminação de um aspecto qualitativo da pesquisa, e uma forma de escrita e apresentação de resultados, denominada autoetnografia na literatura especializada produzida no mundo anglo-saxão (Flaherty et al., 2002) e na América Latina (De Sousa, 2003). Autores que se pronunciam totalmente a favor de "outras formas de saber marginalizadas, suprimidas e desacreditadas pela ciência moderna" (De Sousa, 2003, p. 27).

É possível considerar a autoetnografia como uma dessas abordagens alternativas para a geração de conhecimento, cuja abordagem leva a algumas referências anteriores à etnografia mais tradicional de que, em primeira instância, deriva (Golden-Bidde, Locke, 1993; Ellis, 1996; Burawoy, 1998, 2001; Caria, 1999; Myers, 1999). Por outro lado, o propósito de oferecer um exemplo desse subgênero narrativo é também primordial e inovador.

Em um primeiro momento serão apresentados conceitos que fundamentam tal método, e em seguida eventos, historicamente e socialmente, da minha trajetória de vida ao “encontro” com o corpus de pesquisa.

2.1 “Contar a própria história de vida”, um ato legítimo de pesquisa

Vieira (2013) apresenta a discussão foucaultiana de que desde 1945 os intelectuais não atuam mais como o representante universal. Emergiu, nesse sentido, a figura do intelectual específico, que produz transformações em seu próprio domínio de atuação particular. Ele tem como intuito “reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os costumes, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades admitidas” (Foucault, 1980, p. 676).

Mercedes (2012) relembra que em meados dos anos oitenta uma profunda ruptura ocorre porque há uma forte erosão das regras tradicionais que regem os processos de pesquisa em Ciências Sociais.

A informação e escrita tornam-se mais reflexivos já que a "autoridade" do pesquisador para dar conta da "realidade" é questionada; uma transição atualmente conhecida como "a crise da representação". Destaca-se também as contribuições dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos no final dos anos 80, em que descreve a crise do paradigma científico vigente e aponta as principais características de um novo paradigma científico, emergente. Entre as principais características discutidas há i) o objeto do conhecimento científico como a continuação do sujeito por outros meios; e ii) o conhecimento sobre o objeto como autoconhecimento. Deve-se romper com uma visão exclusivamente contemplativa da análise e exclusivamente instrumental da tecnologia, ligando a verdade do conhecimento a um registro pragmático em que a análise se centra no como acontecer e não no acontecimento, promovendo assim um conhecimento transformado que ultrapassa o relativo fracasso da pesquisa-ação (Mercedes, 2012, p. 53).

Gibbs (2009) chama atenção de que a análise de narrativas e biografias acrescenta uma nova dimensão a pesquisa qualitativa, concentrando-se não apenas no que as pessoas disseram e em coisas e eventos que descreveram, mas na forma como o fizeram, por que o disseram e o que sentiram e vivenciaram.

[...] o texto autoetnográfico pretende abrir a perspectiva científica para além da racionalidade objetiva, integrando os aspectos negligenciados pela cultura científica ocidental na produção do conhecimento. Além disso, a autoetnografia busca alcançar dimensões maiores que a de um método científico, propondo, por meio do engajamento e reflexividade, que cada autor viva e escreva sobre a vida de forma honesta, complexa e apaixonada (Motta & Barros, 2015, p.1340).

Segundo Chatman (1978) e Todorov (1969) a narrativa compreende duas estruturas concomitantes: a história, que é a sucessão de eventos (ações e acontecimentos) combinada aos existentes (personagens, lugares, etc); e o discurso, que é a maneira pela qual o conteúdo é transmitido. Assim, a história é o que a narrativa mostra, enquanto o discurso corresponde como é mostrada.

O conceito de narrativa emerge no campo de estudos da linguística geral no próprio conceito do discurso, de onde se origina a própria narrativa. O termo discurso apresenta três conotações distintas (apud Dubois et al., 1995). Primeiro, o discurso é a linguagem posta em ação, ou seja, é a língua assumida pelo falante, sendo, portanto, sinônimo de fala. Segundo, o discurso é uma unidade igual ou superior a frase; é constituído por uma sequência que forma uma mensagem com começo, meio e fim, sendo, portanto, sinônimo de enunciado. Terceiro, de acordo com a linguística moderna, o termo discurso diz respeito a qualquer enunciado – ou seja, “toda combinação de elementos linguísticos provida de sentido (Fiorin, 1991, p.80).

Burawoy (2001) menciona que foi na década de 90 que novas formas foram propostas, fazer pesquisa qualitativa e produzir resultados escritos foram considerados experimentais, e os aspectos literários e retóricos receberam uma importância ainda maior, de tal forma que se fala de uma virada narrativa. Uma maneira de olhar para a autoetnografia é colocá-la na perspectiva epistemológica que sustenta que uma vida individual pode explicar os contextos em que essa pessoa vive, assim como os seus períodos históricos, e dar respostas mais robustas ao que se é

pesquisado (apud Ellis & Bochner, 1996; Richardson, 2003; Gaitan, 2000).

O que corrobora com o pensamento foucaultiano em que os processos de subjetivação nada têm a ver com a vida privada, mas designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes. E nesse contexto narrativo, haverá um esforço de análise sobre dois impulsos que não percebia em minha vida, a confissão e o medo moderno. Nessa autoetnografia, serão apresentados contextos de ação e interação social que vivi, aproximando do pensamento de Foucault (2010), como uma maneira de agir e de se conduzir que marca, ao mesmo tempo, uma pertença e se apresenta como uma tarefa.

Foi no decurso de encontros plurais da vida que pude analisar, nas proximidades dos saberes adquiridos, vários fenômenos com respostas (dominantes) dentro de ‘caixas fechadas’, estruturas que apenas me possibilitavam mera reprodução do que era estabelecido. Com o tempo fui buscando me pautar numa perspectiva dialética, em que a antítese e a síntese se apresentam como um desejo maior de alcance, materializando “projetos” tanto da vida pessoal quanto profissional. Tendendo a encarar sombras, romper paradigmas, desconstruir autoconceitos, e não me limitar a apresentação de um fenômeno “como é”, nesse estágio atual de vida quis dedicar esforços em desvelar do “como estar”.

No primeiro semestre de 2017 fiz a disciplina “Métodos narrativos” na Pós-graduação lato sensu de Psicologia, da PUC Minas. E nos diálogos e atividades da disciplina pude identificar constructos como ‘modernidade líquida’, ‘ascetismo cristão e ou filosófico’, “análise crítica do discurso”, “terceiro espírito do capitalismo/cité de projetos” - elementos de pauta dessa tese - se fizeram presentes em vários eventos da minha vida, o que me impulsionou a elaborar essa autoetnografia.

Na tentativa de esclarecer melhor o que proponho fazer, resgato de maneira sucinta a análise de Bernam (1986) sobre a vida de Jean-Jacques Rousseau. Para o autor, se existia uma voz moderna, arquetípica, na primeira fase da modernidade, antes das revoluções francesas e americana, essa era a voz de Rousseau.

Rousseau foi o primeiro a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX usaram; a ele foi a matriz de algumas das mais vitais tradições modernas, do devaneio nostálgico à auto especulação psicanalítica e à democracia participativa. Rousseau aturdiu seus contemporâneos proclamando que a sociedade europeia estava “à beira do abismo”, no limite das mais explosivas conturbações revolucionárias. Ele experimentou a vida cotidiana nessa sociedade – especialmente em Paris, sua capital – como um redemoinho, *le tourbillon social*. Em sua romântica novela “A Nova Heloísa”, o jovem herói, Saint-Preux, realizava um movimento exploratório – um movimento arquetípico para milhões de jovens nas épocas seguintes – do campo para a cidade. Saint-Preux escreveu à sua amada, Julie, das profundezas do *tourbillon social*, tentando transmitir-lhes suas fantasias e apreensões. Uma infinidade de novas

experiências se ofereciam, mas quem quer que pretendia desfrutá-las “precisava ser mais flexível que Alcibíades, pronto a mudar seus princípios diante da plateia, a fim de reajustar a cada passo”. Ele reafirmava sua intenção de manter-se fiel ao primeiro amor, não obstante receava, como ele mesmo dizia: “Eu não sei, a cada dia, o que vou amar no dia seguinte”. Sonhava desesperadamente com algo sólido a que se apegar, mas “via apenas fantasmas que rondavam seus olhos e desapareciam assim que os tentava agarrar”. Essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto expansão e auto desordem, fantasmas na rua e na alma – era a atmosfera que dava origem a sua sensibilidade moderna, de modo a fazer que ele esquecesse “o que era” e “qual o seu lugar” (Bernam, 1986, p.17-18).

A seguir realizarei diálogos sobre eventos de minha vida, e como contraponto haverá algumas “costuras” com elementos teóricos que materializam e dão sentido (s) às minhas narrativas, fazendo jus assim a escolha desse método. De antemão, faço um adendo que, como autoetnografia, os registros da subjetividade tendem a retratar eventos da minha história de vida, o que não descaracteriza narrativas de outros atores sociais que compartilharam dos mesmos. Apesar do gênero linguístico não ser “novela”, conforme escolha e estratégia da obra de Rousseau, os relatos traduzem sensações e impressões não somente de uma história de vida como também de uma época (dita ‘moderna líquida’). O que se diferencia é o risco da exposição direta do real espaço privado do pesquisador, sem subterfúgios de outros personagens.

2.2 Encontros plurais, enredos e *insight* de um sujeito pesquisador

Nasci na capital mineira em 1981, e tive uma criação em dois núcleos familiares. Minha genitora, uma jovem idealista que experimentou amargamente o estigma de “mãe solteira” em sua primeira e única gravidez, abandonara os estudos e não tinha condição socioeconômica para prover sozinha suas próprias necessidades e de um filho. Jovem esta, provinda de uma família típica do interior de minas, duelava com o conservadorismo e pulso de ferro de seus parentes, já que a sua condição naquele momento era sinônimo de estigma e exclusão social.

Numa sociedade sexista e machista, a figura paterna – que era casado na época - não fora responsabilizado (ou até mesmo “culpabilizado” na mesma medida), usufruindo assim de privilégios de apatia e de certa negligência em parte do processo. As “dores de cabeça” que porventura o rodeavam remetiam a sua condição de “homem casado”, mas tal cobrança era amenizada pelo fato de ser provedor da sua família. Algumas tentativas em assumir (ou ser obrigado a) um papel nessa trama social o levaram posteriormente a separação conjugal, e a constituir um lar com a minha mãe.

Como alternativas impostas pelos familiares de ambas as partes para resolver tal caos,

uma seria a minha adoção a um casal de estrangeiros; outra, a que foi efetivada, uma tia do interior se disponibilizou apoiar a minha criação. A fase da minha primeira infância ocorreu no interior de Minas, em meio a um núcleo familiar formado por um casal e três filhos. Ficaram registros de memória de acolhimento e cuidados afetivos, como também a condição de “filho-torto” que trazia elementos que diferenciavam o processo de criação, muitas vezes estes eram encobertos pela necessidade de romantização do afeto. Pesos e medidas de tratamentos se apresentavam sutilmente travestidos de afetividade, encobrindo decisões algumas vezes parciais dos meus “pais de criação”. Mas, a base para o meu desenvolvimento, na primeira infância, foi garantida nesse ambiente familiar, cristalizando em mim um forte sentimento de gratidão, como também de dever por toda esta acolhida.

Aos nove anos de idade fui estimulado a morar com meus pais ‘biológicos’ (como maneira de diferenciar os demais) em Belo Horizonte. Algo que de imediato se apresentou como grande desafio para mim, pois havia uma mudança nos modos de vida do interior comparado ao da capital. Internamente me encontrava confuso com as representações sociais e afetivas familiares, em suas formas e mecanismos de referenciamento, mas me deixei guiar pelo que me fora ofertado. A possibilidade de construção de uma “sólida” identidade a núcleo familiar me propiciava, pela primeira vez, um sentimento de pertencimento, que antes no fundo de minha alma ainda pulsava um desejo de “afirmação de um lugar”. Mas, com o tempo pude perceber que nem tudo era inovador, alguns desafios ainda se reproduziam como a condição de pobreza, o alcoolismo e a violência doméstica.

Considero importante realizar uma pequena pausa na continuidade dos eventos, e refletir sobre a narrativa que propus sobre a família (ou famílias). Prefiro pensar no plural a instituição família conhecida como célula *mater* da sociedade, produtora e reprodutora de conduta e de relações sociais, sendo o lugar mais profícuo da afirmação, como também da negação das noções de justiça e equidade. Compreendendo esse universo como grupo social através dos seus movimentos de organização-desorganização-reorganização em contextos socioculturais e econômicos, em suas diversas possibilidades (favoráveis ou não) de composição. Algo convergente ao pensamento de Souza (2016), quando menciona que a classe social é uma construção socioafetiva que se dá desde o berço no horizonte familiar.

Como não existe “a família” no singular, já que cada classe social possui um padrão de socialização familiar pelo pertencimento de classe que possibilitarão, mais tarde, um acesso ao mercado de trabalho em faixas distintas de renda. As classes sociais e seu estudo são fundamentais, posto que permitem esclarecer o segredo mais bem guardado das sociedades modernas: o fato de que elas não são “sociedades de indivíduos” que lutam em condições de igualdade de oportunidades, mas sim

sociedades que perpetuam privilégios injustos pela reprodução, desde o berço, dos privilégios de classe (Souza, 2016, p.56).

Uma percepção que tive somente após o acesso a espaços educacionais, infelizmente, em sua grande maioria elitizados.

Retomando o ponto sobre a minha mudança para a capital. Fui estimulado pela minha família a participar de projetos sociais em instituições religiosas. Espaços que eu entendia como um meio para ser uma pessoa melhor diante um mundo tão desigual. Isto me gerou um forte encantamento com o mundo religioso, que se configurava como um balsamo, amenizando dores que a minha condição social materializava no dia a dia. As repetidas narrativas de “predestinação/vocação” me fizeram acreditar na ideia de superação de uma realidade social, mesmo essa insistindo em definir para mim um lugar oprimido de existência.

Percebi, a duras penas, que os estímulos religiosos durante longos anos também foram uma repressão, oculta inicialmente, pela condição de ser um jovem além de pobre, gay. A sexualidade foi um grande tabu para os meus familiares, pois havia regras muito rigorosas para um comportamento que era tido como desviante. O desconforto principalmente do meu pai biológico frente à minha sexualidade não dispensou da utilização de uma somatória de recursos violentos, até mesmo um desejo da minha não existência. Uma realidade infelizmente ainda presente em muitos lares no Brasil. Minha mãe biológica sempre destacava a importância da escola e o entusiasmo em realizar o seu projeto mais ambicioso: a educação do filho, em busca de um diploma. Uma ideia que pautava no desejo de construção de um super-herói capaz de vencer as próprias debilidades, e de obter reconhecimento junto aos seus pares, como a aceitação pela condição da sua classe social e da sexualidade.

Por ironia do destino tive medo da escola, lembro que chorei bastante no meu primeiro dia de aula. Ainda guardo as assertivas palavras de minha mãe, apresentando-me as vantagens da escola e de se estudar, a qual enfatizava: “você está na escola para ser um homem, um doutor!”. A melhor alternativa para superação dos desafios da vida, segundo minha mãe, seria dedicar incansáveis esforços e investimentos nos estudos. Isto penosamente se concretizou nos caminhos que trilhei, os quais tive que compreender - mesmo que tardiamente - as armadilhas da ideologia da meritocracia.

Na transição e adaptação de e entre mundos que passei havia repetidas falas como “não faça o que faço, e sim o que falo”, “não repita os meus erros”, “busque a religião para te dar suporte para lidar com os sofrimentos”, “estude menino para ser alguém na vida”, “pobre só consegue algo pelo estudo”, “o trabalho dignifica o homem”, “sacrifica-te que Deus te dará

recompensará”, “isso é coisa de homem”, “jamais maltrate uma mulher”, “seja um homem independente e de sucesso na vida”.

Interessante que esses discursos se relacionam com o mundo moderno, o que para Souza (2009) sua legitimidade é baseada na liberdade e igualdade de seus membros, e que o poder não se manifesta abertamente como no passado.

No passado, o pertencimento à família e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilégios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” do bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe, mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado. O que assegura, portanto, a “justiça” e a legitimidade do privilégio moderno é o fato de que ele seja percebido como conquista e esforço individual. Nesse sentido podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, ou seja, a ilusão de que os privilégios modernos são “justos” (Souza, 2009, p.43).

Ao longo dos anos fui percebendo que as orientações (a justificação de ações e comportamentos) que tive dependiam de ideias contingentes e fortuitas, formuladas por outros, e que comandavam minhas decisões e julgamentos quanto menos tinha consciência delas. Hoje percebo o sentido moral que cimenta relações de identificação social e pertencimento grupal de modo a garantir laços afetivos de solidariedade entre os indivíduos e instituições. Entendendo com maior clareza a vida pessoal, dentre os seus valores, as atitudes, as crenças que permeiam a minha visão de mundo como sujeito. E que a minha singularidade produzida nessa alteridade refletiu sistematicamente as minhas escolhas, investimentos e atuação também na vida acadêmica-profissional.

A vida acadêmica e novos enredos. Em 2002 iniciei a vida acadêmica como bolsista no curso de Serviço Social, na PUC Minas. A escolha do curso ocorreu em sinergia com as possibilidades de atuação profissional, principalmente pelo desejo em trabalhar com políticas públicas e sociais. O mais importante nessa formação foi a instrumentalização para o rompimento da visão assistencialista nas arenas social e política, na tentativa de transformação do favor em direito, da benesse do Estado em dever; além dos esforços para romper com paradigmas opressores e alienantes na sociedade.

Importante dizer sobre o meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “O Serviço Social, a questão racial e as políticas de ações afirmativas”, uma pesquisa que me permitiu entender que as mazelas sociais vivenciadas pela população brasileira tende a se agravar pela sua condição étnica racial, como também por outras condições segregadoras (sexo, gênero, etc.). A pesquisa para mim se apresentou então como um meio para “desvelar” realidades que

sistemas hegemônicos de poder buscam esconder, negar e até mesmo ressignificar em benefício próprio.

Tive a minha primeira oportunidade de emprego como assistente social no Observatório de Políticas Públicas da PUC Minas, em um projeto envolvendo a mesma temática do TCC. Nessa experiência tive o meu primeiro “desencantamento” com a produção científica sobre o Brasil moderno (e seus violentos reflexos nos tempos atuais), pois deparei com suportes ideológicos vinculados às relações injustas e desiguais do senso comum sobre o racismo, por meio da “autoridade” legitimada da ciência para “interpretação dominante” dos brasileiros sobre si mesmos. Como exemplo, “Casa-grande e senzala” de Gilberto Freyre, o mais influente do pensamento social brasileiro no século 20, que buscou no componente racial mestiço singularizar o povo brasileiro “positivamente”, algo que ainda sustenta discursos e ações que tentam invalidar políticas de ações afirmativas à população negra brasileira.

Comecei a observar como as ideias-força de uma sociedade moderna são, em grande medida, produzidas com a chancela da autoridade científica. Como menciona Souza (2009, p. 64) compreender a influência de mitos na ciência é compreender também a mitologia social que garante a reprodução da violência simbólica de uma das sociedades mais desiguais e, portanto, moral e politicamente mais atrasadas como a nossa.

Anos seguintes fui trabalhar em uma ONG internacional, em um projeto de responsabilidade social empresarial (RSE) em comunidades de BH e região metropolitana. Decidi fazer uma especialização em “Comunicação para Relacionamentos Estratégicos”, um campo de formação mais instrumental em busca de bons resultados de relacionamentos entre empresas e comunidades, sustentado na teoria dos *stakeholders*. A experiência com a RSE foi interessante, pois tive acesso e compreensão dos interesses de investimento social pelo meio empresarial. Mas, tanto na teoria como na prática não havia elementos-respostas de algumas teias e inquietações que eu tinha sobre tal relacionamento, pois, as experiências catalisadoras me colocavam frente a comportamentos automáticos e disfuncionais.

Depois trabalhei em cargos técnicos e de gestão em organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), um campo que me surpreendeu devido ao seu forte caráter regulatório pela “parceria” com o poder público. Fazer parte desse universo me provocou a pesquisar sobre a área, e ingressei como bolsista no mestrado em Ciências Sociais da PUC Minas. Mais uma tentativa em aproximar e compreender o universo de atuação com a produção científica.

A minha dissertação teve como corpus a relação entre OSCIPs e o Poder Executivo Estadual na execução de políticas públicas, com recorte de Minas Gerais, buscando

compreender os interesses desses atores e formatos dessa parceria. Uma análise que partiu da constatação, de, por um lado, da necessidade do Estado em contar com executores de políticas públicas, e, por outro, do interesse das organizações do Terceiro Setor na inserção desse ‘mercado’ como agentes executores de programas e projetos sociais. Pude verificar que as oportunidades reais de se criar a autogestão ou cogestão de recursos públicos, que envolvem a possibilidade de abertura de novos espaços públicos, não são automáticas, mas relativas e condicionadas a uma série de fatores relacionados com transformações institucionais e culturas da máquina governamental, com o tipo de ator social envolvido. A pesquisa me gerou um novo questionamento: nesse contexto, as OSCIPs representam a Sociedade Civil ou adquirem o perfil de “empresas” prestadoras de serviço do Estado, especializadas em ações sociais?

Durante o percurso de pesquisa tive um “dessorço”, uma das OSCIPs que trabalhei foi “fechada” devido uma investigação realizada em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU) e Receita Federal (RF), e deflagrada pela Polícia Federal (PF) com o combate ao desvio de recursos públicos a partir de processos licitatórios. A operação ganhou repercussão nacional, e de acordo com a investigação havia fraude de licitações e de contratação dos serviços a OSCIP. Depois de firmado o contrato, os serviços eram superfaturados, o dinheiro da fraude era repassado às empresas que participavam do esquema, com retorno desses valores para os agentes públicos. Nesse drama pude ver materializado os efeitos da espúria de “jogos de poder institucional” e seus impactos sociais, principalmente o reflexo na vida milhares de beneficiários dos programas interrompidos pela má fé institucional da OSCIP e do próprio Estado (e também pela responsabilidade das empresas envolvidas).

Apesar dos significativos resultados da pesquisa do mestrado, as epistemes estruturalista e funcionalista ainda se faziam muito presentes no meu olhar e traquejo enquanto pesquisador. Queria compreender as relações das organizações da sociedade civil, mercado e poder público por outra ótica. E o próximo passo seria o doutorado, precisava construir bases em estudos críticos, com novos paradigmas. Conquistei um lugar como bolsista no Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas (PPGA). Fui agraciado pela orientação do Prof. Armindo Teodósio (Téo) devido a sua trajetória de pesquisa e luta pelas causas sociais. Como também a sua abertura para adoção de novas epistemes, sempre encorajando seus “desorientandos” – forma carinhosa utilizada pelo mesmo, e bem característico da liquidez na produção do conhecimento. Aliás, coragem é preciso no mundo líquido-moderno, a luta contra os medos se tornou uma tarefa para a vida inteira, como dizia Bauman (2001), e no campo

científico não é diferente já que pensar (e ou produzir) fora das caixas hegemônicas pode representar perigo.

A participação em espaços dialógicos e críticos do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS/PPGA) me fez acessar novos campos de estudo e de investigação sobre vários fenômenos sociais. Aos poucos fui identificando caminhos factíveis para romper com o paradigma estrutural-funcionalista sobre os relacionamentos das OSCs com o mercado e o Estado.

Na minha qualificação do doutorado foi sugerido pela banca a adoção da Análise de Discurso para sustentar o que eu desejava como inovação de análise. Houve outra provocação que, ao seguir esse caminho, seria interessante utilizar uma narrativa mais robusta sobre as escolhas epistemológicas e metodológicas na pesquisa. O insight inicial para a reformulação e continuidade do trabalho partiu da orientação do Prof. Mario Aquino, quando destacou no modelo teórico o elemento da ascensão nas organizações da sociedade civil e suas relações. Durante os diálogos nas orientações com o Prof. Téo, o mesmo me motivou a fazer correlações do que foi proposto pela banca com elementos do “terceiro espírito do capitalismo” de Boltanski & Chiapello (2009) e da “liquidez da modernidade” de Bauman (2001). Todos esses processos é algo bem próximo a narrativa de Foucault (1980), quando o mesmo aponta um duplo movimento que constitui a razão de ser dos intelectuais.

Ser, ao mesmo tempo, um universitário e um intelectual é tentar fazer funcionar um tipo de saber e de análise que é ensinado e recebido na universidade, de modo a modificar não somente o pensamento dos outros, mas também o próprio. Esse trabalho de modificação de seu próprio pensamento e dos outros parece ser a razão de ser dos intelectuais. Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (Foucault, 1980, p.675).

No segundo semestre de 2017 fiz algumas disciplinas de Análise de Discurso, na Pós-graduação lato sensu de Letras, na UFMG. Logo me identifiquei com a Análise Crítica do Discurso, pela sua forma de continuidade de uma tradição nas ciências sociais que rejeita a possibilidade de uma ciência “neutra”. Por compreender que a ciência e, especialmente, os discursos acadêmicos são partes constitutivas e influenciadas pela estrutura social, produzidos e reproduzidos na interação social. E principalmente, que “os objetivos críticos na análise do discurso visam elucidar as naturalizações (que parecem ser não pertencentes a uma ideologia, mas se tornam senso comum), tornar claras as determinações sociais e os efeitos do discurso que estão obscuros” (Fairclough, 1995, p. 28).

Essa autoetnografia registra a quebra de neutralidade na minha forma de produção do conhecimento, e me permitiu expor etnograficamente diferentes caminhos que adotei para compreender algumas verdades, principalmente, as elucidações dos desafios da confissão cristã e da produção do conhecimento científico moderno. Foucault (1980, p.675) menciona que a transformação de si, intrínseca ao trabalho do intelectual, ocorre a partir de “uma elaboração de si por si, uma transformação cuidadosa, uma modificação lenta e árdua pelo cuidado constante da verdade”.

A lição aprendida é de que para pensar a partir de novas premissas é necessário desestabilizar verdades, fazendo o uso da linguagem como meio para desconstruir barreiras de entendimento e criar mais espaços de poder compartilhado (Ribeiro, 2017). O pesquisador também se “mortifica” pelo e no acúmulo das experiências, devendo estar atento as suas vivências de formação e interação social (pessoal e profissional).

Toda essa reflexão me possibilitou o acesso e o manuseio de recursos teóricos que me permitem dialogar sobre as OSCs brasileiras. Nas próximas seções, tanto no referencial teórico e na análise crítica do discurso deste trabalho, apresentarei como as OSCs brasileiras acostumaram pela ascese transformar necessidade em virtude, e como as suas escolhas nas relações setoriais tendem a ser orientadas a partir de alternativas previamente definidas pelos demais pares sociais. O que significa certa “prisão institucional” em um horizonte que as estigmatiza, algo que as mesmas nem sempre compreendem, condenando-as à eterna repetição do seu próprio ideal romântico.

E aqui estou finalizando uma das trajetórias de luta, que iniciou com um desejo materno e se materializa por meio de um corpus de pesquisa – mesmo diante de embates ditos hegemônicos. Sintetizo meu aprendizado nesse exercício com o pensamento de Souza (2009), de que

As dimensões de indivíduo autônomo e cidadão estão intimamente ligadas. Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. “Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade (Souza, 2009, p. 42).

Compreendendo assim que não há campo melhor para desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo transgressor da ciência moderna, refletindo também sobre a hegemônica regulação social nos e dos espaços institucionais modernos de formação em prol da emancipação social de seus discentes.

3. SOCIEDADE CIVIL, CONCEITOS CAMBIANTES DE UMA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E HISTORICAMENTE REGULADA

Se o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo o mais do discurso público. O 'público' é colonizado pelo 'privado', o 'interesse público' é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados.
Bauman

Nessa seção serão analisados conceitos historicamente e socialmente atribuídos a Sociedade civil, dentre os condicionamentos e as heranças de sua matriz europeia moderna. Adentrando o universo de retóricas sobre a “modernização” do Estado, do mercado e da própria sociedade civil organizada. Também são apresentadas as principais “gramáticas” e cultura política que povoaram (e ainda povoam) o imaginário social, político e econômico ao longo da história do Brasil, e suas interfaces com as organizações da sociedade civil. Nesse contexto, são elencados eventos que têm justificado as relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, com ênfase nos elementos de regulação e participação social.

3.1 Retóricas sobre a “modernização” do Estado, da Sociedade civil e do Mercado

Ballestrin e Losekann (2013) esclarecem que Sociedade Civil é um conceito historicamente cambiante, e uma de suas origens estiveram relacionadas à obra de filósofos sociais nos séculos XVIII e XIX, compreendendo todas as formas de associação presentes na sociedade, inclusive aquelas relacionadas ao mercado, com exceção do Estado; conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 01 - Algumas percepções filosóficas sobre a Sociedade (Civil)

PENSADOR	CARACTERÍSTICAS
<i>Thomas Hobbes</i>	Para Thomas Hobbes, seu pai fundador, a condição humana fora da sociedade civil era a barbárie; o medo recíproco do estado de guerra latente entre os homens pelos homens fundava a consciência que os inclinava a ingressar na sociedade civil e rejeitar a permanência na sociedade natural. Se “o começo da sociedade civil provém do medo recíproco” (Hobbes 1992, p. 28), tem-se que “o estado dos homens fora da sociedade civil é um simples estado de guerra” (Hobbes, 1992, p. 38).
<i>Locke</i>	A noção de sociedade civil ganhou a denotação “civilizada” em Locke (Bobbio, 1999). Os povos primitivos eram, por suposto, “incivis”, na medida em que o político se tornava sinônimo de “civilizado”; a distinção e a superioridade dos ocidentais (Elias 1993, 213)

	deveram-se justamente à proeza de sua auto civilização. Mas foi no século XVIII que as palavras correlatas “civilidade” e “civilização” ganharam força. A sociedade civil, portanto, seria a síntese da domesticação dos instintos inerentemente selvagens do ser humano, catalisada pelo monopólio estatal da violência (Elias, 1993, p. 201).
<i>Rousseau</i>	A saída do estado de natureza institui na conduta do homem o instinto pela justiça e moralidade em suas ações, embora os primeiros deveres de civilidade fossem observados “até mesmo entre os selvagens” (Rousseau, 2007, p. 62). Rompe com seus antecessores contratualistas por considerar a bondade e a justiça naturais ao homem, e por transformar a ideia de desigualdade política em um elemento forte para a busca da autodeterminação do povo, ideia assumida pelos revolucionários franceses na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
<i>Hegel</i>	Hegel rompeu, portanto, com o jusnaturalismo anterior fundado no contrato: o estado fundamenta a sociedade e os indivíduos não são anteriores a ele. Lançou as primeiras bases modernas para o entendimento da sociedade civil em sua mediação e interpenetração com o Estado (Cohen e Arato, 2001). Seus escritos, juntamente com os de Thomas Paine e Tocqueville, caracterizaram os anos situados entre 1750 e 1850 como o período de nascimento e maturação da ideia de sociedade civil na sua distinção com o Estado (Keane, 2001). Historicamente atribui-se a Hegel o modelo dual de distinção entre a sociedade civil e o Estado, ambos apartados do espaço familiar. Segundo Hegel, a família e o Estado não eram capazes de estabelecer o conjunto de determinações para a vida dos indivíduos em sociedades modernas, motivo pelo qual surgiria, entre a família e o Estado, um conjunto de instituições, o sistema das necessidades, a administração da justiça e as corporações (Avritzer, 1994).

Fonte: Adaptação da obra de Ballestrin & Losekann, 2013.

O quadro apresenta as percepções filosóficas em que o Estado deveria ser reduzido a um programa mínimo de assegurar a lei e ordem, onde “a fonte de solidariedade era buscada em alguma característica da natureza humana, ou em alguma dimensão transcendental que se oporia às tendências egoístas pela orientação ao mercado” (Sorj, 2005, p.7).

Almeida (2004) explica que foi “Gramsci que conceituou sociedade civil como a representação do ambiente de disputas ideológicas da superestrutura social”, em que se manifestam as organizações que representam os interesses dos diferentes grupos sociais, buscando hegemonia política e cultural sobre toda a sociedade (p.106). Em que no Estado estaria a representação de poder e controle social, e na sociedade civil a possibilidade de enfrentamento da hegemonia vigente (Gramsci, 1999, 2002).

A tradição associada a Gramsci permaneceu vendo a sociedade civil como “parte orgânica” do Estado, como âmbito dotado de especificidade, mas somente compreensível se integrado a uma totalidade histórico-social, as correntes mais recentes tenderam a tratar a sociedade civil como uma instância separada do Estado e da economia, um reino à parte, potencialmente criativo e contestador, visto ora como base operacional de iniciativas e movimentos não-comprometidos com as instituições políticas e as organizações de classe, ora como espaço articulado pelas dinâmicas da “esfera pública” e da “ação comunicativa” (Habermas, 1997 e 1997). Transitou-se assim de uma imagem de sociedade civil como palco de lutas políticas e empenhos hegemônicos, para uma imagem que converte a sociedade civil ou em recurso gerencial – um arranjo societal destinado a viabilizar tipos específicos de políticas

públicas –, ou em fator de reconstrução ética e dialógica da vida social (Nogueira, 2003, p.187).

Habermas (1987) aduz que a sociedade precisa atender também às demandas da reprodução material, não restringindo a reprodução social apenas à reprodução simbólica. Assim sendo, Souza (1997) infere que “para Habermas a consideração de sociedades como entidades na racionalização societária global, diferenciam-se em sistema e mundo vivido” (p.92).

O atual significado da expressão “sociedade civil” não coincide com o da “sociedade burguesa”, da tradição liberal, que Hegel chegara a tematizar como “sistemas de necessidades”, isto é, como sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado. Hoje em dia, o termo ‘sociedade civil’ não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-se e os transmitem, a seguir, para a esfera política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas (Habermas, 1997, p.97).

Ballestrin (2013) considerando que a polissemia do termo “civil” em seu binômio com a ideia de que sociedade é construída pela realidade, e pela teoria em diferentes contextos históricos, pontua que em ambos os casos a ideia de sociedade civil adquiriu um significado de transformação contraposto à ideia de revolução nas ordens democráticas emergentes.

Não existe um consenso claro a respeito dos critérios de inclusão e exclusão das organizações que podem povoar o conceito de sociedade civil em sua acepção contemporânea. Na visão eurocêntrica moderna, o paradigma dual pensou a sociedade civil como um campo civilizado contraposto ao Estado. Na concepção contemporânea, o afastamento da violência foi herdado, ainda que ele tenha sido informado principalmente pelos acontecimentos da segunda metade do século XX em diante – entre eles, a pressuposição da modernidade, da organização e da associação. Não obstante a existência de tipos ideais ou puros, associações da sociedade civil podem estar deles aproximados ou afastados. Mas, a presença, a ausência e o cruzamento de dimensões civis, anticivis e não civis fazem com que uma associação possa ser mais ou menos “ideal”. [...] isso significaria que a luta, a resistência ou mesmo a reprodução da violência por parte de algumas associações é também uma disputa de demarcação, significação e afirmação no campo interno da própria sociedade civil, em seus antagonismos, conflitos e contradições (Ballestrin, 2013, p.155).

O ressurgimento do conceito de sociedade civil, na pós-modernidade, foi provocado em razão do esgotamento das formas de organização política baseadas na tradição marxista, do fortalecimento da crítica ao Estado de Bem-Estar Social, dos chamados novos movimentos

sociais e da redemocratização da América Latina (Feitosa, 2007).

Torres (2013, p, 25) esclarece que, no campo científico a partir desse contexto histórico, “as pós-modernas bases teóricas começaram a ser estabelecidas ainda nos anos oitenta, do século XX, por autores como Habermas, J. Keane, Cohen e Boaventura Santos”.

O paradigma da modernidade é um projeto sociocultural muito amplo, prenhe de contradições e de potencialidades que, na sua matriz, aspira a um equilíbrio entre a regulação social e a emancipação social. A trajetória social deste paradigma não é linear, mas o que mais profundamente a caracteriza é o processo histórico da progressiva absorção ou colapso da emancipação na regulação e, portanto, da conversão perversa das energias emancipatórias em energias regulatórias [...] nessa concepção vivemos em sociedades envoltas com problemas modernos – precisamente os decorrentes da não realização prática dos valores da liberdade da igualdade e da solidariedade – para os quais não dispomos de soluções modernas. Nesse contexto, referindo especificamente ao princípio da comunidade no pilar da regulação social moderna e à racionalidade estético-expressiva no pilar da emancipação social moderna (Santos, 2008, p.7).

Keane (2001) apresenta um aspecto negativo para a expansão mundial da “linguagem da sociedade civil”, que diz respeito ao “mito da harmonia coletiva”, ou seja, uma ideia de que seria possível a existência de um mundo no qual as relações de poder fossem extintas em nome de uma paz e uma harmonia totais, sem conflitos (p. 46).

Ocorre que, seguindo-se essa linha argumentativa, percebe-se que a sociedade civil não é sempre harmônica e nem sempre cria condições de pacificação social. Ao contrário, a leitura hegeliana percebe uma sociedade civil que tende à destruição. Sua fragmentação é desordenada e arbitrária; “isto significa não só que a sociedade civil não pode ultrapassar as suas particularidades, mas também que tende a paralisar e minar o seu próprio pluralismo. Como afirma Hegel, o exuberante desenvolvimento de uma parte da sociedade civil pode impedir ou oprimir as suas outras partes”. Ou seja, em todas as sociedades civis que existiram e vão existir, as diferentes formas de pensamento e de atores se articulam como contra tendências que não permitem qualquer fixação de sentido. Assim, já que nada está garantido na sociedade civil, nenhum significado que ela contenha pode ser imutável ou único; ela também não pode ser dominada totalmente por nenhuma ideia de injustiça ou desigualdade ou que mine a liberdade. Sempre haverá uma contraposição (Keane, 2001, p. 64).

Giddens (1991) argumenta que o conceito de sociedade ocupa uma “posição focal no discurso sociológico, com uma noção ambígua, referindo-se a um sistema específico de relações sociais, sendo Estado-nação” (p.21). Ao explicar a natureza das sociedades modernas tem-se que capturar as características específicas do Estado-nação, “entrelaçadas com conexões que perpassam o sistema sociopolítico do estado e a ordem cultural da nação” (p.23).

A polissemia do termo “civil” possibilitou diferentes interpretações regionais no final dos anos de 1970. Por exemplo, na África subsaariana e na América Central, a sociedade civil tornou-se sinônimo de “algo contrário aos atores da Guerra”; na América do Sul, “o termo foi tomado como uma oposição à militar”; no Leste Europeu

“civil significou não estatal”; nos Estados Unidos ganhou “o sentido da virtude pública”. Por sua vez, nas democracias europeias, “tornou-se oposição a burocrático, desvitalizado e inflexível”. O renascimento contemporâneo da noção de Sociedade Civil ocorreu no período dos movimentos de oposição ao comunismo na Europa Ocidental e às ditaduras militares na América Latina. O papel da Sociedade Civil veio ganhando destaque e se legitimando nas sociedades democráticas capitalistas, seja pela crítica ao Estado de Bem-Estar feita pela direita, quanto pela crise da esquerda, produzida através da queda do comunismo e utopia socialista. A redemocratização dos países latino-americanos também demonstrou que a Sociedade Civil não ocupou apenas um lugar efêmero (Costa, 2003, p. 4)

Muitas vezes as organizações da sociedade civil tendem a confundir-se com os movimentos sociais, devendo compreender as diferenças entre estes. Pois, durante as últimas décadas têm sido alterados o cenário das lutas sociais e o quadro de análises sobre as organizações da sociedade civil (Pinto, 2008).

São duas formas de protagonismo civil que atuam segundo polos diferenciados da ação social: uma trabalha no campo do conflito e a outra no campo da cooperação ou integração. Há tensões permanentes nas duas frentes. A solidariedade existe nas duas, mas de forma diferente: nos movimentos, ela é orgânica, criada por meio da experiência compartilhada de pertencer e vivenciar alguma situação de exclusão. Nas organizações cívicas, ela é estratégica ou instrumental, criada para atingir metas que resolvam problemas sociais de grupos também excluídos economicamente ou culturalmente, a partir de interesses desses grupos, mas que foram desenhados por projeto ou programa de agentes externos (Gohn, 2008, p.450).

Gohn (2007) elucida que o debate sobre a crise da modernidade trouxe à tona a questão da racionalidade, e o questionamento da racionalidade científica como a única legítima. E que a produção teórica deslocou sua atenção para um outro sujeito social que esteve meio oculto durante a fase de apogeu dos movimentos sociais no Terceiro Mundo, em especial na América Latina: as Organizações Não Governamentais e as organizações do Terceiro Setor. Mas, essa semântica levanta questionamentos, pois implica posicionamentos dessas organizações frente ao mercado e ao Estado.

A alusão ideológica ao Terceiro Setor evoca duas formas de falseamento da realidade. A primeira se expressa na tentativa de reduzir o aspecto político da Sociedade Civil ao transformá-la em um espaço de prestação de serviços com a finalidade substituir o Estado. E a segunda, excluindo organizações de finalidade lucrativa da Sociedade Civil, os novos ideólogos pretendem despolitizar o mercado, tornando-o apenas objeto de considerações técnicas (Alves, 2004, p. 142-143).

De acordo com Bauman (2001), se durante o século XX muito se falou da necessidade de combater o domínio público que poderia, na figura do Estado, desandar para práticas políticas autoritárias, no limiar do século XXI o grande desafio estaria em continuar combatendo as práticas autoritárias do poder público, mas combinando esse combate com a defesa do

“repovoamento do espaço público” (p.49).

A sociedade civil é tida como essência das transformações sociais e mesmo da emancipação social. As transformações por que passaram recentemente as sociedades capitalistas aproximaram e interpenetraram de tal maneira o Estado e a sociedade civil que cada um deles se está progressivamente a transformar no duplo do outro. Um período de expansão do Estado ao longo do qual o Estado foi adquirindo uma centralidade na regulação social sem precedentes na época moderna. Apresenta-se de maneira clara a vinculação íntima do Estado neoliberal com os imperativos globais de acumulação do capital e de como se gesta um novo autoritarismo ou o que ele chama de uma “democracia política com fascismo social” (Santos, 1990, p.23).

Torna-se importante interrogar o jogo polissêmico e sociopolítico desempenhados pela sociedade civil organizada em cada momento histórico, em cada contexto de Estado-nação, possibilitando compreensão crítica da totalidade social que envolve discursos hegemônicos, principalmente nas relações destas com o Estado e com o Mercado.

A concepção de cidadania passou a ter relação com o conceito de gestão social, na medida em que ela foi entendida como uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo deve participar de um procedimento democrático, decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis, seu destino social como pessoa, quer como eleitor, quer como trabalhador ou como consumidor, ou seja, sua autodeterminação não se dá sob a lógica do mercado, mas da democracia social, igualdade política e decisória. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Ter o indivíduo como o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade nas demandas ao Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital significa mudar a natureza dessas relações, quer dizer, passar de condições monológicas - tecnoburocráticas autoritárias para situações dialógicas - democráticas - intersubjetivas do exercício da cidadania (Tenório, 2005, p.17).

Oliveira (2012) contextualiza que foi em 1987 surgiu o termo Sustentabilidade, apresentado oficialmente na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Espaço este que discutiu a capacidade que o mundo tem em atender as necessidades do momento presente, sem comprometer a qualidade de vida de gerações futuras; evento histórico que estendeu esse tipo de discussão (e responsabilização) ao mundo empresarial.

As corporações empresariais, nas últimas décadas por meio de agendas internacionais, têm sido convocadas a (re)significarem sua intervenção – seja direta e ou indireta – com comunidades locais e com o próprio ambiente. Na Cúpula da Terra - ECO 92 houve um acordo com quase todos os países do mundo, em que “se comprometiam com a estabilização da concentração dos gases responsáveis pelo efeito estufa, porém não foram definidas metas de redução específicas para cada grupo resultante do encontro” (Oliveira, 2012, p.72).

Segundo Alves (2015), “em 2000, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, promoveu a

Cúpula do Milênio, em Nova Iorque, que criou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM” (p.590). Ficaram definidos pontos a serem alcançados pelos diversos países do mundo, buscando incorporar alguns temas das agendas internacionais. Houve também a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em setembro de 2015 pelas Nações Unidas, “contendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), pautados no entendimento de que qualquer nova agenda do desenvolvimento só teria impacto sobre a vida das pessoas, se fosse implementada com sucesso em nível local” (p.591), “ocorrendo com ampla e democrática participação de várias instituições, organizações da sociedade civil e especialistas” (p.592).

Diferentes forças estão criando um ambiente extremamente propício à colaboração intersetorial para a atuação social. No nível macro, a necessidade de cooperação deriva de mudanças estruturais, geradas por forças políticas, econômicas e sociais. Adicionalmente, a complexidade crescente dos problemas sociais e econômicos está sobrepujando as capacidades institucionais individuais, tornando cada vez mais improvável que soluções sustentáveis sejam encontradas isoladamente. As alianças setoriais se apresentam, portanto, como a alternativa estratégica capaz de gerar valor aos parceiros e à sociedade, de modo eficaz e sustentável (Austin, 2001, p. 22)

Tenório (2005) sinaliza que, nos últimos anos, as organizações da sociedade civil têm sido apontadas como uma saída para muitos dos problemas sociais da sociedade contemporânea. Os sistemas-governo, com suas perspectivas de Estado mínimo, assim como os sistemas-empresa, estabelecendo estratégias de ação social, ora propõem parcerias ora deixam por conta das OSCs a responsabilidade de atender as deficiências sociais.

Para aprofundar essa problematização, a seguir serão elencados eventos/agendas do contexto brasileiro que contemplam tais pautas. Uma oportunidade de vislumbrar as intencionalidades e estruturas dessas relações setoriais, identificando as representações das OSCs brasileiras na provisão de políticas públicas e de projetos de responsabilidade social empresarial.

3.2 Sociedade Civil Organizada no contexto brasileiro

Souza (2016) elucida que se o mundo social é regido por interesses materiais e ideais e pela apropriação – positiva ou negativamente privilegiada – destes pelos diversos segmentos e classes sociais, essa apropriação precisa ser legitimada. Para o autor há uma tese de que “a legitimação da patologicamente desigual e perversa sociedade brasileira foi resultado, em boa média, do trabalho das vacas sagradas que forjam o pensamento social e político brasileiro” (p.30).

O Brasil moderno é composto por quatro classes sociais principais, que por sua vez podem ser subdivididas em classes específicas: i) os “endinheirados”, ou seja, a ínfima elite do dinheiro, que se constitui como classe dominante, explorando materialmente e dominando simbolicamente todas as outras; ii) a classe média e suas diversas frações, que espelham todas as formas de individualidade que a posse do capital cultural valorizado enseja – é ela, na verdade que “suja as mãos” com o trabalho diário da dominação social realizada em nome dos endinheirados, quem ocupa as posições intermediárias entre a dominação da elite do dinheiro e o resto da maioria da sociedade que não possui privilégios; iii) uma classe trabalhadora, que é precária na sua imensa maioria; e finalmente, iv) a classe dos excluídos, a “ralé brasileira”, uma classe que se situa abaixo da linha da dignidade (Souza, 2015, p.60).

É a partir da realidade de cada Estado-Nação que se torna possível identificar o grau de importância da Sociedade Civil, o que para Teodósio (2001) esta se encontraria engendrada em uma orientação político-econômica que tende a direcionar e estabelecer sua funcionalidade. Ou seja, para compreender o contexto das relações entre esses diferentes setores seria necessário abordar a questão da sustentabilidade econômico-financeira das organizações da sociedade civil.

O entendimento das interações entre atores de Estado, organizações da sociedade civil e empresas acerca de temas sociais pode descortinar os caminhos que as políticas, programas e projetos sociais têm trilhado na ampliação da provisão de serviços sociais e da cidadania no país, bem como suas implicações para a esfera pública. Além disso, uma indagação de maior envergadura insere-se nesses fenômenos: compreender as implicações dessas parcerias sobre as interações entre as esferas pública, do Estado e do mercado nas sociedades contemporâneas de desenvolvimento tardio. Em realidades como a brasileira, marcadas por intrincados entrelaçamentos entre o público e o privado, que resultaram em uma construção incompleta e precária da cidadania, no acesso desigual aos direitos, sobretudo os sociais, e em capacidades econômicas e políticas muito diferenciadas entre atores sociais, esses questionamentos assumem maior relevância, urgência e complexidade (Teodósio, 2009, p.02).

A partir das décadas de 1980 e 1990 diversos estudos contribuíram para consolidar a convicção da existência no país de um espaço público. Avritzer e Santos (2003), ao criticarem as teorias de transição da democracia focadas em dimensões institucionais e no papel desempenhado pelas elites, pontuam que essas pesquisas tiveram o mérito de chamar a atenção para a importância da participação dos novos atores sociais emergentes no contexto da redemocratização do país (movimentos sociais, associações de vizinhos, ONGs, etc.), trazendo o conceito de esfera pública para o centro da reflexão analítica e normativa sobre a democracia.

A perspectiva da existência de esferas públicas subalternas, ainda que não necessariamente virtuosas, abre um diálogo direto com pesquisas recentes que vêm sendo desenvolvidas por diversos historiadores brasileiros no sentido de criticar aquilo que seria concebido como “paradigma da ausência”. Esse paradigma se sustentaria na ideia segundo a qual setores populares no Brasil, em flagrante contraste com os povos de outros paradigmas nacionais, em especial os europeus, seriam bestializados, passivos e pouco afeitos à sociabilidade e à organização [...] Desde o começo do século XIX, ao lado das duas instituições fundamentais da modernidade,

quais sejam, o Estado e o mercado, foi construída no Brasil uma esfera pública, ainda que a forma de sua configuração tenha ocorrido de maneira seletiva [...] É possível perceber que, não obstante a existência da violência vertical e horizontal às quais os setores subalternos estiveram submetidos no decorrer da história brasileira eles buscavam se organizar por diferentes meios e de diversas formas, seja para resistir, seja para criar novos mundos alternativos àquela ordem repressora (Perlatto, 2015, p. 134-139).

Andion (2007) identifica quatro momentos distintos que retratam o papel das organizações da sociedade civil no contexto brasileiro, conforme quadro a seguir. Torna-se importante analisar a institucionalização das organizações da sociedade civil no Brasil, como também seu status como atores políticos em contextos de relações setoriais, principalmente a partir do final dos anos 1980 (Bittencourt & Feuerschutte, 2012).

Quadro 02 - Historicidade da sociedade civil organizada no Brasil

PERÍODO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	ESTADO	ELEMENTOS HISTÓRICOS
<i>Da Colônia à República</i>	Espaço de filantropia. Subordinada e dependente. Receptora dos dons de seus benfeitores e não como sujeito de direitos. Noções de filantropia, assistência e caridade. Ex.: Santas Casas de Misericórdia, Irmandades, Ordens Terceiras – vínculo com a Igreja (Landin, 2002, 1993, 1997)	Estado autoritário. Não havia poder público que estimulasse regras públicas e estivesse acima de interesses privados Pouca importância à assistência aos pobres e excluídos.	Cultura política clientelista e assistencialista Participação assistencialista (Nogueira, 2005, p. 131). Pobres percebidos como objetos da bondade de seus benfeitores e não como cidadãos com direitos.
<i>Era Vargas</i>	Tutela do Estado: executor de políticas sociais Políticas sociais concebidas sob visão clientelista e filantrópica Associações como prestadoras de serviços à população excluída de políticas sociais corporativas.	Legislação regulamenta as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil Confusão na definição de cidadãos como trabalhadores.	Consolidação das Leis Trabalhistas. Sistema de ensino público, sufrágio universal e Constituição de 1946 Criação de grandes instituições paraestatais mediadoras entre o Estado e a sociedade.
<i>Período autoritário</i>	Espaço político As organizações sem o aparato estatal são consideradas clandestinas O movimento sindical violentamente reprimido Participação cívica mínima Surgimento dos ‘novos movimentos sociais’: comunidades eclesiais de base (CEBs), associações de moradores e outros.	Autoritarismo Recrudescimento da tutela do Estado nas questões civis - regime militar Criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Banco Nacional de Habitação (BNH), outros Estrangulamento dos mecanismos de comunicação civil com as esferas superiores da vida pública (partidos, mídia, etc.	Surgimento das primeiras ONGs Fortalecimento de “outras” identidades coletivas - por livre associação - fora da esfera das relações de trabalho: MST, ONGs ambientalistas associações de defesas de direitos de determinados grupos.
<i>Redemocratização</i>	Complexificação da sociedade civil Crise de identidade das ONGs Possibilidade de relacionamento com a sociedade civil, com os	Descentralização entre os níveis de governo e ampliação das responsabilidades dos	Constituição de 1988. Criação da ABONG em 1991.

	movimentos sociais, com os governos e com as agências de cooperação internacional Profissionalização e ampliação das ONGs.	poderes e organizações locais (Arretche, 1999)	
--	--	--	--

Fonte: obras de Andion, 2007; Bittencourt, 2012.

Como retratado no quadro, o protagonismo da Sociedade civil coincide com a resistência ao regime militar, ocupando nesse contexto uma função mais propriamente política e estratégica que analítica e teórica, a partir de um período de entusiasmo cívico.

No Brasil, os contornos entre Estado, Sociedade civil e Mercado são marcadamente entrelaçados, desde nossa fundação, conforme boa parte do pensamento político e social que nos interpreta [...]. Portanto, não teríamos desde o início as bases para a formação de um terreno que permitisse o surgimento de uma sociedade civil moderna. Primeiramente, pela ausência de separação entre público e privado e, posteriormente, pela imbricação entre a esfera política e a esfera econômica do mercado. Até aqui, a ausência da autolimitação entre as esferas sociais é aspecto que sugere a ausência, também, de uma sociedade civil. Outro momento histórico e analítico que merece ser destacado é aquele que compreende o início da construção de nossos direitos até o processo de redemocratização [...]. Este aspecto envolveu o enfraquecimento da cidadania e a desarticulação da sociedade pelo Estado, eliminando esferas de mediação representativas, desmobilizando a sociedade civil e minando sua autonomia. Esse aspecto foi rompido, em grande parte, com o processo de transição democrática e coroado com a Constituição de 1988, que garantiu vários mecanismos de participação e controle social (Ballestrin & Losekann, 2013, p.193-194).

Observa-se que no Brasil a relação entre Sociedade civil organizada e Estado possui caráter essencialmente contraditório, mas não exclusivamente (Dagnino, 2000, 2004). Reconhecer os pontos comuns é tão importante quanto ressaltar diferenças e quanto à disposição para atuação conjunta, pois refletem formas de controle e regulação entre os mesmos - principalmente por meio de novas estruturas jurídica e administrativa que consolidaram após a redemocratização do país.

A redistribuição de papéis de cada ator social, na lógica do alcance do bem comum, a sociedade civil assumiu, de certa forma, novas responsabilidades pela proteção e defesa de direitos, antes inseridos na órbita exclusiva do Estado. As instituições participativas que emergiram no Brasil democrático implicaram em um aumento da representação (Gurza, Lavallo, Houtzager, Castello, 2006) [...]. Os próprios atores sociais passaram a se denominar representantes da sociedade civil, seja porque o Estado passou a lidar institucionalmente com uma representação oficial da sociedade civil (Avritzer, 2007, p.444).

Para Costa (2003), nesse contexto sociopolítico, as organizações da Sociedade Civil apresentavam contornos conceituais muito difusos e constituíam apenas uma das forças propulsoras de transformações no arcabouço institucional democrático, as quais deveriam sofrer permanentes aperfeiçoamentos e adaptações. Um processo de mobilização que cruza

com ações dos movimentos sociais e das políticas públicas no país, mas com ênfase de intervenção pontual, conforme retrata Gohn (2008).

No Brasil, por exemplo, nem os movimentos sociais ou o associativismo morreram (mudaram sim, segundo a nova conjuntura econômica e política), nem os novos “ativistas ou mobilizadores” dominam completamente a cena da sociedade civil organizada (embora sejam hegemônicos na atualidade). Os novos ativistas são mobilizados para participar de ações sociais estruturadas por agentes do chamado Terceiro Setor, ou por agências governamentais, via políticas públicas indutoras da organização popular, como nos conselhos gestores; ou mobilizados pelos fóruns temáticos nacionais, regionais ou internacionais, onde a presença de antigos e novos movimentos sociais é corrente. Temos de reconhecer que as duas formas existem na atualidade e, muitas vezes, se entrecruzam nos movimentos e nas organizações cívicas de ativistas, mobilizados em função de projetos sociais pontuais (Gohn, 2008, p. 450)

Nunes (1996) ao analisar a existência de um consenso no discurso em torno de descentralizar e desconcentrar os Estados — algo que vem ganhando força e se firmando ao longo dos anos no país — alerta que os níveis de governo que compartilham essa concepção nem sempre concordaram entre si quanto aos fins pretendidos. Para ele, primeiramente, deveriam se extinguir as concepções de descentralização e democracia como partícipes da mesma substância — já que são distintas. Segundo o autor, deveria extinguir também o discurso que reforça a transferência de responsabilidade do processo democrático para o poder local.

Com o retorno da democracia reforçou-se o universalismo de procedimentos, agora entendido como prática, embora cada vez mais condenado em termos de valor. O corporativismo, por sua vez, perdeu força, deixando de ser uma forma de organização da sociedade civil intermediada pelo Estado, para se transformar em mera estratégia de defesa de interesses por determinados grupos sociais. O insulamento burocrático foi colocado em xeque como antidemocrático. Nesse quadro, a tecnoburocracia estatal perdeu poder na medida em que não consegue mais legitimidade para se insular na política. Com a reforma do Estado, houve uma direção de um Estado regulador e financiador, ao invés de executor; sendo cada vez menor, embora mais rígido de forma a ganhar governabilidade, dotado de instituições e estratégias administrativas gerenciais. Através das agências autônomas e das organizações sociais o Estado brasileiro pode contar agora com instituições muito mais flexíveis, eficientes e voltadas para resultados. Instituições, entretanto, que não são caracterizadas principalmente pelo insulamento burocrático, mas pelo controle de uma alta burocracia situada no núcleo estratégico do Estado, a qual responderá aos políticos eleitos. A eficiência somar-se-á, assim, a demanda de responsabilização (*accountability*) (Nunes, 2010, p.28).

Para o autor a ênfase excessiva em uma ou mais gramáticas específicas em detrimento de outras teve o efeito de criar obstáculos nas relações entre o Estado e a sociedade civil, ao quebrar alguns dos laços que ligavam certos grupos de interesse ao Estado. A noção de gramática, com toda a sua carga semântica, indica a existência do que se poderia designar como linguagens em uso no mundo da política, indicando os princípios que as estruturam.

Segundo Franco (1997), no caso brasileiro, tanto os responsáveis governamentais pela área social quanto aqueles da sociedade civil permaneceram imersos na confusão advinda de um desenho inovador, porém conflitante com o ordenamento burocrático do Estado. As ações contestatórias e reivindicativas dos movimentos sociais acabariam colidindo com um arcabouço institucional pouco articulado à realidade da sociedade. Tais categorias se mesclariam de forma desordenada, construindo uma racionalidade fluída e processos de construção de políticas sociais marcados pela descontinuidade e fragilidade.

Costa (2002) elucida que durante muitos anos perdurou no Brasil a ideia da inexistência de um espaço público entre nós, na medida em que se acreditava que “a esfera privada se apresentava de tal forma ampliada que a lógica das relações pessoais e patrimonialistas seria “contrabandeada” para o plano público, condicionando os relacionamentos nessa órbita” (p. 30).

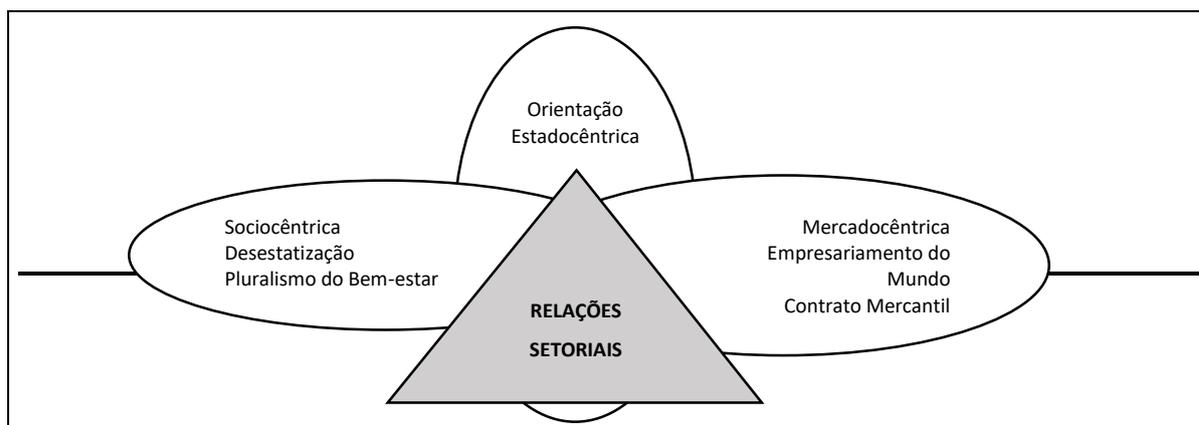
Cardoso (2000) menciona que o aumento e a expansão de organizações das organizações da sociedade civil em decorrência das limitações do Estado no enfrentamento de problemas complexos – sociais, políticos, econômicos, culturais – fazem com que as ações compartilhadas por diferentes atores também se ampliem envolvendo atores públicos e privados.

Nesse contexto, é importante refletir como essas configurações vêm se definindo na esfera pública, e como a academia tem se debruçado sobre esse fenômeno, suas interpretações sobre o papel social desses atores, e correlações de forças existentes.

As relações setoriais trazem em si situações nas quais organizações, recursos, racionalidades e instituições sociais se interpenetram (Vernis et al., 2007; Selsky, Parker, 1948, 2011, 2015; Prefontaine et al., 2000), podendo se pautar tanto em forte orientação estadocêntrica (Morales, 1999; Lopes, 2013); do mercado, sob o que Harvey (1992) denomina de “empresariamento do mundo”, responsabilidade social dos atores de mercado (Abramovay, 2004; Swedberg, 1994; Seitanidi, 2005, 2006; Ryan, 2007), e Oliveira (2002) de “vigência completa do contrato mercantil”; bem como também da própria sociedade civil (Vieira, 2001; Pereira, 2012; Cunill Grau, 1996; Armani, 2013), com o que Morales (1999) chama de desestatização e Vernis et al. (2007) de pluralismo de bem-estar (Teodósio, 2008, p.27).

A pluralidade de perspectivas de análise sobre as relações setoriais no Brasil e no mundo, apresentada por Teodósio (2008), lança novos desafios, dentre eles conceber os fenômenos de colaboração não apenas como aporte de recursos, mas também das relações de poder socialmente construídas, discursos e práticas sociais de interesse e defesa; ultrapassando o modelo de análise “tradicional” desses relacionamentos - conforme ilustração a seguir.

Figura 1 - Modelo “tradicional” sobre as Relações Setoriais



Fonte: Adaptação da obra de Teodósio, 2008.

A construção de um novo modelo demanda ainda atenção ao modo como as organizações da sociedade civil se afirmam legitimando as fronteiras entre Estado, mercado e comunidade e, ao mesmo tempo, se inserem no espaço marcado por interpenetrações, hibridização e diluição de fronteiras (Ferreira, 2009).

Interações entre atores de Estado, organizações da sociedade civil e empresas adquiriram lugar de destaque nas discussões acadêmicas e na formulação de agendas de políticas sociais a partir das últimas décadas. No passado, as dinâmicas de relacionamento entre atores de Estado, movimentos sociais e corporações caracterizaram-se pela dominância de uma lógica de embate, conflito, controle recíproco e busca de responsabilização pelos problemas sociais. Nas últimas décadas, assiste-se a uma proliferação de diferentes formas de articulação entre esses atores, muitas delas balizadas por tentativas de construção de políticas, programas e projetos sociais sob diferentes graus e formas de colaboração. Tais iniciativas recebem diferentes denominações, quer seja nos estudos acadêmicos, quer seja nas iniciativas de intervenção social, configurando uma verdadeira polissemia, na qual se inscrevem variadas formas de articulação colaborativa, ora denominadas de parceria, ora de aliança, coalizão, cooperação, intersetorialidade, complementaridade, contratação e terceirização, dentre outras (Teodósio, 2008, p.16).

Nesse trabalho, optou-se por não debruçar sobre às nomenclaturas convencionalmente utilizadas sobre as interfaces que envolvem a Sociedade Civil organizada, o Estado e Mercado no Brasil (Noletto, 2000; Austin, 2000, 2001; CNISP, 2001; Fischer, 2002, 2003; Bava, 2002; Cardoso, 2000; Denhardt, 2003, Teodósio, 2003, 2008, 2009). Acredita-se que tais abordagens conceituais, de alguma forma e grau de variação, estarão explícitas nas agendas (discutidas no próximo item, o 3.2.1) que perpassam esses setores. E talvez o mais importante, de que uma delimitação conceitual pudesse “obscurecer” a análise de elementos – como a modernidade líquida e o “terceiro espírito” do capitalismo - que sustentam e justificam as relações setoriais atuais. Essa discussão será retomada, e melhor tratada, no capítulo sobre a Análise Crítica do Discurso.

3.2.1 OSCs e as relações setoriais: agendas da política pública e da responsabilidade social empresarial

Importante compreender os eventos dessa aproximação entre o Estado e o Sociedade Civil organizada, principalmente no que rege a legitimação dos processos de prestação de serviço para execução das políticas públicas. Com este propósito, a seguir serão mencionados marcos importantes desse processo.

A gênese da mortificação das OSCs na relação Estado ocorreu a partir da Reforma Administrativa do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), via as proposições da Comunidade Solidária, ganhando novas roupagens até os dias atuais. Foi a partir da agenda da CPI das ONGs que desencadeou e impulsionou toda a discussão e mobilização em prol do novo MROSC.

Segundo Franco (2002), a Comunidade Solidária, juntamente com vários parceiros da sociedade civil e do governo federal, partiu do princípio de que nenhum setor da sociedade, isoladamente, pode impor aos demais sua lógica de funcionamento. Além disso, admitiu que a Sociedade Civil tem uma racionalidade própria, que não deriva do Estado nem do mercado, e considerou que a autorregulação da sociedade global como sistema complexo, se existir, só pode ser fruto de uma sinergia entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Ainda de acordo com o autor, o protagonismo da Sociedade Civil se tornou decisivo para o desenvolvimento social e, por conseguinte, para o desenvolvimento em geral. Assume-se, assim, que o Terceiro Setor cumpre um papel estratégico na consolidação e na expansão de uma esfera pública ampliada, que não seja monopólio do Estado e sem a qual não se pode avançar o processo de democratização das sociedades (Franco, 2002).

Tenório (2002) sinaliza que a construção de um novo modelo, incluindo também as expertises do Terceiro Setor, não significaria, desprezar ingenuamente as tecnologias gerenciais oriundas do Primeiro Setor, quanto às políticas públicas, e as do Segundo Setor quanto à produtividade. Nesse contexto, a adoção de uma gestão focada em resultados, de maneira profissionalizada, fez com que os entes federativos selecionassem as organizações da sociedade civil para execução das políticas sociais (Tenório, 1999, 2002, 2005).

Neste cenário, as organizações da Sociedade Civil de interesse público (OSCIPs) ganharam destaque frente às demais entidades do Terceiro Setor, e cada vez mais incorporaram e se organizaram em prol da manutenção de acordos políticos vigentes, conectando eixos estruturantes da cultura cívica e da racionalidade administrativa; buscando se sustentar no campo das políticas públicas (Ferrarezi, 1997, 1998; Ferrarezi & Rezende, 2000).

Costa (2014) argumenta que parceria OSCIP e Estado emergiu questões sobre a configuração administrativa, estilo de gestão e autonomia das entidades envolvidas. Têm-se, de um lado, o reconhecimento das OSCIPs, sobre a importância de adesão e sinergia gerencial com a proposta da máquina burocrática estatal, mas de outro as mesmas apresentam “incômodos” diante das possibilidades do exercício do poder do Estado sobre elas, o que poderia comprometer sua autonomia, em que o tipo de racionalidade instrumental predomina e influencia os processos da articulação intersetorial.

A partir de denúncias veiculadas na imprensa brasileira a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais, sobretudo aquelas que atuam com questões ambientais e indígenas na região amazônica foi criada a “CPI das ONGs”. Por meio do Requerimento nº 201, de 2007, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar “a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais – ONGs – e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs -, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até 30 de abril de 2009. O relatório gerado pela “CPI das ONGs” foi contundente ao concluir pela necessidade premente de se aperfeiçoar os mecanismos pelos quais se materializam a relação de parceria entre Poder Público e ONGs (Relatório CPI das ONGs, 2002).

A Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG), contrária a esse movimento, se posicionou na época de que o objetivo não-manifesto da CPI era estabelecer um controle político sobre a atuação das ONGs no país, principalmente das organizações ambientalistas e indígenas. Retificou que esse PL e posteriores guardavam em si uma lógica controladora do Estado sobre as organizações da sociedade civil, e que não avança em uma perspectiva ampliada de reconhecimento e fortalecimento das entidades que compõem o tecido organizativo da sociedade civil brasileira, e que se disfarçam sob o manto da defesa do interesse público e da transparência para proporem um tratamento discriminatório contra as ONGs. Também ponderou que não havia fundamento na desinformação insistentemente inculcada junto à opinião pública, segundo a qual entidades que atuam na área social teriam algum tipo de acesso a fundos públicos não sujeitos a mecanismos legais de controle (ABONG, 2007).

O Brasil aderiu, em 2011, à Parceria para o Governo Aberto (*Open Government Partnership* – OGP), pacto internacional para melhoria da gestão pública que gera compromissos como a transparência e a criação de mecanismos para que o cidadão exerça o seu direito legítimo de fiscalização do poder público. Em 2011, foi criado um grupo de discussão sobre o marco regulatório das OSCs, envolvendo diversas entidades e redes dessas

organizações, que se dispuseram em torno da Plataforma Marco Regulatório das OSCs (Plataforma OSCs, 2011).

Em 2014 houve a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Compromisso Nacional pela Participação Social, iniciativas com o objetivo de sistematizar as diretrizes em relação aos canais de participação no poder Executivo, visando alcançar um maior grau de aderência social, transparência e eficácia às políticas públicas. O resultado dessa mobilização envolveu muitas idas e vindas acerca de delicados pontos, e no mesmo ano aprovou-se o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, Lei no 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Federal no 8.726/2016, que definiu regras de transparência e acesso à informação para nortear as relações de parceria entre OSCs e poder público (MROSC, 2015).

Nesse contexto havia um posicionamento de defesa dessa parceria entre Estado e organizações da sociedade civil. Lopes et al. (2017) argumenta que a participação social tem sido cada vez mais demandada ao Estado e os seus principais atores – “as OSCs e os movimentos sociais – precisam ser estimulados e fortalecidos. Sendo preciso prover uma regulação mais adequada aos processos de parceria com o Estado, tendo ênfase na lógica burocrático-formal de controle” (p.6). Mas, estudos recentes apresentam argumentos que demandam cautela sobre essa “parceria”.

As parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC) são um fenômeno observado em vários países. No Brasil, esse evento também tem tido uma relevância crescente para a disponibilização de serviços públicos. [...] O que se observa é uma bagagem cultural e um legado institucional e normativo que pendem excessivamente para o controle e que têm se exacerbado nos últimos anos por todas as esferas da Administração Pública. [...] Apesar da articulação das OSCs em torno da agenda do MROSC, muitos desafios ainda se impõem para a continuidade desse processo para que o marco jurídico se torne uma inovação no âmbito da gestão pública. As parcerias com as OSCs para a realização de políticas de interesse público, aparentemente, tendem a complementar o caráter descentralizado da administração pública, impactando a concepção e a gestão do próprio Estado. Essa forma de operacionalização democrática pode conferir às políticas públicas possíveis recursos de inovação, tais como maior capilaridade, porosidade territorial e incorporação de mecanismos e tecnologias próprios de uma sociedade civil que, experimenta e encontra soluções para questões estruturais do país e detém parte importante do conhecimento e estratégias para enfrentá-las (Mendonça & Falcão, 2016, p. 44).

Algo importante analisado por Mendonça e Falcão (2016) é que a regulação desses relacionamentos traz em si uma visão particular do Estado com relação à sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas. Essa discussão será retomada no capítulo da análise crítica do discurso que permeiam eventos sobre as relações entre OSCs e Estado.

Após a apresentação de alguns dos principais eventos da relação entre as OSCs brasileiras e Estado, agora serão apresentados os que se destacam na sua relação com o Mercado, o que também impulsiona o processo mortificação das OSCs brasileiras.

Fischer (2002, p. 28) considera que a atuação social empresarial por meio de alianças de colaboração com organizações da sociedade civil “pode se constituir em um dos eficazes mecanismos de asseguramento da sustentabilidade e eficácia das ações sociais, integrando diversos agentes econômicos no esforço do desenvolvimento social no país”.

Os analistas apontam essas características de surgimento da industrialização moderna do Brasil como o conjunto de fatores que impediu que esse crescimento econômico contribuísse para efetivar o desenvolvimento social. Embora a indústria viesse a alavancar as condições de modernização, como o aceleração da urbanização, a formação de um mercado consumidor e a ampliação das chamadas classes médias, não foi suficiente para constituir uma economia sólida e ações redistributivas. Além disso, não promoveu a emergência de um empresariado nacional independente, que assumisse a liderança na busca de soluções dos problemas sociais. A história brasileira está recheada de personagens que demonstraram a iniciativa individual do exercício da filantropia empresarial, porém tal empreendedorismo social restringiu-se ao espaço de atuação pessoal, não se configurando em traço comum do conjunto dos empreendedores brasileiros (Fischer, 2002, p.44).

Na contramão desse registro histórico negativo sobre a implicação dos empresários em agendas sociais no país, a pesquisa de Faria e Sauerbron (2008) descreve demais fases da responsabilidade social que contem paradigmas que buscam romper com a apatia e desinteresse com a esfera pública. O quadro a seguir apresenta elementos históricos e normativos, tanto no âmbito internacional quanto nacional, que descrevendo a “evolução” paradigmática do mundo empresarial sobre às questões sociais e ambientais.

Quadro 03 - Principais fases da Responsabilidade Social Empresarial

FASE	CARACTERÍSTICAS
<i>O surgimento da RSE (1900-60)</i>	O surgimento das ciências administrativas e a rápida profissionalização dessa atividade, no início do século XX nos EUA, provocaram debates sobre a dimensão social das empresas. O conceito de responsabilidade social é construído nessa época, apoiando-se nos princípios básicos da licantropia e da governança, manifestações paternalistas do poder corporativo (Carroll, 1999). As empresas são estimuladas a serem generosas para com os “desfavorecidos” e a levar em conta, no curso de suas atividades, os interesses de outros atores sociais. Por causa dos dilemas morais enfrentados por executivos, surgem também nesse período as preocupações com uma ética de ordem pessoal na condução dos negócios. Os princípios morais tradicionais da honestidade, integridade, justiça e confiança foram incorporados ao mundo dos negócios, o que denota a restrição da RSE ao âmbito da responsabilidade individual. Segundo Carroll (1999), os textos desenvolvidos nesta época (por exemplo, Bowen, 1953; Heald, 1957) centram no indivíduo o foco da responsabilidade (ou consciência) social, caracterizando a inexistência da ideia de ética empresarial.

<p><i>A segunda fase da RSE (1960-80)</i></p>	<p>A década de 1960 foi marcada pelas tentativas para definir a RSE de forma mais precisa (Carroll, 1999). Isso se deve em grande parte ao cenário de contestações e de turbulência social da década de 1960, quando grandes empresas se tornam alvos frequentes de diversas reivindicações, motivadas pelo fortalecimento de princípios revolucionários e pela mobilização da sociedade civil. Essa mobilização possibilita o surgimento de movimentos sociais que passam a exercer pressão sobre as empresas, discutindo a sua responsabilidade das mesmas sobre diversas questões — tais como poluição, consumo, emprego, discriminação racial e de gênero (Korten, 1996:80). No início da década de 1970, surgem debates centrados na responsabilidade social das empresas, na economia política e nos limites do crescimento. As corporações passaram a responder por obrigações mais amplas que a mera rentabilidade. Constitui-se formalmente a ética empresarial, um campo interdisciplinar protagonizado pela filosofia e pela administração (De George, 1987). Com a consolidação das discussões sobre a ética empresarial de orientação normativa, o vocabulário da filosofia (bem, mal, dever, justiça) começa a ser gradualmente substituído por uma terminologia mais sociológica (poder, legitimidade, racionalidade). Assim, a ideia de responsabilidade dissocia-se progressivamente da noção discricionária de filantropia, e passa a referir-se às consequências das próprias atividades usuais da empresa (Kreitlon, 2004).</p>
<p><i>A terceira fase da RSE (a partir de 1980)</i></p>	<p>A década de 1980 se caracteriza pela diversificação das correntes teóricas dedicadas ao questionamento ético e social das empresas e por uma crescente institucionalização do fenômeno (Kreitlon, 2004). Parte desse processo pode ser explicada pelo crescente poder global das corporações multinacionais e o crescimento exponencial do volume de volume de investimentos diretos feitos por essas corporações em diversos países. Muitos desses investimentos eram impulsionados pelo histórico interesse de deslocar atividades tidas como socialmente indesejáveis nos EUA e na Europa para países menos desenvolvidos. Em paralelo, tendo em vista o enfraquecimento do poder do Estado, grandes incentivos foram concedidos a essas corporações por governantes em diferentes países, como exemplificado pelas recentes guerras fiscais no Brasil. Normas e certificações de responsabilidade social foram criadas em diversos países sob o patrocínio das próprias corporações e de grandes empresas de consultoria e auditoria (Boje, 2002). Uma das questões principais é a observação de que a escola de ética nos negócios (business ethics) foi seguida por duas abordagens a partir dos anos 1980: negócios e sociedade (business & society) e gestão de temas sociais (social issues management).</p>

Fonte: obra de Faria & Sauerbron, 2008.

O Brasil foi pioneiro no cumprimento das metas dos ODM, na gestão do governo Lula, sendo referência global na eliminação da miséria e diminuição da desigualdade social. Especificamente através de programas sociais, 2 milhões de brasileiros saíram da miséria, consideradas tecnologias sociais inovadoras, como o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único para programas sociais, estabelecidos através do Plano Brasil Sem Miséria. O que possibilitou a consolidação de uma plataforma sólida para a construção de ações voltadas aos mais pobres (Brasil, 2014).

O movimento junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento criou o Prêmio ODM Brasil, que marcou o estabelecimento de parceria entre o Estado, as empresas e a sociedade civil na busca de solução dos problemas apontados pelas Nações Unidas, que deram origem ao estabelecimento das Metas do Milênio que devem ser alcançadas pelos países. Estes mecanismos visam qualificar e medir, tanto as dificuldades, quanto os avanços deste processo, com prazo estipulado de quinze anos (PNUD, 2015).

O PNUD Brasil lançou, em 2015, o documento “Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos ODS. Como consequência, foram identificadas as bases de dados, fontes e desagregações possíveis que o Brasil dispõe para monitorar as 169 metas referentes aos 17 ODS, sendo estes: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura familiar; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água limpa e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; inovação infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação. Assim, em relação ao ODS o monitoramento das metas tanto no plano global como no nacional se dará por indicadores nacionais (Plataforma Agenda 2030).

Smith (1994) considera importante a ação social estar diretamente à estratégia de negócio, afirmando que empresas competem entre si em preço e em cidadania. Pontua também o crescente papel das organizações da sociedade civil como parceiros estratégicos das empresas nos movimentos de mudança social e na antecipação de novos objetivos negociais.

A responsabilidade social é considerada uma estratégia para alcançar êxito e maximização de benefícios, ao promover uma resposta positiva para a sociedade em relação a tais práticas, para o qual se faz necessário conhecer o comportamento das empresas, sendo relevante buscar uma comunicação efetiva onde a credibilidade e transparência são básicas, e além de uma adequada estratégia de diálogo com cada stakeholder. O enfoque dos stakeholders presume que as responsabilidades da empresa não se limitam aos acionistas, mas a um grupo muito amplo, que engloba todos aqueles que impactam ou são impactados pelas atividades das empresas direta ou indiretamente, como empregados e sindicatos, clientes e consumidores, governo, sociedade e associações (Calixto, 2007, p.2-3).

Em dados e as análises da pesquisa do IPEA, “Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil” de 2018, apresentam retrato atualizado inédito sobre o universo das 820 mil OSCs com Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas (CNPJs) ativos no Brasil, em 2016, com dados detalhados do pessoal ocupado referentes a um grupo menor, 525 mil OSCs, referentes a 2015. As OSCs expandiram-se nos últimos anos, embora se observe contração em 2014. Os novos dados retratam um setor amplo, com importância econômica no mercado de trabalho, além da conhecida relevância em ações de interesse público (Lopez, 2018).

No Brasil, o compromisso com a Agenda 2030 tem se pautado em iniciativas tanto no PNUD Brasil e institutos de pesquisa e monitoramento, como o IBGE e IPEA, quanto pela atuação de organizações empresariais (GIFE, ETHOS) que enxergam nos ODS uma

oportunidade e uma agenda que pode retroalimentar outras agendas internas e aumentar a visibilidade sobre os investimentos e melhoria em questões socioambientais (Brasil, 2018).

Desde então constata-se no Brasil o crescimento da atuação social de empresas e da formação de alianças entre elas e organizações da sociedade civil. A visibilidade propiciada pela mídia e a atuação de entidades que disseminam o conceito da Responsabilidade Social tem estimulado essa tendência, que parece orientar-se no sentido de fortalecer a participação da sociedade civil organizada (Fischer & Falconer, 1998; Fischer, 2002, 2005).

4. MODELO TEORICO: A “MORTIFICAÇÃO” DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NAS RELAÇÕES COM O ESTADO E O MERCADO

As referências passam a ser não os sujeitos históricos pré-determinados, com alguma vocação ou missão a desempenhar
 - como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção
 - ou a categoria das classes populares – coletivo socialmente heterogêneo em termos da inserção no mercado de trabalho, mas, homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito.
 Gohn.

Nesse capítulo será apresentado o modelo teórico que sustenta a análise do corpus dessa pesquisa. Oferece, sucintamente, possibilidades de interpretação da Modernidade associada às transformações sociais, econômicas políticas e culturais ao longo da história, dentre as suas principais características - sólida e líquida – na ordem capitalista.

Também nessa seção são identificados alguns elementos que tendem a constituir o universo de relações setoriais, buscando compreender os possíveis “lugares” de representação e interfaces entre a Sociedade civil organizada, o Estado e o mercado. Com especial atenção à constituição do fenômeno da “mortificação” das OSCs nessas relações, impulsionado pela ascese do “terceiro espírito” do capitalismo e pelo medo da “modernidade líquida”.

4.1 Modernidade - sólida ou líquida: condições da vida social, econômica e política

Bernam (1986) considera que entre os diversos pensadores da sociologia, da filosofia não existe exatamente um consenso de onde começa a modernidade (uma palavra, hoje, muito em voga, ambígua, no entanto). Para o autor não faz sentido falar de uma data exata de onde ela começa, pois há diversas disputas para entender esse processo. Mas, há esforços de identificação das fases da modernidade, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 4 – Períodos históricos e possíveis fases da modernidade

FASE	DESCRIÇÃO
<i>1ª fase</i>	Início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estavam começando a experimentar a vida moderna. Tateavam, desesperadamente, mas em estado de semi cegueira, no encalço de um vocabulário adequado; com pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados.
<i>2ª fase</i>	Começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente,

	em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização.
<i>3ª fase</i>	No século XX o processo de modernização se expande a ponto de abarcar o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais.

Fonte: Adaptação da obra de Bernam, 1986.

Tornar-se moderna perpassou por um processo de “modernização”, um período histórico longo que tem complexas causas e consequências. Como dito anteriormente, é difícil dizer uma data em que a modernidade se inicia, mas pelo menos é possível dizer dois eventos históricos que são decisivos para que a modernidade se estabeleça, sendo eles: i) a Revolução Industrial que transforma radicalmente a quantidade e a velocidade das mercadorias produzidas, provocando mudanças econômicas decisivas que aceleram e consolidam o capitalismo, ii) e a Revolução Francesa que rompe com a estrutura social e a estrutura política do antigo regime, e lança as bases para a organização do Estado e da política moderna (Florenzano, 2007; Shinn, 2008).

Bauman (1998) elucida que o colapso da modernidade se tornou o colapso da razão, da manipulação dos signos, da capacidade de deslocar sentidos para o indivíduo e narrativas cada vez mais passageiras, curtas. Aquilo que está no lugar de algo se tornou o signo manipulado na modernidade do que é real, o abandono do concreto, do objetivo científico e geral, em troca tendo as incertezas e intranquilidades da existência Pós-moderna (Bauman, 1999b). Nesse processo, a tríplice aliança dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade que dominou o mundo moderno no campo de batalha político não escapou ao exame atento e à censura decorrente.

Não é de admirar – por mais que os planejadores políticos tentassem, viam-se constantemente numa situação de perda, lutando inutilmente para alcançar os três valores ao mesmo tempo. Viam a liberdade militando contra a igualdade, essa fazendo pouco caso do sonho de liberdade e fraternidade constituindo uma virtude dúbia na medida em que os outros dois valores não conseguiam encontrar um *modus coexistente*. Acabavam também pensando que – dada a imensa e irrefreada energia a liberdade humana – os objetivos da igualdade e fraternidade vendiam muito barato o potencial humano. A igualdade não podia ser facilmente afastada da perspectiva da uniformidade. A fraternidade cheirava com demasiada frequência a unidade forçada e a uma demanda de que os aparentes irmãos sacrificassem a individualidade em nome de uma suposta causa comum. Não que os meios se saíssem melhor que os valores. A conquista de natureza produzia mais desperdício do que a felicidade humana. Uma coisa que a expansão industrial produziu de forma espetacular foi a multiplicação de riscos: mais e maiores riscos, riscos sem precedentes (Bauman, 1999, p.285).

O autor ainda menciona que embora ainda bem próximos da era moderna e sentindo os efeitos da turbulência que ela provocou houve um movimento posterior para ter uma visão fria e crítica da modernidade em sua totalidade. É isso, que representaria a ideia da Pós-modernidade, uma existência plenamente definida pelo fato de ser posterior (“pós”), e esmagada pela consciência dessa condição.

A Pós-modernidade não significa necessariamente o fim, o descrédito ou a rejeição da modernidade. Não é mais (nem menos) que a mente moderna a se examinar longa, atenta e sobriamente, a examinar sua condição e suas obras passadas, sem gostar muito do que vê e percebendo a necessidade de mudança. A Pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalisando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A Pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com sua própria impossibilidade, uma modernidade que se auto monitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente (Bauman, 1998, p.289).

Na segunda metade do século XX teria ocorrido uma decepção com estruturas criadas pela modernidade, e os exemplos disso foram a própria crise da democracia representativa do Estado-nação, a incapacidade do mercado de lidar com a desigualdade, entre outros. Importante lembrar que em um momento em sua trajetória intelectual o próprio Bauman (1999a) aderiu à ideia de pós-modernidade nos anos 90, como mostrado anteriormente, quando tentava interpretar as causas e consequências da globalização.

Pouco tempo depois, Bauman retoma sua análise sobre a “pós-modernidade” (1998), considerando-a um termo equivocado no seu uso, já que a sociedade ainda se sustentava moderna, conforme sua publicação “Modernidade Líquida” (2001). A reserva do autor em relação à pós-modernidade estava na sua negatividade. Para ele, a única coisa que o termo sugere, de maneira errada e falsa, é o que a sociedade não é mais. Ou seja, uma frase negativa, em que a sociedade não seria mais moderna, tornando-se algo diferente. Alertava que o termo não diz, tampouco sustenta argumentos, o quão diferente a sociedade se tornou. O termo decretaria o fim de uma era, mas não possuía conteúdo suficiente para descrever ou para criticar o presente da realidade. Reforçando assim que a sociedade não deixou de ser moderna, e a característica de derreter sólidos não apenas continuava presente, como se intensificou, mas agora em uma modernidade líquida.

Mas, afinal o que significa a modernidade líquida? Para entender o que significa isso um caminho é analisar a metáfora do sólido e do líquido.

Características dos líquidos – variedade de fluidos – mostram, em linguagem simples, é que estes, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluídos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a muda-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que afinal, preenchem apenas ‘por um momento’. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro. Essas são razões para considerar ‘fluidez’ ou ‘liquidez’ como metáforas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da modernidade (Bauman, 2001, p. 08-09).

Para Bauman (2001), uma principal característica da modernidade é de derreter sólidos que ela recebe, isso significa que as estruturas políticas, sociais e econômicas; bem como as relações sociais sólidas que ela recebia da sociedade tradicional são dissolvidas. Modernidade seria precisamente o grau de liquidez, porque toda modernidade foi líquida, toda modernidade se especializa em derreter sólidos, em derreter as estruturas e forma de vida recebidas, e de refazê-las em molde diferente. Com isto, a modernidade se divide em duas etapas, a clássica/sólida e a líquida.

O autor ainda sustenta o argumento de que toda a modernidade se especializa em derreter as estruturas recebidas. Em que a modernidade sólida tem a preocupação dos sujeitos e ou instituições de não apenas em dissolver o que os sólidos receberam da tradição, mas principalmente a preocupação em construir novos sólidos que vão substituir os antigos da tradição. Para o autor, o que moveu os pioneiros da modernidade, no início do projeto moderno, foi a insatisfação com a solidez dos sólidos existentes. Estes acreditavam que não eram sólidos o suficiente, e a verdadeira ordem que iriam construir – a ordem moderna - seria distinta do passado, por ser verdadeiramente sólida – próximo ao que seria o tipo ideal de sociedade perfeita.

Como exemplo, para melhor ilustrar essa premissa, retomemos as ideias do Iluminismo e as suas influências na Revolução Francesa. A sociedade francesa antes da revolução era uma sociedade essencialmente agrária, o lugar que uma pessoa nascia determinava quase todo o seu futuro, e os ideais iluministas queriam romper e dissolver a solidez dessa estrutura social tradicional (Florenzano, 2007). E a sua intenção, no entanto, era de criar novos sólidos fundamentados na razão. As ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade foram símbolos desses novos sólidos que estavam sendo criados, uma estrutura de Estado de poder, uma nova economia, enfim, um novo modelo de sociedade. No entanto, o diagnóstico do Bauman (2001) foi que esse modelo sólido de modernidade ficou para trás. O

projeto da modernidade líquida é afastar àqueles que não podem consumir, quem não se insere na lógica do consumo (Fragoso, 2011).

Giddens (1991) dimensiona a ordem social emergente da modernidade como capitalista, tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. “E o caráter móvel, inquieto da modernidade seria explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que ocasiona uma disposição para o sistema se expandir” (p.20). Tem-se o capitalismo como força propulsora das instituições modernas (Giddens, 1997, 1998, 1999, 2002).

O capitalismo foi um dos grandes elementos institucionais a promover a aceleração e expansão das instituições modernas. A maior parte das teorias ou perspectivas sociológicas tendem a procurar um só nexos institucional dominante nas sociedades modernas, ou estas sendo capitalistas ou industriais. [...] O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o ‘zoneamento’ tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (*inputs*) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos (Giddens, 1991, p. 60-62).

Santos (1995) analisa o marxismo como talvez a maior das teorias emancipatórias da modernidade, devido certo reducionismo economicista e um determinismo evolucionista, criticando sua suposta fé (do marxismo) na ciência e na razão modernas. Mas, ressalta que enquanto episteme esta pode contribuir a trilhar uma transição paradigmática.

As críticas que lhe têm sido feitas incidem, por um lado, no seu determinismo e evolucionismo e, por outro, no seu reducionismo economicista. [...] O que não tem hoje validade é o fato de Marx, fiel às premissas culturais da modernidade no seu tempo, não ter podido pôr a questão da direção da transformação social fora de um quadro legal de necessidades evolucionistas, convertendo assim a questão da necessidade da direção na questão da direção necessária. (...) o segundo traço da teoria da história de Marx, o reducionismo econômico (...) O marxismo é uma das mais brilhantes reflexões da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos mais genuínos. Se a modernidade se torna hoje mais do que nunca problemática, o marxismo será mais parte do problema que defrontamos do que da solução que pretendemos encontrar. No entanto, há que distinguir. No plano epistemológico, o marxismo pouco pode contribuir para nos ajudar a trilhar a transição paradigmática. Marx demonstrou uma fé incondicional na ciência moderna e no progresso e racionalidade que ela podia gerar. Pensou mesmo que o governo e a evolução da sociedade podiam estar sujeitos a leis tão rigorosas quanto as que supostamente regem a natureza, numa antecipação do sonho, mais tarde articulado pelo positivismo, da ciência unificada. A crítica epistemológica da ciência moderna não pode assim deixar de envolver o marxismo (Santos, 1995, p. 35-36).

Souza (1997) ao analisar a obra weberiana menciona que a mesma alegava que a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas eram uma amarga e irônica ilusão. Explica que eles mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da

racionalidade e da liberdade humana universal. Havia uma identificação entre a racionalização e a modernização, partindo de uma tese da racionalização do mundo a partir das concepções religiosas do mundo, analisada (entre outras) no exemplo da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

O objetivo da obra de Weber na *Ética Protestante e o espírito do capitalismo* é a determinação das afinidades eletivas entre os impulsos religiosamente motivados para a condução da vida prática e o 'espírito do capitalismo'. [...] O conceito de espírito do capitalismo ganha seu conteúdo precisamente sob o pano de fundo dessa atitude ética, a qual confere os traços mais típicos da modernidade especificamente ocidental (Souza, 1997, p. 62-63).

A modernidade seria o próprio mundo racionalizado da economia capitalista, do Estado burocrático moderno, das esferas de valor da ciência, arte e moral. A modernidade ocorreu, a partir das análises de Weber (2004), nessa forma típica ideal, já que a racionalização do mundo levou ao seu desencantamento.

Weber atribuiu a esse processo importância universal, considerando-o inevitável e irreversível, mas a consequência dessa racionalização foi a "perda de significado e coerência", como houve perda de liberdade no interior das sociedades modernas. Para Weber, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade proposital-instrumental. Essa forma de racionalidade afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e até as artes. O desenvolvimento da racionalidade instrumental não levaria à realização concreta da liberdade individual, mas à criação de uma "jaula de ferro" da racionalidade burocrática da qual não há como escapar (Bernstein, 1985, p.5).

Borges (2011) explica que a diferença histórica decisiva entre as religiosidades de salvação predominantes no mundo oriental e no ocidental consiste em que a primeira desemboca essencialmente na contemplação (em que místicos dispõem à posse contemplativa do sagrado), e a última, no ascetismo (em que os ascetas buscam participar dos processos do mundo). Ou seja, "o misticismo implica que o crente se torne receptáculo do divino, enquanto o ascetismo produz um crente que se torna um instrumento" (p.33).

Toda necessidade de salvação seria, para Weber (1984), expressão de uma indignação e, por isso, a opressão econômica ou social é uma fonte eficiente, ainda que não exclusiva, de seu renascimento.

A atitude religiosa ascética conduz o virtuoso a submeter seus impulsos naturais ao modo sistematizado de levar a vida, o que pode provocar uma reorientação da vida social da comunidade num sentido ético religioso, um domínio racional do universo. Para concentrar-se nas obras da salvação pode ser necessária uma separação do mundo – incluindo-se aí as relações familiares, os interesses econômicos (ascetismo negador do mundo) – ou a atividade dentro e frente à ordem do mundo (ascetismo orientado para o mundo, secular ou intramundano). No primeiro defende-se contra as distrações

que a vida terrena oferece, no segundo, o mundo torna-se uma obrigação, e a missão se torna a ser um transformador ou revolucionário racional, transformando-se segundo os ideais ascéticos (Weber, 1984, p.429).

Souza (1997) menciona que se tratava para Weber demonstrar uma relação de causalidade entre a “ética” do trabalho referente ao capitalismo moderno ocidental e elementos da moral protestante. Vínculo este estabelecido por uma “peculiaridade espiritual inculcada pela educação” (p. 33).

O significado cultural da ética protestante da modernidade ocidental deve ser considerado antes no favorecimento por parte desta de um “espírito de reificação” do que de um “espírito do capitalismo”. A reificação e a consequente atitude instrumental em relação a si e, aos outros e à natureza da subordinação de todos os valores em relação ao serviço de Deus. O decisivo aqui é que a reificação irá não só preencher as condições para o aparecimento de uma nova concepção “desencantada” do mundo, mas também uma nova forma correspondente de consciência na medida em que favorece o isolamento individual e a necessidade de reconhecimento, para qualquer ação com pretensão de sucesso, das leis que regem o mundo (Souza, 1997, p.67).

Vieira (2013) aponta dois modelos de ascese que implicam modificações subjetivas, através de técnicas e exercícios de controle da conduta, a fim de obter um estado de purificação, por meio da atividade do indivíduo no interior do mundo, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 5: Comparação entre a subjetivação cristã e a subjetivação greco-romana

SUBJETIVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DO DISCURSO
<i>Subjetivação Cristã</i>	E é bem entre produção de verdade e renúncia de si que me parece ser aquilo que se poderia chamar o esquema da subjetividade cristão, ou melhor, o esquema da subjetivação cristã: um procedimento de subjetivação que é historicamente formado e desenvolvido no cristianismo e que se caracteriza de maneira paradoxal pela ligação obrigatória entre a si mesmo. Digamos que (...) na espiritualidade cristã é o sujeito guiado que deve estar presente no interior do discurso verdadeiro como objeto de seu próprio discurso verdadeiro. No discurso daquele que é guiado, o sujeito da enunciação deve ser o referente do enunciado: é a definição da confissão. O modo de transmitir a verdade, em uma relação chamada “pedagógica”, a transmissão de uma verdade tem por função dotar um sujeito de capacidades e saberes que ele antes não possuía. Aqui, não se trata da qualidade da ordem, ou daquele que dá a ordem, mas da obrigação de obedecermos qualquer ordem, pois “obedece-se para poder tornar-se obediente”, para produzir um estado de obediência (...) a obediência é e deve ser uma maneira de ser”. Os cristãos, ao contrário dos gregos, não podem e não devem tomar por si mesmos sua própria medida e, além disso, ignoram o que são.
<i>Subjetivação Filosófica</i>	A parrhesía representa, do lado de quem a pronuncia, um pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta, pois ele se compromete a fazer o que diz e a ser sujeito de uma conduta que obedece à verdade que ele formula. E é esse o cerne da parrhesía, o sujeito da conduta deve ser idêntico ao sujeito de enunciação. De forma diversa, em uma relação “psicagógica”, a transmissão de uma verdade não tem por função dotar um sujeito de aptidões, mas modificar o seu modo de ser. Na filosofia greco-romana, ao contrário, quem deve estar presente no discurso verdadeiro é aquele que dirige. E deve estar presente não sob a forma da referência do enunciado (ele não

	tem que falar de si mesmo); está presente não como aquele que diz: “Eis o que sou”; está presente em uma coincidência entre o sujeito da enunciação e o sujeito de seus próprios atos: “Esta verdade que te digo, tu a vês em mim”.
--	---

Fonte: Adaptação da obra de Vieira, 2013.

É possível encontrar esses elementos ascéticos nos trabalhos de Weber (2004) e de Foucault (1976), já que estes se voltam a uma crítica do presente histórico e problematizam a “consolidação na modernidade de um processo de racionalização, vinculando-os ao redor de uma preocupação comum, sendo o problema do controle exercido sobre a conduta dos homens” (Furtado, 2013, p.202). A prática do ascetismo emerge assim como espaço privilegiado para estas problematizações, discutido em seus escritos “A ética protestante e o espírito do capitalismo” com a ascese cristã, e “A hermenêutica do sujeito” com ascese filosófica.

O exame de consciência na direção grega e romana e a direção cristã, então, diferem drasticamente. Os dois possuem efeitos de conhecimento e de subjetivação muito diversos. A direção antiga recai sobre as ações e não sobre as intenções. No centro da direção cristã, há duas obrigações: obedecer e nada esconder. Na ascese protestante, estas práticas estão organizadas de modo metódico, mediante regras impostas por uma autoridade exterior ao sujeito, conduzindo-o à renúncia do eu e sua submissão. Em contraponto, para a ascese filosófica, o conjunto de técnicas de si ajuda a compor o quadro de uma arte da vida, tendo por meta o eu do sujeito e sua transformação eticamente orientada, face à aquisição de discursos verdadeiros. Contudo, busca-se o estabelecimento de um domínio de si, capaz de constituir uma armadura necessária ao enfrentamento dos infortúnios da existência (Vieira, 2013, p.224).

Harvey (1992, p.303) menciona que no sistema capitalista há dois regimes de acumulação bem diferentes, a condição da “modernidade fordista” e do “pós-modernismo fordista”, e seus modos associados de regulação podem conviver cada qual como um tipo distinto e relativamente coerente de formação social. A estrutura de sentido de toda sociedade seria sempre um momento sintético em algum lugar desses dois extremos.

A *modernidade fordista* está longe de ser homogênea. Há muito nela que se vincula com uma fixidez e uma permanência relativas – capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos, uma configuração fixa de influência e poder político-econômicos, uma autoridade e metateorias facilmente identificáveis, um sólido alicerce na materialidade e na racionalidade técnico-científica e outras coisas da espécie. Mas tudo isso gira em torno de um projeto social e econômico de Vir-a-Ser, de desenvolvimento e transformação das relações sociais, de arte áurica e de originalidade, de renovação e vanguardismo. A *flexibilidade pós-modernista*, por seu turno, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo; no entanto, ela também personifica fortes compromissos com o Ser e com o lugar, uma inclinação para a política carismática, preocupações com a ontologia e instituições estáveis favorecidas pelo neoconservadorismo (Harvey, 1992, p. 303-304).

Esta “estrutura de sentido” é interpretada por Boltanski e Chiapello (2009) como o “espírito do capitalismo”. O que tornaria o capitalismo não apenas uma ordem desejável, mas igualmente motivaria a sua expansão, e “mobilizaria as instituições ao mostrar que a produção capitalista seria fonte de entusiasmo, de segurança e de justiça social para aqueles que dela participassem” (p.41). Os autores identificam que a história do capitalismo passou por três etapas/fases, e que “a transição para um modelo de produção flexível implicaria, igualmente, em profundas transformações nas formas de mobilização, caracterizando novos espíritos do sistema capitalista” (p.42), resumidamente descritos no quadro a seguir.

Quadro 6: Fases e principais características do “espírito” do Capitalismo

FASE	CARACTERÍSTICAS
<i>Primeiro Espírito do Capitalismo</i>	Remonta ao fim do século XIX, cuja figura característica era o empreendedor burguês, com a conseqüente hegemonia dos valores burgueses vigentes. Contraditório ao tentar conciliar sede de benefícios e moralismo, avareza e caridade, cientificismo e tradição familiar. Utilitarismo vulgar - pretendia justificar os sacrifícios exigidos ao avanço do progresso. Os arranjos do emprego privilegiavam a empregabilidade à estabilidade. Concentração de poder - Aos proprietários cabia a organização das finanças e da distribuição e venda dos bens. As empresas desta primeira fase do capitalismo restringiam suas atividades ao seu <i>core business</i> , terceirizando funções e empregados. A principal vantagem – os proprietários não precisavam se envolver diretamente na produção. Mudança estrutural- difusão de novas técnicas de administração; Nascimento de grandes empresas capitalistas. Destaca-se o papel exercido pelas pressões dos trabalhadores contra as precárias condições de trabalho que vigoravam no primeiro espírito como uma das importantes forças propulsoras para a sua transformação.
<i>Segundo Espírito do Capitalismo</i>	<p>Marcada pela ênfase na grande empresa frente ao desprestígio da figura do empreendedor familiar. Os fundamentos deste novo espírito estão cristalizados na literatura de <i>management</i>, como veículo de difusão de práticas modernizantes que visavam, em boa medida, superar as fragilidades do estágio anterior. Fordismo-keynesianismo - a base político-sócio-econômica sobre a qual se erigiu o segundo espírito. Gênese da grande empresa capitalista escreve a transição do Capitalismo, cuja ênfase não está mais no empreendedorismo do empresário familiar, mas sim na grande empresa capitalista. O trabalho seguia os princípios da administração científica, em que os trabalhadores tinham mais estabilidade e remunerações fixas. O espírito da Era de Ouro do Capitalismo, do auge do Estado de Bem-Estar Social e da carreira na empresa. Superacumulação Cíclica.</p> <p>O segundo espírito tem pleno desenvolvimento entre os anos 30 e 60. A tônica aí recai menos sobre o empresário individual e mais sobre a organização, centrada no desenvolvimento da grande empresa industrial centralizada e burocratizada no início do século XX. Tem como figura heroica o “diretor” ou o “dirigente assalariado” que, diferentemente do acionista que procura aumentar sua riqueza pessoal, é habitado pela vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho da firma que ele dirige, com o fim de desenvolver uma produção de massa, baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados.</p>
<i>Terceiro Espírito do Capitalismo</i>	Rupturas e continuidades - a crise do Petróleo nos anos 1970, a intensificação da liberalização financeira e, a derrocada do assim chamado “socialismo real”, deflagrada pela queda do Muro de Berlim. Um novo tempo que poderia ser inclusive denominado de pós-moderno, pós-empresarial ou mesmo pós-industrial. Identifica nesta nova fase a permanência das grandes marcas do capitalismo detectadas por Marx: a orientação contínua para o crescimento, o crescimento baseado na exploração do trabalho vivo e a necessidade do dinamismo tecnológico

e organizacional. O capitalismo seria por necessidade tecnológico e organizacionalmente dinâmico, em função da busca pelo lucro e da dinâmica da luta de classes, pode ser definido como alguma coisa, esta coisa é uma mudança constante impulsionada pela vontade de acumular capital. Mudança no regime de acumulação e no modo de regulação social e política a ele associado, baseando-se no entendimento da “escola da regulação”. Uma materialização do regime de acumulação flexível - reconfiguração das estratégias de exploração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Fim do compromisso de trabalho estabelecido após a Segunda Guerra, cujos elementos constituintes: o diploma, a possibilidade de ascensão e a aposentadoria. Em que a descentralização não tem como contrapartida a desconcentração no poder - as grandes corporações permanecem tendo vantagens competitivas sobre os pequenos negócios.

O terceiro espírito se encontra ainda em formação. Assim como as saídas da crise ideológica do primeiro espírito, na segunda metade dos anos 30, não podiam ser previstas; vive-se o mesmo com uma crise do segundo espírito. O poder de mobilização do “segundo espírito” é questionado. Ao mesmo tempo que as formas de acumulação se transformaram, de novo, profundamente. O “fim da ilusão comunista” é um fenômeno característico do contexto atual que impõe um desafio para se esboçar uma saída praticável ao capitalismo.

Fonte: Adaptação das obras de Braudel, 1979; Halal, 1986; Boltanski & Chiapello, 2009; Forno, 2014.

Boltanski e Chiapello (2009), no estudo sobre o “terceiro espírito” do capitalismo, apontam que se iniciou uma nova lógica de justificação e cada vez mais influente, que enfatiza a mobilidade, a disponibilidade e a variedade de contatos pessoais: uma *Cité* Projetada ou Relacionada.

Na *Cité* orientada para projetos, o padrão geral em qual a grandeza é avaliada é atividade. A vida é concebida como uma série de projetos, quanto mais eles diferem uns dos outros, mais valiosos. O que é relevante é sempre perseguir algum tipo de atividade, nunca estar sem um projeto, sem ideias, estar sempre ansioso e se preparar para algo junto com outras pessoas, que são reunidas pela unidade de atividade. Os projetos são bem adaptados à rede, pelo fato de serem transitórias: a sucessão de projetos, multiplicando conexões e aumentando o número de vínculos, resulta em uma expansão de redes. Na *Cité* orientada para projetos, um “excelente” deve ser adaptável e flexível (Boltanski & Chiapello, 2009, p.124).

Um aspecto deste ordenamento é o domínio, em que algumas formas de fazer sentido são dominantes ou comuns em uma determinada ordem de discurso, outras são marginais ou oposicionais ou alternativas. Parte do Iluminismo que fundou toda a ideia de combate ao medo na ideia de tecnologia teve na razão mecanismo de controle. Bauman (2007) menciona que “grande parte do capital comercial pode ser – e é acumulada a partir da insegurança e do medo” (p. 18). O problema dos medos atuais, estariam subterrâneos e generalizados, fazendo com que grupos sociais abram mão da liberdade para fugir do medo, aceitando o que é imposto (Bauman, 2008).

Qualquer grupo social que queira dominar economicamente outro grupo, de modo a extrair permanentemente e continuamente o produto do seu trabalho, precisa, antes de tudo, saber “colonizar” o seu espírito. Ninguém se deixa explorar de modo direto e violento sem reação. A possibilidade de debelar a reação com mais violência sempre se revelou muito custosa e, crescentemente com o avanço da história, de eficácia apenas de curto prazo. No mundo moderno, quem quiser se apropriar, por meio de instrumentos de mercado e de Estado, da riqueza e do produto do trabalho alheio tem,

antes, de convencer os espoliados de que a dominação que os explora e subordina é para seu próprio bem (Souza, 2016, p.22).

Basílio (2010) reforça que “talvez estejamos diante de um enorme e resistente sólido – a ordem econômica – a qual, se assim podemos dizer, se realimenta da própria insegurança e do medo” (p.443). Logo, nos tempos líquidos é de suma importância entender criticamente as transformações sucessivas de seus significados e suas aplicações práticas no mundo capitalista, em especial a complexidade que envolve o “terceiro espírito” do capitalismo.

Nesse contexto, Bauman (2001) propõe a análise de cinco dos conceitos básicos em torno dos quais as narrativas ortodoxas da condição humana tendem a se desenvolver: a individualidade, a emancipação, a comunidade, o tempo/espço e o trabalho - conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 7 - Narrativas da condição humana na modernidade líquida

NARRATIVA	CARACTERÍSTICA
<i>Individualidade</i>	Os indivíduos do “capitalismo pesado”, da “modernidade sólida”, confiavam na administração, na regulação e na equipe de controle. Já na modernidade líquida, os indivíduos se veem como únicos responsáveis por diversas tarefas que antes eram decididas por equipes especializadas, eles nem mesmo sabem como decidir, o objetivo da decisão ou os fins de suas próprias vidas. É uma tarefa nunca acabada, pois tornar-se alguém é de fato estacionar sua identidade em algo fixo, isso já não é mais fácil, talvez nem mesmo possível. A incompletude é, então, constitutiva da identidade líquida.
<i>Emancipação</i>	Bauman apresenta as mudanças nas noções de liberdade e crítica que afetam os projetos emancipatórios da Modernidade. A liberdade no projeto da modernidade sólida passou a ser questionada, pois implicava uma submissão à ordem da sociedade administrada pela razão, ou mesmo porque o liberalismo garantiu certa liberdade individual. Assim, a liberdade passa a ser vista como uma bênção mista, ou seja, uma liberdade que enquadra as pessoas em projetos incertos ou duvidosos.
<i>Comunidade</i>	As comunidades agora são menos ligadas a laços sociais fortes, são temporárias, pois necessitam abdicação de certos traços da liberdade individual. Observa-se o fenômeno de “comunidades explosivas contemporâneas” que são feitas sob medida para os tempos líquidos modernos mesmo que sua disseminação possa ser projetada territorialmente; elas são extraterritoriais – precisamente como as identidades que invocam e mantem precariamente vivas no breve intervalo entre a explosão e a extinção.
<i>Tempo-espço</i>	O poder na “modernidade líquida” está em quem pode se liquefazer, ou seja, quem é livre para tomar decisões, ocupar mais espaço e livre para movimentar-se quase de modo imperceptível. Em termos práticos, o poder se tornou extraterritorial, não mais limitado, nem desacelerado pela resistência do espaço.
<i>Trabalho</i>	O progresso não é mais uma medida temporária, uma questão transitória, que leva eventualmente (e logo) a um estado de perfeição (isto é, um estado em que o que quer que devesse ser feito terá sido feito e não será necessária qualquer mudança adicional), mas um desafio e uma necessidade perpetua e talvez sem fim, o verdadeiro significado de “permanecer vivo e bem”. A questão da exequilidade do progresso, seja ela vista como destino da espécie ou tarefa do indivíduo, permanece como antes, firmemente plantado no presente. A única novidade é que o que importa é a ancoragem do indivíduo em seu próprio presente – algo difícil num mundo de flexibilidade universal.

Fonte: Adaptação da obra de Bauman, 2001.

Essas narrativas se inter cruzam na cultura líquida moderna, imbricadas em contextos de uma sociedade de consumo, um “terceiro espírito” do capitalismo que incute aos indivíduos (podendo ser estendida esta compreensão também às organizações) uma carência de certeza, segurança e proteção. Em que processos de emancipação e regulação social demandam acompanhamento, tutorial daqueles que possuem poder e propriedade dos elementos (sociais, políticos, econômicos e culturais) ditos “sólidos” nessa nova ordem social. Apostam-se em relacionamentos e interações em que “medos são mais aterradores por serem tão difíceis de compreender, porém mais aterradores ainda pelo sentimento de impotência que provocam” (Bauman, 2008, p.29).

A partir do que foi discutido até o momento, a seguir será apresentado um modelo teórico sobre as relações setoriais entre as OSCs, o Estado e o Mercado, que inclui significações sobre a modernidade líquida e o “terceiro espírito” do capitalismo, o que vem a constituir o fenômeno denominado “mortificação”.

4.2 A (re) significação das relações setoriais no contexto moderno-líquido e do “terceiro espírito” do capitalismo

Junqueira (1998) aponta que um dos maiores desafios apresentados nas relações setoriais é a cultura política, elemento que deve ser acrescentado à análise e alcançar lugar de destaque de interpretação, pois lida com valores e processos cognitivos consolidados sobre uma percepção setorializada das políticas sociais, além de resistências previsíveis de grupos e de interesses contrariados.

Almond e Sidney (1963) esclarece que a concepção de cultura cívica, sendo uma categoria mista de cultura política, permite compreender a noção de participação política em estruturas geralmente consideradas como legítimas, e a existência das racionalidades que orientam a máquina estatal e os demais setores.

A cultura política se configura como um modelo de atitudes e orientações face à política entre os membros de um sistema político. Pois, se trata de um padrão particular de orientações para a ação política, de um conjunto de significados e propósitos em que cada sistema político está imbuído; e tende a contribuir para compreensão do comportamento político e as diferenças vivenciais de regimes, o porquê de um reino subjetivo ordenado da política que dá sentido algumas decisões políticas, que disciplina as instituições e possibilita a significação social dos atores envolvidos (Almond & Sidney, 1963, p.180).

Essa interação entre setores implicaria processos dinâmicos, mediados por paradigmas que orientam a mudança das instituições sociais e de suas práticas. O que para Almond e Sidney

(1980) não haveria uma relação decisiva ou determinante entre cultura e estrutura, mas ambos se influenciam mutuamente. O que corrobora com a afirmativa de Teodósio (2008), de que é possível encontrar uma tensão a respeito da convivência de motivações e racionalidades nas relações setoriais, no universo da cultura política (e cívica) e em processos formais de inserção, seja no campo de políticas públicas e ou na responsabilidade social empresarial.

É momento de repensar as práticas e racionalidades dos atores (Estado, mercado e organizações da sociedade civil), aquilo que é assumido como novo, mesmo não necessariamente sendo, é significado a partir de diferentes práticas discursivas, que revelam disputas de poder e hegemonia, bem como múltiplos caminhos para constituírem esse novo caminho. Ao contrário de se constituírem em apenas disputas semânticas, a análise dessas expressões e significados, explícitos e implícitos, podem desvelar os sentidos que as parcerias tri-setoriais carregam para os atores, bem como os desdobramentos sobre a gestão de políticas públicas e projetos sociais que estão em jogo nesse reordenamento de práticas e racionalidades (Teodósio, 2008, p. 116-117).

Nesse contexto, o fenômeno da “mortificação” é de fundamental importância para análise desse estudo, pois se pauta no cerne da noção de “espírito” do capitalismo, que é a ascese, e da modernidade líquida que é o medo. Ascese entendida como uma forma, um momento, uma doutrina pela qual a pessoa ou uma organização passa por determinados processos, no qual procura purificar e demonstrar determinadas virtudes (Weber, 2004). E o medo líquido, tem sido para Bauman (2008), “seguramente o mais sinistro dos muitos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época, via uma sociedade individualizada notável por sua resistência à solidariedade (p.167).

Na obra de Weber (2004), a Ética protestante e o espírito do capitalismo, é possível identificar duas formas ascéticas como virtuosas, a ascese calvinista e a ascese metodista que passam pela racionalização do indivíduo e do trabalho. Esse processo faria parte do processo da mortificação, caracterizada pelo suplício da “jaula de ferro”, ou seja, pela organização burocrática que se pauta nas forças de controle, típico da ascese de uma modernidade sólida. Um paradoxo ascético, pois a promessa do Iluminismo de uma racionalização pela emancipação do indivíduo acabou aprisionando-o pelo controle burocrático. Em contraponto, se tem a modernidade líquida que é moldada pelos sólidos e que vão se definindo ao seu entorno.

Esta nossa vida tem se mostrado diferente do tipo de vida que os sábios do Iluminismo e seus herdeiros e discípulos avistaram e procuraram planejar. Na vida que eles vislumbravam e resolveram criar esperava-se que a proeza de domar os medos e refrear as ameaças que estes causavam fosse um assunto a ser decidido de uma vez por todas. Mas, no ambiente líquido-moderno, contudo, a luta contra os medos se tornou tarefa para a vida inteira, enquanto os perigos que o deflagram – ainda que nenhum deles seja percebido como inadmissível - passaram a ser considerados companhias permanentes e indissociáveis da vida humana. Nossa vida está longe de

ser livre do medo, e o ambiente líquido moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças (Bauman, 2008, p.15).

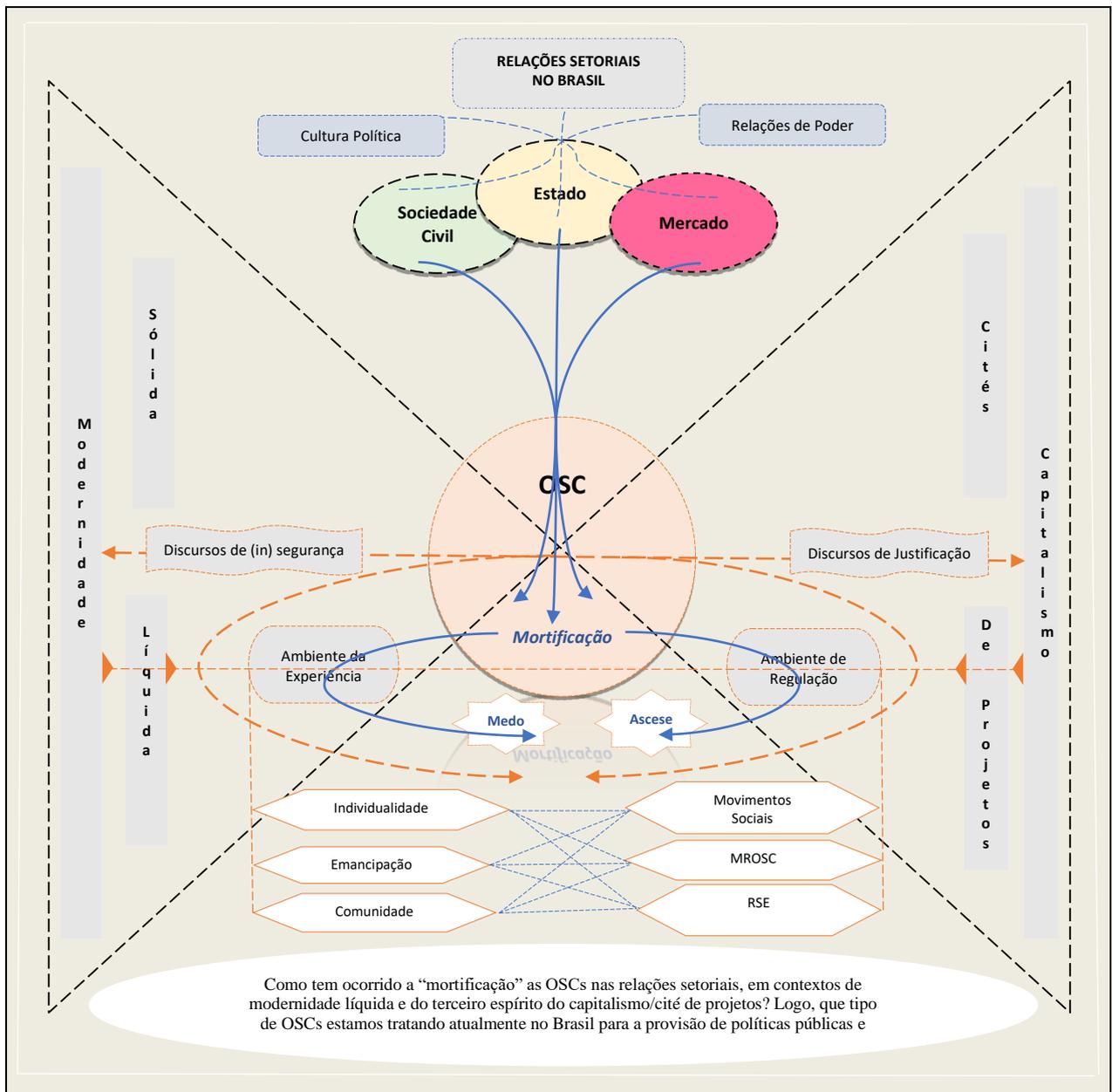
Para Bauman (2001) a emancipação do indivíduo se faz de uma maneira diferente, pois o discurso da modernidade seria um processo de derretimento dos sólidos, ou seja, eliminar as obrigações irrelevantes que impediam a via do cálculo racional dos efeitos. Essas são as razões para considerar “sólida” e “líquida” como metáforas adequadas quando se quer captar a natureza da pretérita e presente fase, renova de muitas maneiras, na história da modernidade.

Bauman (2008) também argumenta que, como todas as outras formas de coabitação humana, a sociedade líquido-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável, controlado. A vida líquida flui ou arrasta de um desafio para outro e de um episódio para outro, e o hábito comum dos desafios e episódios é sua tendência a terem vida curta. Pode-se assim, presumir o mesmo em relação à expectativa de vida dos mesmos que atualmente afligem os indivíduos e organizações.

A ideia de “mortificação” significa o processo pelo qual os indivíduos e organizações desempenham determinados rituais para demonstrar seu ascetismo, a sua capacidade e o poder de adaptação, ressignificação e ou transformação na modernidade, por meio da construção de uma racionalidade sólida ou líquida. Nesse processo, as organizações da sociedade civil deixariam de lado o espectro convencional de um perfil organizacional homogêneo, ou de uma unilateralidade nas suas relações como permanentes e sólidas, e passariam a se (re) definirem pelo acúmulo de experiências estabelecidas e novas sínteses do “terceiro espírito” do capitalismo/ cité de projetos.

A figura a seguir apresenta esses elementos no modelo teórico sobre o fenômeno da “mortificação” das OSCs nas relações setoriais com o Estado e o Mercado, conforme proposto nesse estudo.

Figura 2 - Modelo Teórico: A “mortificação” das OSCs brasileiras nas relações setoriais com o Estado e o Mercado



Fonte: bases teóricas de Almond e Sidney (1963, 1980); Foucault (1976, 1980, 1986, 1987, 1996, 2001, 2002, 2008, 2010, 2011); Weber (1980, 1984, 2004); Santos (1990, 1995); Bourdieu (1979, 1980, 2003); Giddens (1991, 1997, 1999, 2002); Gohn (2000, 2007, 2008); Keane (2001); Bauman (2001, 2003, 2007, 2008); Fairclough (1992, 1995, 1996, 2001); Sorj (2005); Boltanski & Thévenot (2006); Alves (2002, 2004, 2006); Avritzer (1994, 1996, 1997, 2000, 2002, 2007); Fligstein & Neil (2007); Tenório (1999, 2005, 2008); Teodósio (2003, 2008, 2009); Nogueira (2003, 2004, 2007); Faria & Saurebon (2008); Chiapello & Boltanski (2009); Nunes (1996, 2010); Bittencourt (2012); Ballestrin (2013); Andion (2007, 2017); Krieger & Andion (2014); Perlatto (2015); Mendonça & Falcão (2016); Souza (2016); Mendonça (2017).

Ao analisar a figura, os fluxos dos discursos de insegurança e justificação indicam as intersecções entre duas realidades conflitivamente complementares e reciprocamente relacionadas no mundo moderno (sólido e líquido), que são a ascese e o medo. Em que o processo de modernização capitalista leva a uma maior compreensão desses dois elementos, o

que nos permite compreender e discutir a “mortificação” das OSCs nas relações com o Estado e o mercado, em ambientes de emancipação social e regulação.

Nesse contexto, alguns conceitos básicos (apresentados no item 4.1) em torno dos quais as narrativas ortodoxas da condição humana tendem a se desenvolver servem como base de análise às racionalidades discursivas e pragmáticas das OSCs. Tais conceitos corroboram diretamente com as principais narrativas que tecem a complexa “mortificação” das OSC nas relações setoriais.

A compreensão de “espírito” do capitalismo como uma ideologia serve para sustentar o processo capitalista em seu dinamismo histórico, enquanto atende as formas historicamente específicas e variáveis do que é preciso” (Boltanski & Chiapello, 2009, p.39). Também pode ser visto como uma ordem do discurso, ou seja, uma maneira como diversos gêneros, discursos e estilos são conectados em rede. Melo (2012) entende como uma “estruturação social da diferença semiótica – uma ordem social específica de relações entre diferentes formas de fazer sentido, ou seja, diferentes discursos, gêneros e estilos” (p.310).

A perspectiva da modernidade líquida traz um novo sentido, e mais que isso, redireciona a um novo alvo, sendo que um dos principais efeitos desse redirecionamento é dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. As relações se apresentam pelas escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, pelas ações políticas de coletividades humanas, de outro (Bauman, 2001).

A narrativa da *individualidade* ilustra a capacidade do indivíduo em fazer, identificar e ampliar suas potencialidades, escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor o servir (Bauman, 2001). Ao pensar as OSCs por essa ótica, nos deparamos com a diversidade de tipologias (legais e ideológicas) que estas assumem na esfera pública, em uma pretensa autonomia frente ao desempenho e exercício do seu papel social. O que parece estar em jogo é uma redefinição da esfera pública como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e assistidos, e as condições sociais tornam alguns papéis “naturalizados”, evidentes à luz de algum argumento já precedente. A problemática em questão não pretende se limitar apenas à fronteira entre o que seria privado e público, e sim às suas reais consequências, algo que muitas vezes não é inteiramente explorado/refletido, principalmente em pesquisas da Administração, configurando um campo fértil de análise.

A narrativa de *emancipação* nos permite refletir sobre o jogo de dominação na era da modernidade líquida. Ao pensarmos sobre o cerne das relações sociais, a realidade social se apresenta como um complexo de estruturas de dominação. Segundo a perspectiva weberiana, a

ênfase ao conceito de dominação, parte integrante das relações sociais em qualquer esfera, se assenta como espaço de interesses, de autoridade e possibilidade de estabelecer ordens e ter obediência a determinados conteúdos ou significados sociais. A questão para nossa análise seria como isso ocorre na prática das OSC, refletindo sobre as “bases de legitimidade” ou ordem legítima das suas condutas, como estas se tornam válidas, qual a probabilidade de determinada ação social se orientar em grau considerável, identificando o percurso e a validade de uma ordem principalmente ao que compete as suas relações setoriais.

A narrativa da *comunidade* dialogaria com o conceito de “intersectorialidade”. Bauman (2001) problematiza que na modernidade líquida há fragilidades dos laços humanos, um preço inevitável do direito de os indivíduos perseguirem seus objetivos individuais, mas que também não podem deixar de ser, simultaneamente, um obstáculo para perseguir eficazmente esses objetivos. Deparamo-nos com o duelo da natureza paradoxal da “individualização” (de autoproteção) *versus* a natureza contraditória da resposta comunitária (da defensiva). A percepção de uma atual política de “precarização” das relações entre as OSCs e Estado e os atores de mercado ilustraria bem essa abordagem, e apontaria para um “paradigma de transitoriedade das parcerias”, devido à mortificação dos seus laços sólidos - se estes realmente algum dia existiram (Bauman, 2001, p.205). Tais laços tenderiam a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem consumidas, e não produzidas; estando sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo.

O que corrobora também com o conceito de trabalho, o qual se sustenta no encantamento moderno com o progresso, de como a vida que pode ser trabalhada, pois segundo Bauman (2001) a modernidade não conhece outra vida senão a vida feita, em que o capital - cada vez mais global – tem suas ações expostas às desconcertantes forças do mercado quanto aos recursos existentes.

As justificativas para as relações setoriais com as OSCS não se limitam a questões jurídicas ou formais, mas envolvem a gestão de uma ampla, complexa e contraditória gama de interesses. Krieger e Andion (2014) pontuam que as organizações da sociedade civil podem assumir diversos papéis, transformando suas fontes habituais de legitimidade seja por meio de investimento social privado ou na esfera pública mais plural e complexa.

É importante entender como essas relações interagem produzindo críticas e confrontos e/ou levando a acordos que têm por base justificações consideradas legítimas. O contexto sócio-histórico atual coloca como preocupações centrais das OSCs nos processos de institucionalização e de mobilização de recursos, denotando uma racionalização do campo. Isso tem levado à difusão das técnicas industriais e de mercado na esfera da sociedade civil e ao enfraquecimento do seu papel político. Esse processo remete ao tenso encontro entre as esferas públicas e privada, que produz, em

muitos casos, a subordinação da primeira à segunda, o que fragiliza a política e a própria autonomia da sociedade civil. Esse movimento já foi evidenciado por diferentes autores como: i) Hannah Arendt (1999), ao denunciar a ascensão do social que ocorre quando o mundo privado prevalece sobre o mundo público; ii) por Bauman (2001), por meio da crítica feita ao controle do mercado nas políticas relacionadas às agendas de opções individuais (Krieger & Andion, 2014, p.106).

Vale explicar que toda essa análise deve ser via a dimensão meso da vida social, e provém da ideia de habilidade social, pois a mesma oferece uma abordagem que ultrapassa a dicotomia entre estrutura versus agente. Sendo que o mais importante para análise é como as regras preexistentes de interação e distribuição de recursos entre os atores agem como fontes de dominação (Fligstein, 2007).

Um contexto em que os atores sociais hábeis podem ou não compreender a percepção dos conjuntos de atores de seu grupo em relação às suas múltiplas concepções de interesse e identidade, bem como a percepção dos atores dos grupos externos. A compreensão de situações específicas pode proporcionar uma melhor interpretação e determinar ações que estejam de acordo com os interesses e as identidades existentes. [...] A habilidade social funciona como uma microestrutura para compreender o que os atores fazem nos campos. Para começar, é a combinação de recursos, de regras preexistentes e das habilidades sociais dos atores que funciona para produzir campos, estabilizá-los periodicamente e produzir a transformação. Os atores sociais hábeis ajustam suas ações dependendo da organização atual do campo, sua posição nesse campo e os movimentos atuais dos atores hábeis de outros grupos no campo. O processo social é importante porque, mesmo em campos estáveis, os atores sociais hábeis precisam manipular regras e recursos para auxiliar a reprodução das ordens locais (Fligstein, 2007, p.67-69).

A dimensão meso desse modelo teórico se pauta nos ambientes de justificação da *Cité de Projetos* brasileira, configurando as relações setoriais das OSCs, dentre elas: i) com a sociedade civil, por meio dos movimentos sociais e demais tipos de associativismo; ii) com o Estado, principalmente após a reforma administrativa desencadeando marcos regulatórios das OSCs; iii) com o mercado, por meio das orientações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que regem os projetos de responsabilidade social empresarial. O que permite compreender as OSCs no Brasil, quais condições sociais e que modos de vida produzem e reproduzem na provisão de políticas públicas e da responsabilidade social empresarial, principal recorte desse estudo.

5. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DAS RELAÇÕES DAS OSCs BRASILEIRAS COM ESTADO E COM O MERCADO

Em cada sociedade, a produção do discurso é imediatamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos, cujo papel é tutelar seus poderes e perigos, domesticar suas casualidades, escapar da sua ponderável, formidável, materialidade.
Foucault.

Essa seção tratará a Análise Crítica do Discurso (ACD), tanto como teoria quanto método. Focalizando assim, a variabilidade das práticas sociais em oposição ao modelo hegemônico de códigos predominantes, como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais (Fairclough, 2001).

O que se segue não deve ser considerado como um esquema, pois não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica da pesquisa e conforme suas respectivas visões do discurso. As abordagens seguintes são tomadas como indicadores dos principais elementos e das considerações que se aplicam a análise do discurso, conforme perspectivas teóricas apresentadas nos capítulos anteriores.

5.1 A escolha da análise: um jogo de desconstrução/reconstrução

Como mencionado no modelo teórico, a análise crítica do discurso (*critical discourse analysis*) se constitui como “projeto global” de análise nessa pesquisa, superando a perspectiva tradicional de pesquisas que envolvem as OSCs no Brasil. Um alargamento teórico, por meio de um olhar diferenciado, que se lança sobre as práticas discursivas que envolvem as relações setoriais, e possibilita compreender o fenômeno de “mortificação” das OSCs.

Optou-se pela análise crítica de discurso por ser um método inovador em estudos organizacionais (Grant, Keenoy, & Oswick, 2001; Phillips & Hardy, 2002), e envolve formas de pensar sobre o discurso (elementos conceituais) e formas de tratar o discurso como dados (elementos metodológicos) bastante distintas da maioria das abordagens qualitativas (Hardy, 2001).

A ACD é uma teoria que veio expandir algumas teorias, no campo da AD, que não extrapolavam a superfície do discurso, inaugurando, por assim dizer, no contexto anglo-saxônico, aportes teóricos que procuram dar conta das intrincadas e complexas relações entre discurso e poder. Sua importância para o entendimento da linguagem como prática social é inquestionável, mas os modos de abordagem que os analistas

críticos do discurso adotam precisam receber atenção cuidadosa, no que tange aos métodos usados, às análises feitas e às conclusões sobre o fenômeno social investigado (Rodrigues-Junior, 2009, p.129).

É no gênero de análise qualitativa que se inscrevem muitos pesquisadores que se filiam, cada um à sua maneira, a uma linguística de corpus - de corpora extensos, para dizer melhor, pois não há nenhuma linguística que não seja de corpus. Correa (2011) sinaliza que esses trabalhos trazem resultados preciosos, fundamentando análises semânticas. Porém, para quem se interessa não somente pelo sentido das palavras, mas por seu efeito social.

Adotar-se-á uma pesquisa crítico-interpretativa, uma perspectiva atualmente emergente e valiosa para as pesquisas na área de Administração em geral. A autora sinaliza em sua obra sobre o tema que demais objetos de pesquisa próximos do que é aqui discutido, em sua grande maioria, possuem investigações imersas em disciplinas tradicionalmente dominadas pelas perspectivas positivistas e funcionalistas, segundo Pozzebon e Petrini (2013 apud Benbasat et al., 1987; Lee, 1989; Yin, 1994).

As abordagens interpretativas ou construtivistas objetivam produzir investigações detalhadas da maneira pela qual uma determinada realidade social tem sido construída. Abordagens críticas concentram-se mais explicitamente na dinâmica do poder e ideologia que cercam as práticas sociais. Longe de ser incompatível, muitos estudos construtivistas (interpretativistas) são sensíveis às relações de poder, enquanto os estudos críticos incluem uma preocupação em relação aos processos de construção social que sustentam os fenômenos de interesse (Phillips & Harrdy, 2002), os quais estão intimamente ligados ao poder (Pozzebon & Petrini, 2013, p.3).

Dada a preocupação com a compreensão dos significados produzidos pelos atores envolvidos no fenômeno social de interesse, optar-se-á, nessa pesquisa, por métodos orientados à geração de significados, os quais diferem da preferência dos pesquisadores positivistas por métodos orientados à medição (Pozzebon & Petrini, 2013).

5.2. Diga-me o discurso do teu corpus, que te direi qual é a tua dominação!

As técnicas da análise do discurso permitem revelar múltiplos significados e representações e destacam múltiplas vozes e perspectivas, tornando muito útil para conectar os discursos de diferentes atores com considerações mais amplas das relações de poder no seu contexto social.

Existem duas principais contribuições teóricas sobre o discurso. A primeira é uma visão constitutiva do discurso, que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais

do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é uma ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam, e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas (Fairclough, 2001, p.64).

Ao pensar em uma análise discursiva do corpus, sob a égide da ACD, deve-se partir do princípio dialético de que os discursos são produzidos socialmente e de que as estruturas sociais se constroem e se sustentam a partir de uma realidade discursiva.

Para a construção do corpus da pesquisa optou-se pela escolha de um gênero do domínio midiático, por meio de publicações da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG), do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) no que envolve as relações setoriais das OSCs brasileiras com o Estado e o Mercado.

A não utilização do recurso de entrevistas se deve a unidade de representação discursiva que o gênero do domínio midiático permite enquanto análise dessas instituições. Outro motivo seria a dificuldade de adesão de entrevistados a um roteiro atípico às perguntas convencionalmente tratadas sobre o tema. Propunha-se inicialmente trocas de correspondência com os entrevistados, “degustando” elaborações acerca dos principais constructos do modelo teórico, mas o tempo estimado para execução também não favorecia.

De acordo com Mendonça (2017), em 2016, a União Europeia lançou uma linha temática para promoção do ambiente regulatório, político e institucional onde estão inseridas as OSCs, apoiando projetos focados no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Na primeira edição foram contemplados alguns projetos que tratariam diretamente da implementação do MROSC, bem como da agenda mais ampla de sustentabilidade das OSCs e a defesa de direitos humanos no Brasil: estes projetos foram realizados pelo GIFE, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, e pela ABONG. Esse exemplo demonstra o grau de representatividade discursiva que essas instituições possuem em agendas de grande importância às OSCs brasileiras. E dentro do universo de investimentos sociais privados também se destaca a presença do ETHOS.

O GIFE se caracteriza como uma associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Nasceu como grupo informal em 1989 e foi instituído como organização sem fins lucrativos em 1995, tornando-se então, referência no país no tema do investimento social privado. A atuação do GIFE visa a busca de soluções para superar as desigualdades brasileiras, baseando seu trabalho no fortalecimento político-institucional,

capacitação e apoio à atuação estratégica de seus sócios e de institutos e fundações, especialmente as empresas. A missão do GIFE é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum. Para tanto, incentiva as empresas a realizar o investimento social privado – repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos de interesse público. Entre os seus serviços estão cursos, congressos, publicações e aconselhamento estratégico para empresas iniciando sua atuação social ou que pretendem aperfeiçoá-la. Além disso, o GIFE realiza articulações no Congresso Nacional e nos Poderes Executivos para aprimorar o ambiente legal, fiscal e tributário e estimular a participação da iniciativa privada na área social (GIFE, 2005).

Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, o ETHOS se caracteriza como uma OSCIP criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Reúne empresas associadas de todos os setores, portes e regiões do país, e se constitui como um pólo de organização de conhecimento, troca de experiências e produção de ferramentas que auxiliam as empresas a analisar suas práticas de gestão, estabelecendo padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente. Além das empresas, o Instituto Ethos se articula com outros públicos de interesse, que são parceiros e indutores das mudanças comprometidas com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável – dentre entidades empresariais, jornalistas e veículos de comunicação, comunidade acadêmica, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil (ETHOS, 2005).

Os discursos (re) produzidos pelo GIFE e o ETHOS permitem entender o universo das interações de atores na esfera privada e seus comprometimentos com causas sociais. Ao se caracterizarem como organizações da sociedade civil/empresas, que atuam na área da cidadania empresarial, incorporam critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca da qualidade e eficácia de suas ações (Gohn, 2000). Observa-se que muitas vezes essas interações tendem a ser perpassadas por relações pessoais na sensibilização de indivíduos para um problema social em questão, com a ideia de que interesses não-altruístas e concepções extremamente pragmáticas, manipulativas e ou instrumentais guiarão os relacionamentos colaborativos para projetos de responsabilidade social empresarial (Teodósio, 2008).

A ABONG se caracteriza como uma organização da sociedade civil que se caracteriza democrática, pluralista, antirracista e antissexista, e que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. As suas principais prioridades para o

Triênio 2016–2019 são: 1) Promoção de ambiente favorável à atuação das Organizações da Sociedade Civil com ênfase no fortalecimento da base associativa por meio do empoderamento comunicacional da ABONG e de suas associadas e da expansão de sua capacidade de incidência para além do território nacional via fortalecimento das articulações com a sociedade civil planetária, do fortalecimento da sustentabilidade política e financeira da Associação e de sua base associativa via ação coordenada com foco na implementação da Lei 13.019 e na construção de novas estratégias e paradigmas de mobilização de recursos e financiamento. Fortalecimento da base associativa ainda por meio do fortalecimento de sua identidade política e de um plano nacional de capacitação. 2) Atuação pela radicalização da democracia por meio de balanço crítico e compreensão histórica, da construção de articulação junto à Plataforma pela Reforma Política com espaços de atuação sobre essa pauta, do aprimoramento de aspectos do exercício da democracia participativa e da atuação pela reconstrução do campo da sociedade civil. 3) Promoção de novos paradigmas de organização social rumo ao bem viver por meio da visibilização de alternativas já existentes e produção de novas narrativas, da consolidação de um movimento ecológico popular com bases urbanas e rurais, da promoção de comunicação mobilizadora e da construção de alianças estratégicas - cientistas, movimentos urbanos, comunidades religiosas, povos tradicionais, movimentos ambientalistas, coletivos de comunicação, rádios comunitárias, equipes de comunicação das associadas (ABONG, 2015).

Os discursos (re) produzidos pela ABONG permitem compreender o universo de correspondentes da esfera pública vinculados ao MROSC, dentre as posições de poder (e conflitos) no discurso das relações entre as OSCs e o Estado. As relações com o Estado tende a se pautar na direção de uma política governamental, como uma mobilização como resultado da ação do governo; este descentraliza, repassa recurso financeiro público, define qual a democrática ou autoritária (Guerra, 2015).

Derrida (1991) elucida que o ato de deixar escrito algo é como “produzir uma marca que constituirá uma espécie de máquina por sua vez produtiva, que a uma desapareição futura não impedirá de funcionar e de dar, de se dar a ler e a reescrever” (p. 357).

E isso vale para todos os signos, todas as linguagens, e também “para além da comunicação semiolinguística, para todo o campo do que a filosofia chamaria a experiência, mesmo a experiência do ser: a dita ‘presença’” (p. 358). Dessa forma, o signo é uma marca que permanece, que não se esgota no presente de sua enunciação e que pode dar lugar a uma repetição na ausência e para além da presença dos sujeitos envolvidos que em um contexto específico emitiram, produziram, ouviram, leram, se (in) formaram. E isso também significa que o signo rompe seu contexto para ser legível em um futuro de ausências. Nenhum contexto se fecha sobre si, tampouco o código, porque essa ruptura separa o signo de todas as suas formas de referente

presente, seja ele objetivo ou subjetivo, e esse intervalo que constitui o signo é, na verdade, o surgir da marca (Derrida, 1991, p.358).

Nesse contexto, também serão tratados elementos de um gênero do domínio acadêmico, a partir da análise dos relatórios de pesquisa de Mendonça (2017), da ICNL/USAID, sobre parcerias entre Estado e OSCs, a partir da Lei brasileira 13.019/2014; e da Aliança Capoava com o mapeamento das publicações nacionais sobre alianças e parcerias entre OSCs e empresas brasileiras (Meirelles, 2005). Uma decisão do uso de dados suplementares para a análise discursiva das publicações da ABONG, GIFE e ETHOS, quando necessário.

O estudo “Parcerias entre Estado e OSCs – desafios na construção de colaborações para implementação da Lei 13.019/2014”, da autoria de Patrícia Mendonça (2017, p.1), foi viabilizado pelo suporte da United States Agency for International Development (USAID), através da LEEP Fellowships – Legal Enabling Environment Program, acolhido pelo ICNL – International Center for Not-for-Profit Law. O trabalho relata em detalhe o processo de implementação do MROSC em 03 entes federativos no Brasil: o Estado da Bahia, e os municípios de Florianópolis e Belo Horizonte sobre o novo regime jurídico de parcerias entre a administração pública e as OSCs.

A Aliança Capoava - composta pelas organizações Ashoka, Avina, ETHOS e GIFE – apresentou, em 2005, o resultado de uma pesquisa cujo objetivo era realizar uma leitura criteriosa de uma parcela representativa de 106 trabalhos catalogados, nos últimos dez anos, sobre pauta de alianças e parcerias de organizações da sociedade civil e empresas no Brasil, além de entrevistas com representantes. Ao apontar obstáculos, tendências e lacunas a análise final do trabalho confirma “o enorme desafio que é promover e estimular, no nosso país, a reflexão sobre os modelos e impactos das parcerias e alianças entre organizações da sociedade civil e empresas” (Meirelles, 2005, p. 15).

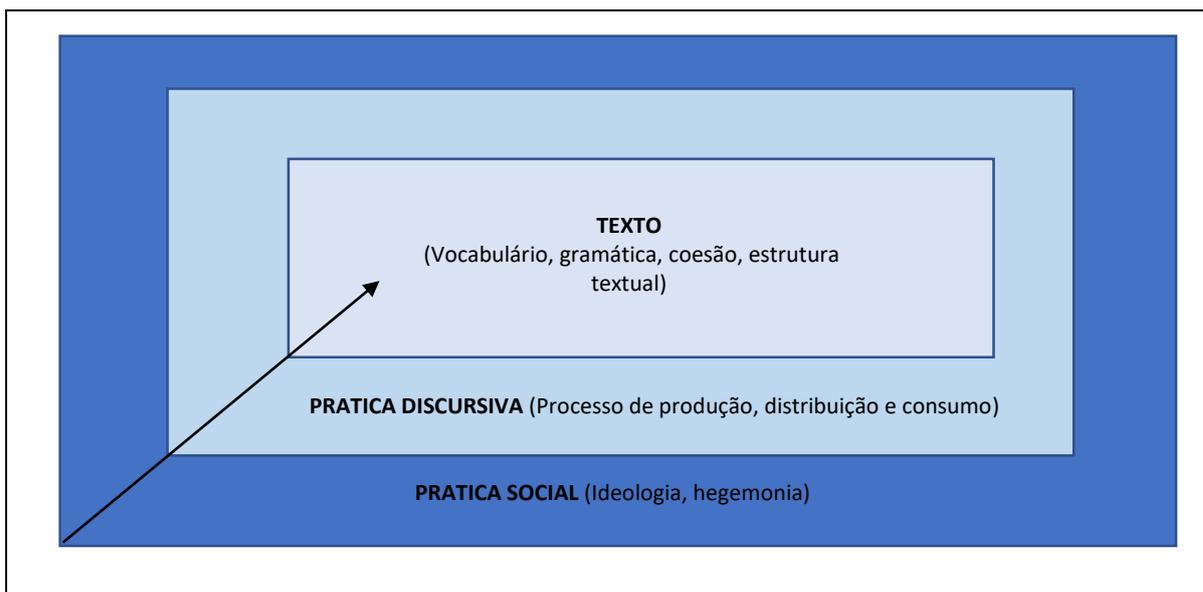
Esse conjunto de gêneros discursivos, especificados acima, constituem o capital temático que procederão as análises. O trabalho empírico busca o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico, com esforços analíticos e reflexivos para construção da coerência na coleta de dados, possibilitando diálogos com os principais elementos do modelo teórico da pesquisa.

A lógica da pesquisa se baseará numa abordagem “empírico-dedutiva” de idas e vindas, pois envolve uma progressão da interpretação à descrição e volta à interpretação: da interpretação da prática discursiva (processos de produção e consumo de texto) à descrição do

texto, à interpretação de ambos à luz da prática social em que se situa o discurso (Fairclough, 2001).

Logo, para utilização da análise crítica do discurso como método adotar-se-á o modelo tridimensional das práticas de linguagem proposto pelo autor, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 3 - Quadro tridimensional da análise do discurso



Fonte: Adaptação da obra de Fairclough, 2001.

Assim, um evento discursivo pode ser compreendido através de três estratos conectados e interdependentes. Uma marca desse debate reside no cuidado que se deve conferir à materialidade verbal para que não seja tomada como dado, a que se atribuiria certa autonomia diante do contexto do qual teria sido extraído. Essa suposta autonomia produziria o efeito indevido de fazer supor que o tipo de conhecimento proveniente da análise empreendida viria apenas do exame dos enunciados (Fairclough, 2001). Relembrando a compreensão segundo a qual “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 296) torna-se aqui uma advertência imprescindível, propondo o investimento em formas de restituir, a partir dos enunciados, sua situação de produção.

A análise textual organizada por tipo de vocabulário, de gramática, de coesão e de estrutura textual. Em que o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre as orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. As estruturas argumentativas dos textos variam entre tipos de discursos, é interessante explorar variações como evidências de diferentes modos de racionalidade e modificações nos modos de racionalidade, à medida que mudam às práticas discursivas. A prática discursiva, constitutiva tanto de maneira

convencional como criativa, contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimentos e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso – em que o discurso é reflexo de uma realidade social mais profunda e, de outro, na construção do social no discurso – em que o discurso é representado idealizadamente como fonte do social. E a prática social podendo ter várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso (Fairclough, 2001, p.92).

Fairclough (2001) chama atenção principalmente para o discurso como prática política, pois este estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder.

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação. A ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos (Fairclough, 2001, p. 117-119).

O discurso com prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Lembrando que a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são foco de luta (Fairclough, 2001).

5.3 Seleção de agendas para análise

Devido sólido histórico de estudos críticos sobre os campos discursivos e de regulação das OSCs nas relações setoriais no Brasil (como Santos, 1990, 1995; Alves, 2002, 2004; Avritzer, 1994, 1996, 1997, 2000, 2002, 2007; Keane, 2001; Nogueira, 2003, 2004, 2007; Ferrarezi, 1997, 1998, 2000; Teodósio, 2003, 2008, 2009; Ballestrin, 2012, 2013; entre outros), desde uma primeira fase com a reforma administrativa do Estado à Lei das OSCIPs, optou-se nesse estudo focar em agendas como a CPI das ONGs, o Novo MROSC e os atuais paradigmas que envolvem a Responsabilidade Social Empresarial.

Nesse contexto, também serão analisadas algumas das narrativas da modernidade líquida - individualidade, emancipação e comunidade - que perpassam essas relações setoriais conforme apresentado no modelo teórico desse trabalho.

O universo de publicações disponíveis para consulta nos sites da ABONG, GIFE e ETHOS contempla um período de 13 anos, de 2005 a setembro de 2018, em alguns tinham anos que não havia publicação). No site da ABONG, no campo de “nota pública” havia um total 530 publicações com conteúdos variados. No site do GIFE no campo de “notícias” havia um total 930 publicações com conteúdos variados. E no site do ETHOS no campo de “notícias” totalizaram 477 publicações com conteúdos variados.

Devido ao expressivo número de publicações, e a diversidade das mesmas, em julho de 2018 foram definidas três principais agendas sobre as relações setoriais das OSCs, sendo: *i*) com o Estado – no que compete a pauta de Transparência/CPI das ONGs e o novo MROSC/2014; *ii*) com o Mercado – das ações de Responsabilidade social empresarial. Houve como resultado:

Tabela 1- Publicações por agendas – ABONG, GIFE, ETHOS de 2005 a set. /2018

AGENDA	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES		
	ABONG	GIFE	ETHOS
<i>Transparência/CPI ONGs</i>	12	17	35
<i>MROSC</i>	07	22	03
<i>RSE</i>	02	12	09
TOTAL	21	51	47

Fonte: Sites da ABONG, GIFE, ETHOS, 2018.

Ainda dentro desse universo de publicações algumas foram selecionadas para a análise do discurso, pautadas numa escolha quanto a conteúdos ideológicos retratados e convergência com período histórico de cada agenda.

A escolha da agenda da CPI das ONGs se justifica, pois, foi desta que desencadeou e impulsionou toda a discussão e mobilização em prol do novo MROSC. Esse evento faz parte da natureza histórica, social e política das correlações de forças entre os principais atores sociais envolvidos, favoráveis ou não, a adoção de novas regulações das OSCs no Brasil, seja por meio de investimentos públicos e ou privados (Gomes, 2015). Atores estes que com o passar dos anos vem se colocando na defesa da transparência dos recursos financeiros, como “*ethos*” para o controle social nas relações setoriais.

Considerando as palavras de Halliday (2004), as publicações desse tipo têm a função de reforçar alguns pontos de vista, pois já se dirige a um público que pensa como o veículo de informação. Deve-se considerar que as mesmas comportam uma dimensão argumentativa. Isso permitirá estabelecer uma ponte entre o comportamento discursivo presente na materialidade linguística das publicações e as estratégias/sentidos construídos pela ABONG, GIFE e pelo ETHOS.

A publicação é um gênero cujos modos de organização dominantes são o descritivo e o argumentativo (Charaudeau, 2009, p. 79). Por questões metodológicas, no entanto, será dado maior ênfase, neste trabalho, ao caráter argumentativo contido nos mesmos, embora se faça necessário, antes de tudo, um esboço do seu caráter enunciativo.

5.3.1 Agenda I: Transparência/CPI das ONGs

Antes de adentrar a análise discursiva desta agenda, contextualizarei algumas pautas históricas que são fundamentais para reflexão sobre a hegemonia e ideologia dos discursos dominantes que a envolvem.

Os idealizadores da reforma do Estado brasileiro, consubstanciada fundamentalmente no Plano Diretor da Reforma do Estado, engendraram uma concepção de Estado subsidiário com reflexo nos limites à intervenção estatal e na atuação das organizações da sociedade civil (Bresser Pereira & Cunill Grau, 1998; Bresser Pereira, 2002; Levy, 2002). O Plano Diretor da Reforma, entre outros aspectos, detectou o desvio estatal de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo. O que gerou muitas críticas acerca da tradicional concentração no controle de processos. Em linhas gerais, o governo traçou o modelo de Estado regulador e voltado para o fomento, em contraposição à estrutura de Estado executor, preconizando assim a intensificação de serviços não-exclusivos pelas organizações da sociedade civil (Barbosa, 2001; Ferrarezi, 2007).

[...] o reconhecimento do princípio da subsidiariedade como meio material de justificar as necessárias intromissões e omissões do Estado no âmbito privado que devem ser promovidas políticas públicas que estimulem a participação da sociedade em conjunto com o setor público [...]. Alçar o princípio da subsidiariedade a nível constitucional e material é reconhecer um novo olhar sobre a sociedade civil, é reconhecer sua capacidade, enquanto agente transformador, que pode colaborar para seu crescimento (Duarte & Nacle, 2014, p.103-104).

A subsidiariedade como defendida pelos pensadores da Reforma do Estado trouxe, fundamentalmente, algumas consequências imediatas. Como exemplo, verificou-se a redução estatal na prestação de serviços direta na área social, conjugada, ainda, por instrumentos de fomento e medidas de caráter supletivo à iniciativa privada (Gonçalves, 2003). Importante reforçar a noção operacional pela qual a subsidiariedade qualifica um elemento como secundário, que vem em reforço ou em auxílio de outro principal, vem completá-lo ou, ainda, para este convergir. Por um lado, a subsidiariedade ergue-se como limite à atuação estatal e,

por outro lado, revela-se como justificaco da intervenção pública (Carvalho et al., 2008; Silva, 2017).

Nesse contexto, retoma-se o registro do fortalecimento dos mecanismos de fomento (tutela do interesse público) s iniciativas privadas de interesse público, algo não apenas peculiar da Reforma, mas que faz parte há décadas dos jogos de controle do Estado brasileiro. A aplicação do princípio da subsidiariedade, por meio de fomento, revela uma zona de tensão entre valores superiores como, de um lado, a liberdade, e de outro, a justiça social. A atividade de fomento devendo ser efetivada dentro de rigorosos limites de razoabilidade e excepcionalidade numa relação de colaboração, a fim de não se tornar um privilégio injustificado em favor de certos segmentos sociais, ou ainda de manter a sociedade sob permanente e sufocante dependência do Poder Público (Regules, 2006; Oliveira, 2008).

Em 2002 houve o Relatório final da primeira CPI das ONGs, que destacava a diversidade de organização e atuação das OSCs e apontava a dificuldade de delimitação de conceito único que abarcasse tal multiplicidade. Originaram seis projetos de lei, entre eles o PL n. 7/2003, que dispunha de registro, fiscalização e controle das ONGs. Em 2004 ocorreu o Seminário do Marco Legal das ONGs, realizado no Congresso Nacional promovido pela ABONG e outras OSCs e redes e com a participação da relatora do PL 3.877/2004, a deputada federal Ann Pontes (PMDB/BA), para discutir também o processo de criminalização das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais (Relatório CPI ONGs, 2010).

Houve uma segunda CPI das ONGs, que aconteceu em 2007, com o objetivo de analisar a liberação de recursos do governo federal para as OSCs de 1999 a 2007. Os trabalhos foram encerrados em novembro de 2010, sem a aprovação do relatório final, mas inspirando o PLS n.649/2011, que foi apresentado pelo Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP); e depois de várias alterações gerou o novo marco regulatório das OSCs (Relatório CPI ONGs, 2010).

Na análise textual das representatividades discursivas da ABONG, do GIFE e do EHTOS  possível identificar que a asserção indicativa de evidência aparece de forma bem mais recorrente.  notrio que os discursos intencionam demonstrar segurança, conhecimento de causa. Não  à toa que o *ethos* de competência é o que mais se destaca nas publicações analisadas. A seguir serão analisadas separadamente.

Inicialmente o que chama atenção nas publicações da ABONG é o comportamento elocutivo que aparece modalizado, através do uso do pronome “nós” cuja ocorrência pretende substituir o “eu” institucional, produzindo, com isso, uma maior adequação ao gnero, além de um efeito de sentido muito comum na política através do qual o orador pretende construir um *ethos* de democrático.

Quadro 8- Discursos da ABONG sobre agenda Transparência/CPI ONGs

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
Nota da ABONG sobre a criação da CPI contra a MST	A Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais, vem por meio desta nota, manifestar seu repúdio à criação de mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. A ABONG considera que a criação desta Comissão decorre de permanentes processos de criminalização de movimentos sociais , nos quais o MST tem tido triste, involuntário e permanente papel de protagonista. Essa estratégia atende aos interesses de setores retrógrados do Congresso Nacional, os quais, em aliança com o agronegócio e latifundiários, autoritariamente não aceitam a existência de um movimento popular legítimo , que há vinte e cinco anos organiza a população no campo para a luta por uma reforma agrária em nosso país. Esta CPI faz parte da estratégia da elite brasileira de barrar qualquer possibilidade de mudanças estruturais na nossa sociedade (ABONG, 22/09/2009).
Aprovação do Projeto Ficha Limpa e a participação da sociedade civil	A aprovação do texto integral do Ficha Limpa e toda a mobilização que o tema alcançou na sociedade são resultados da atuação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral-MCCE e das entidades que dele fazem parte, entre elas a ABONG. A mobilização para a coleta de 1,5 milhões de assinaturas e um trabalho árduo, sistemático e cotidiano de sensibilização de parlamentares e da opinião pública em geral foram algumas das estratégias adotadas. Ainda assim, os meios de comunicação da imprensa comercial insistem em ora diminuir a importância dessa conquista, ora relegar o papel da sociedade civil organizada a mero coadjuvante – isso quando não se eximem simplesmente de citá-la entre os atores responsáveis por essa aprovação. Para a ABONG, estas atitudes são tentativas de desqualificar o papel das ONGs e demais entidades que dedicam seu dia a dia à luta pelo fortalecimento da democracia no Brasil. Além de obscurecer o papel da sociedade civil organizada , o noticiário também interpretou a iniciativa como rechaço da população à classe política. Entendemos que o sentido do Ficha Limpa não é lançar dúvidas sobre todos os parlamentares, indiscriminadamente. É justamente o contrário, é favorecer a separação do joio e do trigo, tornando mais evidente quais forças políticas estão ali representadas . Estamos conscientes de que esta é apenas uma pequena conquista frente às enormes transformações no sistema político que nossa democracia requer. Mesmo assim comemoramos com energia, reiterando nosso compromisso com todas as forças políticas que lutam por uma reforma política ampla, estejam elas no executivo, no legislativo, no judiciário ou na sociedade civil organizada (ABONG, 26/05/2010).
Nota da ABONG sobre fim da CPI das ONGs	A ABONG se posicionou de forma contrária à CPI desde seu início, pois enxergamos nela mais uma tentativa de criminalização de movimentos sociais e organizações que, associadas ou não aos movimentos, lutam por transformações profundas na sociedade brasileira. Essas entidades incomodam profundamente os setores conservadores de nosso país, que buscam deslegitimar seu trabalho e difamá-las de forma recorrente . Infelizmente, a CPI das ONGs nada tem a ver com uma tentativa de controle social ou de intensificação de instrumentos de transparência , o que também defendemos ” (ABONG, 17/11/2010).
Movimento de combate à corrupção eleitoral em defesa da Lei da Ficha Limpa	"As redes e organizações da sociedade civil que lideraram o processo de conquista da Lei da Ficha Limpa vêm a público repudiar a decisão do Grupo de Trabalho constituído no âmbito da Câmara dos Deputados que acaba de aprovar proposta de drástica redução dos efeitos da Lei da Ficha Limpa . A Lei da Ficha Limpa é clara ao criar obstáculos à candidatura de políticos que tiveram suas contas públicas rejeitadas por malversação dos recursos públicos. Não é admissível que a Câmara afronte a vontade manifestada por toda a sociedade brasileira , amparada em projeto de lei de iniciativa popular. Esperamos que a Câmara reconheça a incorreção da iniciativa do Grupo de Trabalho e promova o imediato arquivamento da matéria. Fatos como esse demonstram a urgência e a necessidade da luta por uma Reforma Política de iniciativa popular , próximo passo do nosso Movimento." (ABONG, 05/06/2013).

Fonte: Nota Pública, site da ABONG.

Frases como “permanentes processos de criminalização de movimentos sociais”, estratégias que atendem a setores retrógrados”, “tentativas de desqualificar as ONGs e entidades”, “deslegitimar o seu trabalho e difamá-la de forma recorrente”, “relegar o papel a mero coadjuvante” demonstram outra característica textual que é a construção de uma oposição/disputa de poder entre a sociedade civil e o Estado, incluindo divergências e apontamentos sobre os privilégios da “elite” do mercado. É notória a explanação que traz uma ideia de “perseguição” e enfrentamentos constantes entre os pares. Um dado interessante nessa argumentação, por sua vez, é que ela não deslegitima a adoção de instrumentos de controle social e transparência do Estado para com as ONGs.

O texto recorre às convenções de um modo relativamente direto, mas também para reacentuá-las. Nesse contexto há um contra movimento para adoção de medidas de regulação para com o Estado – como citado nos enredos da “Ficha Limpa”, uma tentativa de inverter a ordem hegemônica instaurada, com protagonismo da sociedade civil no processo. A argumentação da ABONG sustenta que deveriam ser adotados pesos e medidas de controle e de transparência em todas as instâncias, inclusive direcionadas ao Estado. Uma queixa de que as instituições vigentes dão claras demonstrações de atrofia e dificuldade em resolver os pleitos da sociedade, com um sistema político dependente do poderio econômico de grupos e interesses privados.

Os posicionamentos discursivos apresentam fronteira do limite entre o público e o privado. Em termos públicos, tendem a focalizar processo legais e ideias do “bem comum”, enquanto em termos privados, focalizam vantagens de uns em detrimento de outros. E coloca a mídia como um importante papel hegemônico não só em reproduzir, mas também em reestruturar a relação entre os domínios público e privado.

A ABONG sempre questionou intensamente a criação da CPI, dentre suas outras publicações questionava “ao estranho recorte de tempo abordado pela CPI, a qual propunha investigar convênios do governo federal com ONGs apenas a partir de 2003”. Segundo o Tribunal de Contas da União, as irregularidades no repasse começaram em 1999, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Para ABONG o documento também citava “a criminalização das entidades, uma vez que se propôs a tratar em uma CPI questões relativas a irregularidades, para as quais o TCU tem instrumentos cabíveis de ajuste e que não necessariamente relacionam-se à má fé no trato do dinheiro público”. Nesse sentido, acusou a CPI de ser generalista, pois as irregularidades teriam sido apontadas em 28 convênios realizados entre o governo e 10 ONGs, distante do universo de quase 300 mil existentes no país naquela época (ABONG, 2007).

Os textos da GIFE têm uma característica específica que é escolha pela oração relatada, seguida por uma orientação de discurso direto em que as palavras representadas estão com aspas. Há um limite explícito entre a “voz” da pessoa que é relatada e a “voz” de quem relata. A representação do discurso é uma forma de intertextualidade na qual parte de outros textos são incorporados a um texto e explicitamente marcadas como tal. Há um grau de mistificação a respeito de quem são as vozes e posições que estão sendo representadas, como no caso de pessoas e ou grupos poderosos na política, na economia, dentre outros. Os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado, o que torna muito mais fácil de adotar os sentidos. Pode-se considerar que tende a efetivar um trabalho ideológico de transmitir vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta.

Quadro 9- Discursos do GIFE sobre agenda Transparência/CPI ONGs

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
Empresas devem ter transparência como principal motivação para divulgar relatórios sociais	<p>[...]. Lançado em 2002, o <i>Prêmio Balanço Social</i> avalia especificamente o relatório anual produzido pelas empresas para mapear suas ações sociais. Neste ano, o processo contou com a auditoria da BDO Trevisan Auditores Independentes. “Os relatórios de atividades e balanços sociais são muito importantes, pois são ferramentas de gestão da responsabilidade social empresarial. Eles ajudam a divulgar, acompanhar e lançar metas para as ações internas e externas da empresa”, afirma <i>Ciro Torres</i>, coordenador do Ibase. Ainda assim, a <i>VI Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social nas Empresas</i>, divulgada recentemente pelo <i>Instituto ADVB de Responsabilidade Social</i>, identificou que, das 2.819 empresas que responderam o questionário, 72% não publicam balanço social como forma de divulgar seus investimentos e despesas em programas sociais. “Vivemos um processo de transformação gradual da sociedade e das empresas. A maioria ainda não percebeu a importância desta publicação, que traduz o posicionamento das empresas frente aos impactos de suas atividades no meio ambiente e sua visão em relação à comunidade com a qual interage”, afirma <i>Lívio Giosa</i>, diretor do Instituto ADVB e coordenador do levantamento. Há países, como a França, em que a publicação do balanço social é obrigatória. Porém, a obrigatoriedade é questionada por especialistas. “O processo tem que ser via conscientização e comprometimento com a informação. A obrigatoriedade facilitaria a dilapidação dos dados”, acredita <i>Giosa</i>. [...] Uma empresa deve ter o livre arbítrio de escolher se deseja ou não comunicar seu investimento social ou sua preocupação com responsabilidade social. É o que defende <i>Ricardo Voltolini</i>, professor de marketing social da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA/USP), consultor de terceiro setor e diretor da revista <i>Idéia Social</i>. “Se ela não tiver convicção de que o balanço social é instrumento importante, se não cultivar a transparência, se não acreditar que a comunicação de suas ações adiciona valor no relacionamento com os stakeholders, então, o máximo que fará, obrigada por lei, é produzir relatórios vazios, com informações vazias, que não poderão ser checadas”, explica. (GIFE, 12/09/2005)</p>
Se não há confiança, que	<p>O aumento da visibilidade e das críticas, entre outros fatores, levou a uma maior pressão sobre as ONGs e empresas por maior accountability em suas práticas. Em entrevista a rede GIFE, <i>Vincent Defourny</i>, representante interino da Unesco no Brasil, fala sobre as articulações sociais no país e afirma que a transparência e a prestação de contas são fatores imprescindíveis para as ações do primeiro, segundo e terceiro setores. [...] Segundo ele, “a melhoria da condição humana é um dever ético, uma responsabilidade compartilhada por todos”. Rede GIFE – Como vê o trabalho em articulação entre o primeiro, segundo e terceiro setores? Resposta de <i>Vincent Defourny</i> – Essa é uma idéia muito importante que existe na Unesco desde sua criação, no contexto do pós-guerra. Ela nasceu como uma organização intergovernamental, que fosse capaz de reunir a sociedade civil, intelectuais, universitários,</p>

<p>fechem as portas.</p>	<p>as mais diferentes associações dentro do marco da Unesco. E a idéia principal, que existe desde o princípio na organização, é unir todas as forças para atacar os desafios sociais. No contexto do pós-guerra, o grande desafio era manter a paz, mas agora, desde os últimos 60 anos, cresceram enormemente os problemas sociais. E a idéia chave é unir governos, empresas e sociedade civil para minimizar esses problemas. Nestes últimos anos o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, tem insistido cada vez mais no papel do setor privado ao lado dos governos. É sabido que muitas empresas têm um maior orçamento do que países inteiros, tal como mais possibilidades de atuação que esses países. Então, se observa como uma oportunidade não apenas financeira, mas no desenvolvimento de experiências e em sua capacidade de impacto social por meio de seus funcionários, fornecedores e colaboradores. Esse é o papel importante que as empresas devem se enquadrar, trabalhando nas áreas em que os governos estão deficientes, mas de forma conjunta para atacar os desafios sociais [...]. (GIFE, 03/07/2006)</p>
<p>Polêmica marca aprovação da CPI das ONGs</p>	<p>Os partidos de oposição ao governo no Senado conseguiram instalar, no último dia 15, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os repasses de dinheiro público feitos para organizações não-governamentais. Conhecida como CPI das ONGs, a comissão tem sido questionada por uma série de organizações sociais, pois, segundo elas, pode levar a uma criminalização generalista das entidades. [...] Para o secretário geral do GIFE, Fernando Rossetti, esses casos não devem ser encarados como regra, já que não refletem o diverso trabalho realizado pelas organizações sociais. “O corruptor nesse caso é o Estado, que criou canais para que isso ocorresse”, critica. O Estado, na visão de Rossetti, deve criar regras e acordos de como prestar contas de maneira mais transparente possível, porém, sem dificultar o trabalho das organizações sociais. “Quando o Estado se mete a controlar, ele burocratiza o sistema. Isso poderia trazer consequências para o trabalho de pequenas entidades, que se tornariam inviáveis sem um amplo respaldo jurídico”, afirmou. (GIFE, 26/03/2007)</p>
<p>GIFE lança movimento por transparência</p>	<p>Com o objetivo de alcançar uma maior legitimidade do setor de investimento social privado no Brasil, o GIFE tem, nos últimos anos, promovido uma série de iniciativas para elevar os padrões de Governança de seus associados. Desta vez, o grupo inicia um movimento pela Transparência e Prestação de Contas por parte das Fundações e Institutos. “A demanda por mais transparência por parte das fundações e demais entidades sem fins lucrativos tem crescido não somente no Brasil, mas em todo o mundo. E esta pressão da sociedade, dos indivíduos e dos governos por prestação de contas tem relação direta com dois fenômenos. Em primeiro lugar foi o próprio crescimento e profissionalização do setor, que passou a ter cada vez mais importância econômica. Em segundo lugar a crise de 2009 provocou em vários países uma espécie de ‘consolidação do setor’ na concorrência por recursos cada vez mais escassos”, afirma o gerente Institucional do GIFE, Eleno Gonçalves. [...] O GIFE realizou, em setembro de 2010, uma pesquisa nos websites de todos os associados. Foi verificado que apenas 15% das organizações haviam publicado até então a Prestação de Contas de 2009. “Acreditamos que esse fato é grave e preocupante, pois representa um mau exemplo para as demais organizações que atuam na área social, inclusive as que recebem recursos doados pelos nossos associados”, escreveu a presidente do Conselho de Governança do GIFE, Denise Aguiar, em carta enviada aos associados. [...] O movimento por transparência, lançado na última semana pelo GIFE, faz parte de um projeto maior, iniciado em 2009. A começar pela publicação do “Guia das Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais”, em parceria com o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Segundo o advogado especialista em terceiro setor, Eduardo Szazi, a governança é instrumento essencial para a formação da reputação de uma entidade e afeta diretamente sua capacidade de atração de recursos e retenção de talentos. (GIFE, 06/06/2011)</p>
	<p>Em tempos de tantas indefinições para o país, em que questões centrais econômicas, políticas e sociais se vêem em cheque, a busca por processos transparentes parece ganhar ainda mais relevância e os cidadãos demandam essa postura das instituições que atuam em prol do interesse público. “Para nós, a transparência deve ser um valor que as organizações praticam independentemente de onde provém os recursos. Ou seja, ela deve ser vivenciada não apenas por aquelas instituições que gerem os recursos públicos, mas que atuam na esfera pública. É uma questão de transparência em relação à toda sociedade”, destacou Andre</p>

<p>Iniciativas buscam mais transparência para questões de interesse público</p>	<p>Degenszajn, secretário-geral do GIFE. Essa visão e postura do GIFE, resultou na criação, por exemplo, do Painel de Transparência, uma ferramenta online que reúne, organiza e disponibiliza informações institucionais relevantes sobre os associados do GIFE a partir de um grupo de indicadores [...] O painel, criado e inspirado em outras iniciativas semelhantes internacionais, como o GlassPockets– projeto de 2010 do Foundation Center (EUA) -, se propõe a funcionar como um mecanismo de autorregulação e uma ferramenta prática para vivenciar essa transparência. A iniciativa tem sido reconhecida com um exemplo importante a ser compartilhado, o que gerou, inclusive, um convite para ser apresentada durante reunião da Enclla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), realizada em Brasília, no início deste mês. A reunião teve como objetivo discutir os avanços e desafios para as organizações da sociedade civil e para a administração pública com a entrada em vigor do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) – Lei 13.019/2014 – em 23 de janeiro deste ano, e com a publicação do Decreto Federal 8.726, em 28 de abril passado, que regulamenta a lei. [...] Das 13 ações prioritárias definidas pela Enclla para 2016, a ação de número 12 trata do MROSC. O monitoramento vem sendo feito por um grupo de trabalho formado por governo e sociedade civil. Na ocasião, a assessora especial da Secretaria de Governo, Laís de Figueiredo Lopes, que também é responsável no governo federal pela agenda do MROSC, apresentou o marco e suas implicações, desafios e inovações. “O controle e a transparência na utilização dos recursos públicos por organizações da sociedade civil são práticas importantes, mas a forma como são implementadas precisa ser repensada e aprimorada”, afirmou. Para Laís, é fundamental a racionalização nos processos de gestão das parcerias entre as OSCs e a administração pública, com a utilização de novas ferramentas tecnológicas e cruzamentos de bases de dados para a produção de conhecimento sobre o universo das organizações. “A esse conjunto de informações, que permite maior clareza sobre as parcerias, precisamos criar espaços de escuta, diálogo e participação da sociedade civil. Essas são iniciativas importantes para que gestores e órgãos de controle possam atuar junto às OSCs como parceiros, abandonando a lógica da criminalização prévia e focando no controle de resultados”, disse a assessora. Segundo André, a questão do “controle de resultados” trata-se de um item da nova lei que tem ganhado um olhar atento, pois muda a lógica de prestação de contas. Até então, o controle era feito no sentido de verificar se os recursos tinham sido gastos de acordo com o que estava estabelecido no convênio. Agora, com a nova lei, a ideia é analisar não apenas os meios, mas os resultados alcançados pelos projetos, a fim de verificar se recursos públicos têm conseguido gerar retornos positivos. “A questão é que, apesar de ser algo inovador e positivo, os órgãos de controle estão pouco habituados a atuar desta forma e não têm competência técnica para avaliar resultados de iniciativas sociais, e as organizações também não estão acostumadas a atuar nessa lógica. Isso coloca um desafio prático e sério, que pode representar alguns riscos dependendo da postura dos órgãos de controle”, explica (GIFE, 16/05/2016)</p>
---	---

Fonte: Notícias, site da GIFE.

Outro elemento importante para análise são os títulos das publicações, “Empresas devem ter transparência como principal motivação para divulgar relatórios sociais”, “Se não há confiança, que fechem as portas”, “Polêmica marca aprovação da CPI das ONGs”, “GIFE lança movimento por transparência” e “Iniciativas buscam mais transparência para questões de interesse público”. Os verbos utilizados “devem”, “fechem” e “marca” tem característica de imposição de uma ideia sobre algo previamente concebido. Nos últimos títulos, os verbos “lança” e “buscam” traz uma mudança da retórica do discurso que se quer legitimar, e com a leitura dos conteúdos das publicações é possível identificar essa intencionalidade e sua transição.

Primeiramente, há configuração de uma resistência discursiva e de ações práticas das empresas frente a algo que lhe fora aparentemente “imposto”. Uma pressão do Estado “sobre as ONGs e empresas por maior accountability em suas práticas” que gerou contra discursos de demarcação de lugar, representação social desses atores sociais, em tais falas com: “o corruptor nesse caso é o Estado, que criou canais para que isso ocorresse”, “quando o Estado se mete a controlar, ele burocratiza o sistema”, e “órgãos de controle [...] não tem competência técnica para avaliar”. Identificam-se duas características sobre o Estado, corrupto e ineficiente, como algo recorrente na cultura política brasileira do poder estamental de sua elite política e burocrática. E de que a sociedade civil estaria aprisionada por essa classe de burocratas e não teria força suficiente para exercer a livre iniciativa (Souza, 2016).

Mas, depois houve mudança de posicionamento frente ao que estava sendo debatido. Foram criados instrumentos de controle e regulação (“racionalização dos processos”), novas formas discursivas sobre o tema para convencimento e adesão das empresas. Expressões que traduziriam em vantagens como “oportunidade não apenas financeira, mas no desenvolvimento de experiências”, “crescimento e profissionalização do setor”. Além das que poderiam diminuir a sensação de hierarquia como “transparência e a prestação de contas são fatores imprescindíveis para as ações do primeiro, segundo e terceiro setores”, “tem crescido não só no Brasil, como também no mundo”, “dever ético, uma responsabilidade compartilhada por todos”, “unir governo, empresas e sociedade civil para minimizar problemas sociais”. E que tudo isso configuraria um espaço de “transparência para questões de interesse público”.

Importante nesses exemplos observar a interdiscursividade dentro do quadro da luta e da transformação hegemônica, sobre as condições e os mecanismos sociais para a emergência de um novo tipo de discurso que é constituído por meio de uma nova configuração dos tipos existentes, e especificamente, numa emergência de um discurso híbrido de informação (Fairclough, 2001). Lembrando que,

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil, com possível desigualdade entre níveis e domínios [...] O conceito de hegemonia auxilia fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social a qual pertence o discurso em termos de relações de poder – se essas relações de poder se reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes (Fairclough, 2001, p. 122-126).

Por que pensar sobre isso? O esforço por uma homogeneização do discurso pode ocultar (até estrategicamente) as reais condições e lugares de enfrentamentos entre Estado, empresas e OSCs.

Percebe-se que o comportamento delocutivo aparece com maior recorrência nessas publicações do ETHOS, dada a ausência de situações de fala que se configurem como um discurso direto. O comportamento delocutivo configura-se no apagamento dos vestígios dos dois sujeitos de fala: o enunciador e o destinatário. Os títulos das publicações ilustram essa característica, “O papel das empresas no combate à corrupção”, “Combate à corrupção está na agenda entre o governo federal e terceiro setor”. É como se os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) se impusessem aos dois.

De acordo com Charaudeau (2009), o produto desse jogo de linguagem é uma enunciação aparentemente objetiva, ou seja, desvinculada da subjetividade do locutor e capaz de retomar pontos de vista que não pertencem ao sujeito falante. Tal fenômeno pode apresentar-se de duas formas: o propósito se impõe por si só, através de uma asserção ou o propósito é um discurso relatado.

Só há uma mudança da retórica na última publicação, tanto no título quanto no conteúdo da mesma, em que o ETHOS tenta construir interação com o destinatário, “Frente à corrupção, como ser protagonista da mudança?”, “[...] ETHOS entende que vivemos”.

QUADRO 10- DISCURSOS DO ETHOS SOBRE AGENDA TRANSPARÊNCIA/CPI ONGS

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
O papel das empresas no combate à corrupção	[...] Apesar das notícias negativas na mídia interna, o país tem chamado a atenção lá fora pelas conquistas importantes no combate à corrupção e no avanço da transparência e da integridade. Chama a atenção o trabalho do Ethos com as empresas, como a experiência do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, e a articulação entre o setor privado e o poder público que resultou, por exemplo, no Cadastro Pró-Ética. Para quem não se lembra, o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, lançado em 2005, propõe uma série de compromissos voluntários às empresas signatárias, tais como divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, a fim de que ela seja cumprida integralmente; vedar qualquer forma de suborno; trabalhar pela legalidade e transparência nas contribuições a campanhas políticas; e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário. Já o Cadastro Pró-Ética é uma iniciativa do Instituto Ethos e da CGU que tem por objetivo avaliar e divulgar as empresas que compartilham a ideia de que a corrupção é um problema que deve ser prevenido e combatido não só pelo governo, mas também pelo setor privado e por toda a sociedade. Ao aderir ao cadastro, a organização assume o compromisso público e voluntário, perante o governo e a sociedade, de que adota medidas para prevenir e combater a corrupção, em favor da ética nos negócios. As empresas mais conscientes também foram importantes na mobilização para aprovar a Lei Anticorrupção, hoje uma referência mundial na matéria, pois prevê sanções mais duras que aquelas previstas nas legislações norte-americana e britânica. Agora, atuam em pelo menos duas frentes: discutem em conjunto com a CGU os critérios que devem orientar o decreto que vai regulamentar a Lei Anticorrupção e, em âmbito de mercado, articulam acordos setoriais para impulsionar as práticas de integridade nas cadeias de valor estratégicas. (ETHOS, 19/03/2014)

<p>Combate à corrupção está na agenda entre governo federal e terceiro setor</p>	<p>Estratégias para o fortalecimento da política de prevenção e de enfrentamento da corrupção foi o tema da reunião entre o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Valdir Simão, o secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Beto Vasconcelos, e representantes do terceiro setor, que aconteceu na tarde desta terça-feira (30/6), no auditório do edifício-sede da CGU, em Brasília. Valdir Simão enfatizou, durante a reunião, que é preciso refletir sobre o papel público e o papel privado no combate à corrupção. “Corrupção não é só uma questão de caráter, mas também de oportunidade. Para combatê-la é preciso diminuir as possibilidades de atos de corrupção e aumentar a sensação de risco da ação, detectando e punindo com celeridade os envolvidos”, afirmou o ministro. Participaram da reunião representantes da Amarribo Brasil, do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), do Instituto Ethos, da Open Society Foundation, da Rede Nossa São Paulo e da Transparência Brasil. Diversas propostas surgiram no debate, como capacitações sobre a Lei Anticorrupção (LAC), premiações para ações preventivas e campanhas de comunicação para educar e tratar o tema com a sociedade. A agenda de reuniões sobre o tema será contínua. “Precisamos ouvir e debater mais com a sociedade civil. O enfrentamento à corrupção não é exclusivo do governo federal, depende de todos”, afirmou o ministro Valdir Simão. (EHTOS, 01/07/2015).</p>
<p>Frente à corrupção, como ser protagonista da mudança?</p>	<p>Desde a explosão de escândalos explicitados pela Operação Lava-Jato, o ambiente empresarial ganhou papel de destaque quanto à responsabilidade em tornar o ambiente de negócios mais íntegro no Brasil. A reputação nunca esteve antes tão atrelada às boas práticas em integridade e, como resposta, os programas de compliance se tornaram essenciais para o desenvolvimento das empresas. A Conferência Ethos 20 anos em São Paulo realiza o painel “Como empresas, instituições públicas e sociedade civil podem ser protagonistas no desenvolvimento da integridade e combate à corrupção?”, que irá dialogar com Guilherme Donega, consultor da Transparência Internacional, realizadora do estudo Integridade e Empresas no Brasil; e com Vivian Nicele Andrade, gerente de governança, riscos e compliance na Unimed Belo Horizonte, reconhecida pelo Selo Pró-Ética. O debate abordará os possíveis caminhos para estabelecer uma cultura de integridade no âmbito das empresas, bem como trocar experiências sobre ferramentas mais eficazes de conformidade e autorregulação. [...] Uma discussão necessária para a atual conjuntura no país. Múltiplos stakeholders têm se debruçado sobre a questão, seja devido às pressões exercidas por investidores e consumidores, ou pelo entendimento quanto ao necessário combate à corrupção, que onera substancialmente a sociedade brasileira. [...] O Ethos entende que vivemos um momento no qual as empresas não devem investir em ética e transparência apenas para evitar crises, mas sim, por entender a integridade como conduta. Nesse sentido foi lançado o Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência que também integra a programação da Conferência que irá abordar as duas décadas de trajetória do Instituto em dois dias de diálogos. (ETHOS, 03/09/2018)</p>

Fonte: Notícias, site do EHTOS.

Um aspecto marcante nos discursos é a utilização do espaço para divulgação e legitimação de suas próprias ações, um padrão de alternância no nível da frase entre tipos de discursos de regulamentação da transparência e uso de marketing. Por exemplo, a frase “conquistas importantes no combate à corrupção e no avanço da transparência e da integridade, e em seguida o leitor é levado a si referenciar “o trabalho do ETHOS com as empresas”.

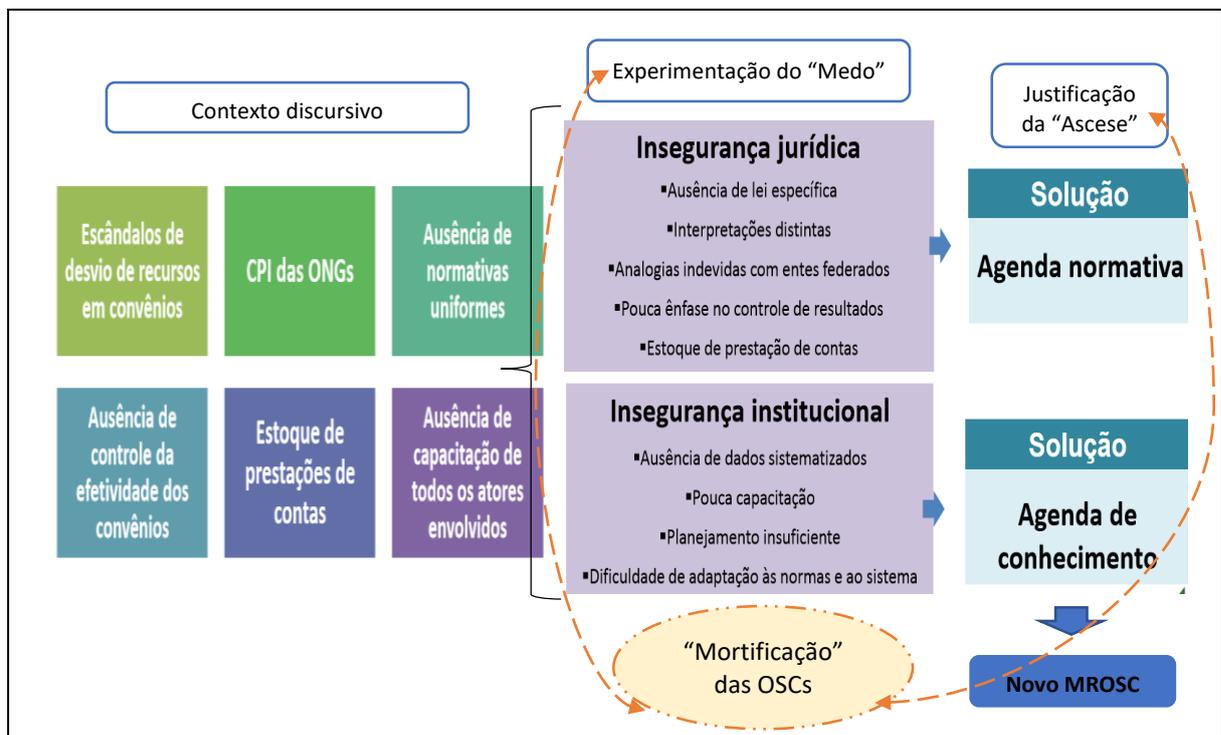
Os discursos evitam significados que poderiam ser problemáticos nessa mescla do “falar-e-vender”, se tornando atrativos até mesmo nas informações sobre os mecanismos de controle para transparência e combate à corrupção. O ponto central se manifesta no modo da relação intertextual entre a informação da regulamentação e os elementos do marketing, de que

o texto alterna entre orações que são primariamente uma coisa e não outra. Há um movimento colonizador do discurso dessa marquetização, é apresentada uma gama de benefícios nas propostas, e as contrapartidas são sempre atenuadas por ideias menos burocráticas, mais horizontalizadas e dialógicas (“compromissos voluntários”, “quando necessário”, “ao aderir”, “possíveis caminhos”, “trocar experiências”, “propostas surgiram no debate”), calculando e evitando assim resistências por parte do leitor.

As sínteses das exposições oferecem um panorama de temas envoltos às discussões das relações Estado/OSCs, e como o mercado faz parte e tem interesse nesses processos de controle. É possível identificar dois tipos de fomento, a saber, o fomento econômico e o fomento social, como instrumentos, respectivamente, do ordenamento econômico e do ordenamento social. Observa-se que nesse contexto as medidas de regulação tendem a se configurar transitórias, seletivas e rígidas para alguns setores/grupos sociais.

Outro ponto importante, faz-se necessário romper com a noção de que corrupção é sinônimo de política, particularmente no Brasil; deslocar o debate sobre a corrupção do campo da moral para o campo da disputa pelo poder; perceber que, no Brasil, a corrupção é uma das gramáticas operantes, porém não a única (Pinto, 2008). A figura a seguir ilustra o contexto discursivo que envolveu a agenda de Transparência/CPI das ONGs no país.

Figura 4- Contexto discursivo na Agenda Transparência/CPI das ONGs



Fonte: Elaborado pelo autor sobre MROSC, 2018.

Pelas “lupas” da modernidade líquida e da *cit * de projetos, discutidos anteriormente, pode-se dizer que a agenda de Transparência/CPI das ONGs se tornou um ambiente de experimentação e, ao mesmo tempo, de justificação aos interesses de uma elite dominante, gerando assim um tipo de mortificação das OSCs.

Lembrando da existência do caráter transitório no mundo líquido, esta agenda foi substituída posteriormente pelo MROSC. Quanto a narrativa da individualidade, existiu um jogo de redefinição da esfera pública com a CPI das ONGs, como um palco em que dramas privados foram encenados. Uma mudança discursiva em que a problemática em questão não se limitava apenas à fronteira entre o que seria privado e público, como foi possível identificar nas publicações, e sim às disfonias de discursos das relações de poder entre o Estado, o mercado e as OSCs.

Quanto a narrativa da emancipação, not rios esforços na construção de um novo ethos a partir da transparência, como um valor moral que deveria ser instituído para o “bem coletivo”. Para isso, foram construídas retóricas sobre a necessidade de criar bases (ordenamentos) de legitimidade das condutas de todos atores sociais. Formas de validação tanto em esferas específicas como também coletivas, visando assim justificar um regime de regulação. Lembrando que em tempos líquidos, as compensações mesmo que transitórias (pois há um constante esforço de aperfeiçoamento das formas de controle) são necessárias para constituir a ideia de pertencimento e reconhecimento das “próprias” escolhas e atitudes.

Quanto a narrativa da comunidade, interessante como as práticas discursivas sobre a constituição de laços entre os atores sociais se apresentavam mais como coisas destinadas a serem consumidas e não produzidas, demonstrando uma precarização “política” dos atos realizados conjuntamente. Instituinto relações de trabalho em torno de um ethos de transparência mais como uma urgência de materialização de algo (já que a vida moderna é a vida feita) do que a sua politização e seus efeitos.

5.3.2 Agenda II: Novo MROSC

Em 2010 foi criada a Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. Criada por um grupo de organizações e movimentos da sociedade civil, que encaminhou aos candidatos   Presidência da República documento contendo reivindicações visando ao aprimoramento do ambiente institucional vigente no que tange às relações de “parceria” entre o Estado e as OSCs. Dilma Rousseff, presidenciável na época, respondeu ao grupo de organizações e movimentos, assumindo o compromisso de, caso eleita, criaria um

grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de legislação pela Plataforma por um Novo MROSC (MROSC, 2015).

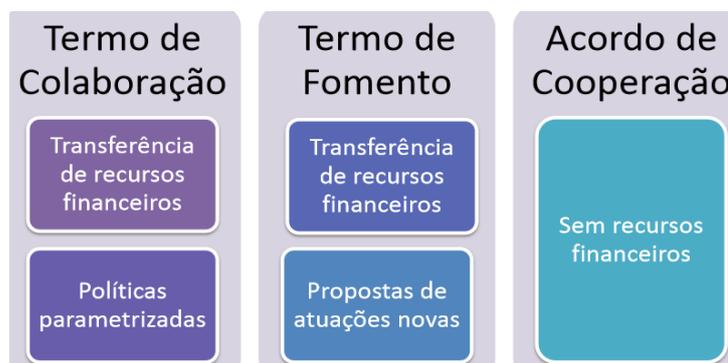
Em 2011 ocorreu o I Seminário Internacional do MROSC, reunindo cerca de 150 especialistas nacionais e internacionais, promovendo discussão sobre arcabouço legal e levantou desafios e propostas sobre o tema. Nesse mesmo ano houve início do GTI, a Secretaria Geral da Presidência promoveu diversas reuniões envolvendo ministérios, OSCs e especialistas na área. Em 2013 houve o I Dialogo Intersetorial sobre MROSC, reunindo OSCs, representantes de governo, academia e convidados, a fim de discutir e elaborar propostas para temas relacionados a financiamento e sustentabilidade econômica de OSCs (MROSC, 2015).

O II encontro ocorreu em 2014, com foco na construção de matriz de indicadores e identificação de potencialidades a serem observadas pela pesquisa “OSC e suas “parcerias” com o governo federal”, para apresentar resultados em um mapa de georreferenciamento das OSCs. Houve nesse mesmo ano o II Seminário Internacional do MROSC, promovendo discussões sobre a agenda do MROSC nos diversos eixos: contratualização, sustentabilidade e certificação, além de painéis sobre narrativas, panorama internacional e participação social. E foi sancionada a Lei n.13.019/2014, lei de fomento e colaboração que instituiu o novo Marco Regulatório das OSCs para as relações de parceria com o Estado (MROSC, 2015).

A gestão democrática qualifica-se pela capacidade de compreender os processos sociais de modo crítico e abrangente, pensando a crise e a mudança acelerada. Em decorrência, debruça-se sobre as organizações não como algo dado, mas como um vir-a-ser dialético, dinâmico, contraditório e imune a imposições administrativas, vindas “de cima”. Uma gestão desse tipo opera além do formal e do burocrático e se compromete abertamente com o aprofundamento da democracia e da participação, bases vivas de uma nova e mais avançada estrutura de autoridade. Mostra-se disposta a dirigir, coordenar e impulsionar a formação ampliada de decisões, problematizando a improvisação e o decisionismo. Os resultados efetivos a que almeja não se limitam, portanto, ao administrativo, mas buscam transformar e dinamizar a organização como um todo (Nogueira, 2004, p. 236-237).

A aprovação do novo MROSC trouxe a criação de um regime jurídico próprio para as “parcerias” entre Estado e OSCs. Ao instituir o Termo de Colaboração para a execução de políticas públicas e o Termo de Fomento para apoio a iniciativas das organizações – instrumentos próprios e adequados para tais relações, em substituição aos convênios – a lei reconhece essas duas dimensões legítimas de relacionamento entre as organizações e o poder público (conforme apresentado na figura a seguir). De um lado, um processo indutivo do Estado de atuação complementar com as redes privadas e, ao mesmo tempo, de fomento e fortalecimento às ações de interesse público desenvolvidas por OSCs.

Figura 5- Regime jurídico para as “parcerias” entre Estado e OSCs



Fonte: MROSC, 2015.

A colaboração tende a sustentar uma relação de “parceria” com as OSCs e o Estado para a execução de políticas de administração pública nas mais diferentes áreas. Nessa relação, o plano de trabalho é induzido pelo poder público a partir de objetos, indicadores e metas mínimas, determinando desde o edital o padrão de qualidade dos serviços públicos ofertados pela rede privada complementar ou como devem ser feitos os projetos em parceria para gerar os resultados de interesse público em maior grau de efetividade.

O Acordo de Cooperação é um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com OSC para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

O fomento, por sua vez, tende a sustentar uma relação de estímulo, incentivo ou financiamento pelo Estado de políticas ou ações específicas ou inovadoras desenvolvidas pelas OSCs de interesse público. Nesse caso, o plano de trabalho tem maior liberdade de construção pela OSC, pois atenderia a uma demanda própria da organização.

O que que é questionável é até que ponto os interesses (e forças) do poder público garantiriam a liberdade e autonomia das OSCs, e como seriam materializadas as práticas sociais que sustentam esses “regimes” de relacionamento. Ou dentro de uma perspectiva de dominação, que tipo de “mortificação” as OSCs têm que fazer para atender esses tipos de relações?

Souza (2015) chama atenção de que o mundo não é constituído por indivíduos livres, já que o peso da socialização inclina a escolhas pré-definidas, que “a racionalidade é, em grande medida, um mito e que não existem valores subjetivos, já que a sociedade cria todo o pano de fundo cognitivo e moral no qual se movimenta” (p.169). Existiria um interesse prático que as ilusões sobrevivam. “Existe como que uma articulação silenciosa para a manutenção dessa

fraude por parte de todos os interesses que estão ganhando para se perpetuarem no poder” (p.170).

Com o advento da Lei 13.204/2015 foram realizadas alterações também em relação à permissão de remuneração de dirigentes que trabalham nas OSCs, sem prejuízo da manutenção de determinadas isenções tributárias, desde que cumpridos requisitos legais, além da ampliação dos incentivos fiscais a doações para as organizações – como incentivos para gerar “práticas mais autônomas e transparentes” das OSCs.

São apostas enquanto “inovação” desse MROSC são: i) a transparência como um fator chave nas parcerias, com maior obrigatoriedade de chamamento público; a desburocratização, com a simplificação e maior objetividade dos planos de trabalho, dos procedimentos de despesas e das regras de prestação de contas.

Gostaria de explicar o uso das aspas na palavra “inovação”. Considero que essas ditas “inovações” trazem um poder disciplinar “invisível”, conforme diria Foucault (2009), pois seu caráter heterônomo tenta escapar a consciência já que exercido como se fosse em benefício do submetido, uma técnica intermitente que termina por se naturalizar. Como analisado na agenda da Transparência/CPI das ONGs, esse novo ethos de “transparência” vem se firmando em novos ordenamentos e justificações que legitimam processos de dominação. Isso não quer dizer que não seja importante ter transparência ou utilizar mecanismos que facilitem a dinâmica de processos. Antes, é preciso pensar como tudo isso é discursivamente ordenado na via de uma “nova tecnologia de poder”.

Outro ponto é sobre a “desburocratização” das relações de “parceria” entre o poder público e as organizações da sociedade civil, com foco nos resultados, sendo esta defendida como necessária e possível solução para diversos problemas para a consecução das políticas públicas. Porém, fica a dúvida: a normativa já produzida via a desburocratização tem estreitado as relações e os canais entre o poder público e a sociedade civil organizada?

Weber (1991) interpreta que a estrutura de dominação via a burocracia, corresponde ao tipo especificamente moderno da administração, racionalmente organizado, em que a legitimidade se estabelece por meio da crença na legalidade das normas e da autoridade. Por vezes, refere-se a esta como um instrumento de poder, como um tipo de administração, uma estrutura, um tipo de organização e estrutura social. Mas, na perspectiva weberiana, a racionalização do Estado moderno tenderia a consolidar-se no confisco do direito de violência aos indivíduos e grupos subordinados (Weber, 1980, 1981, 1984).

A monetização e a burocratização das relações sociais na sociedade civil são processos altamente ambivalentes: ao mesmo tempo em que criam um conjunto de direitos e seguranças sociais, eles o fazem ao custo de: a) criar um novo limiar de dependência; e b) destruir solidariedades existentes e capacidades para a auto-ajuda, assim como para a resolução comunicativa dos problemas pelos próprios atores (Arato & Cohen, 1994, p. 164).

Isso é algo que deve ser pensado se considerarmos a somatória de transparência mais desburocratização no MROSC como um tipo ideal. O processo de “desburocratização” não significa a exclusão da burocracia, mas sim a criação de um novo formato de controle.

Não há aqui um questionamento da execução desse controle, mas como o Estado utiliza esse mecanismo para encobrir e sustentar a sua dominação junto as OSCs. Se haveria uma orientação instrumental, mesmo com “nova roupagem”, se apresentando ainda hipertrofiada em relação a uma racionalidade substantiva atrofiada, com sobreposição de uma sobre a outra.

“Política dos tolos” que imagina o centro do poder no Estado, na verdade mera “teatralização do poder”, esconde a realidade de dois modos: primeiro é cega em relação ao jogo de interesses e influências que pré-decidem e antecipam aquilo que depois se torna política explícita – ou também quando não se tornam eficazes precisamente por jamais se tornarem política explícita – e depois, no ato mesmo de concentrar toda a atenção ao “teatro poder” e não a sua prática, se torna um dos elementos fundamentais para a opacidade e invisibilidade desta última (Souza, 2015, p. 191).

Vamos agora analisar os discursos da ABONG, do GIFE e do ETHOS sobre essa agenda.

Encontra-se novamente o comportamento elocutivo das publicações da ABONG, que intenciona construir um *ethos* de democrático nos seus discursos. Outro ponto da análise textual se refere aos títulos, pois trazem um apelo e mobilização para alcançar determinado fim: “ONGs: a urgência de um novo marco regulatório”, “Organizações da sociedade civil lançam nota pública por um novo Marco Regulatório”, “Marco Regulatório, nenhum passo atrás! ”. E esse fim se traduz em novo processo de regulação da atuação das OSCs no Brasil, como uma necessidade de legitimação pelo Estado sobre ações “que estimulem o envolvimento da cidadania em causas públicas e garantam o acesso democrático a recursos públicos”.

Quadro 11- Discursos da ABONG sobre agenda Novo MROSC

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
ONGs: a urgência de um	A recente onda de denúncias relacionadas à Operação Voucher, da Polícia Federal, que resultou na prisão de ocupantes de cargos no Ministério do Turismo, pelo suposto envolvimento em desvio de recursos públicos por meio de convênios firmados com organizações não governamentais (ONGs), explicita novamente a importância de regulamentação da atuação das organizações da sociedade civil no Brasil e de se elaborar

<p>novo marco regulatório</p>	<p>uma política de Estado que assegure autonomia política e econômica a elas. O debate se insere em um contexto de deslegitimação e criminalização das ONGs e movimentos sociais, a despeito de seu protagonismo no processo de democratização do País, das experiências que desenvolvem na área social e da sua participação na articulação de movimentos de cidadania planetária. Ainda que seja fundamental a atuação das ONGs na conformação de relações sociais mais igualitárias, permanece a insegurança jurídica neste campo de atuação. Isto prejudica o necessário fortalecimento dos processos organizativos e participativos em que as organizações se inserem, e favorece práticas clientelistas engendradas nas relações entre governantes, entidades de fachada e iniciativa privada. [...] Temos a certeza de que o fortalecimento da participação cidadã e o combate à corrupção são ações estruturantes para o desenvolvimento da democracia brasileira e precisam ser tratados com a devida prioridade. Precisamos de leis, normas e regulamentações que estimulem o envolvimento da cidadania em causas públicas e garantam o acesso democrático a recursos públicos, com mecanismos que permitam tanto a utilização eficiente dos recursos alocados quanto sua ampla publicização para controle social. [...] Dentre os efeitos nocivos da criminalização das ONGs no Brasil está a possível diminuição do engajamento da sociedade na esfera pública e nas ações coletivas que visam o bem comum. [...] Para construirmos relações sociais mais democráticas, é preciso restabelecer a confiança da sociedade em sua própria capacidade de gerir seus destinos, com base em valores de equidade e justiça, incentivando o engajamento de mais cidadãos e cidadãs em causas de interesse público. (ABONG, 23/08/2018)</p>
<p>Organizações da sociedade civil lançam nota pública por um novo Marco Regulatório</p>	<p>[...]um conjunto de redes e organizações da sociedade civil lançou a nota pública “MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E O CONTROLE DA CORRUPÇÃO – O QUE ESTÁ POR TRÁS DO DESCASO DO GOVERNO? [...] A atuação aparentemente contraditória do governo Dilma não pode mais nos iludir. Não podemos mais desconhecer a fragilidade do compromisso do governo federal com o fortalecimento de um campo autônomo de organizações da sociedade civil. A postura do atual governo teve como precedente o bloqueio dessa agenda nos oito anos do governo Lula, tendo ambos, nesse aspecto, dado continuidade à tradição autoritária do Estado Brasileiro. Como disse recentemente o Bispo de Santarém, Flavio Giovenale, presidente da Cáritas Brasileira, “Não vejo só um distanciamento [do governo Dilma] à igreja, mas com todas ONGs. Me parece que tem uma atitude de autossuficiência do governo, de dizer ‘não precisamos das entidades sociais’. Há um distanciamento de tudo aquilo que é sociedade civil organizada. O governo diz: ‘o Estado sou eu’. Não! O Estado é muito mais amplo. Governo passa e o Estado fica. Público são todos os agentes que trabalham na melhoria da sociedade, então o papel das ONGs é fundamental. O marco regulatório [das ONGs] está sendo levado em banho-maria. Com Dilma vejo que a dificuldade de diálogo aumentou muito” (Valor Econômico, 19 de julho de 2013). É inadiável a superação por parte do governo da visão que absolutiza o papel do Estado e desconhece na prática a importância de uma sociedade civil autônoma, organizada e fortalecida. O bloqueio da revisão do marco regulatório, favorecendo a corrupção e a arbitrariedade nas relações das OSCs com o Estado, é uma questão essencialmente política. Se ficar submetido a uma base de sustentação conservadora, na qual as bancadas ruralista e “evangélica fundamentalista” têm enorme peso [...] (ABONG, 26/08/2013)</p>
<p>Marco Regulatório, nenhum passo atrás!</p>	<p>A aprovação pelo Congresso Nacional e, posteriormente, a sanção presidencial da Lei 13.019/2014 foi uma conquista da sociedade civil após mais de trinta anos de luta. Finalmente, com a edição desta lei, há um reconhecimento da importância das organizações da sociedade civil brasileira para a construção da cidadania, a execução das políticas públicas, o direito ao acesso a recursos públicos e a garantia de democracia. Como legislação, a Lei 13.019/2014 vem suprir uma lacuna legal que deixava em risco toda a relação entre os entes públicos e as organizações da sociedade civil e, deve-se afirmar, implementa mecanismos que visam combater a malversação de recursos públicos pelos agentes do estado ou mesmo pelos agentes sociais. Aprovada em julho de 2014, o primeiro adiamento de sua vigência foi compreendido pela Abong - Organizações em Defesa de Direitos e Bens Comuns como justificável para que os ministérios, estados e municípios tivessem tempo para adequar as legislações locais e os procedimentos administrativos ao novo ordenamento jurídico. [...] Estamos vigilantes e mobilizados/as, ainda abertos/as ao</p>

	diálogo, mas prontos para denunciar omissões ou recuos dos poderes Executivos e Legislativos, que venham a barrar a efetivação da Lei 13.019/2014. Nenhum passo atrás!
--	--

Fonte: Nota Pública, site da ABONG.

Interessante observar as justificativas dadas ao novo MROSC, sempre numa perspectiva de ganho, conquista e emancipação das OSCs, por meio de expressões como “uma política de Estado que assegure autonomia política e econômica a elas”, “garantem acesso democrático a recursos públicos”, “reconhecimento da importância da sociedade civil para a construção da cidadania”.

Na segunda publicação, a primeira oração (a manchete) pode ser considerada como uma versão metafórica. É transitiva e uma oração de ação dirigida, que trata uma asserção questionável (“o que está por trás do descaso do governo? ”). A asserção aberta ao debate problematiza questões principais que estariam em segundo plano para o governo, o MROSC e o combate a corrupção. O foco é a crítica assertiva aos entraves impostos pelo governo para atender a demanda do novo marco regulatório, a existência de um “bloqueio” que favoreceria “a corrupção e a arbitrariedade nas relações das OSCs com o Estado”.

Outro recurso utilizado foi o uso de narrativas de uma representação social da igreja a fim de comprovar a sua intencionalidade discursiva. Aponta-se uma “fragilidade do compromisso do governo federal com o fortalecimento de um campo autônomo de organizações da sociedade civil”. Algo que se demonstra contraditório, pois como buscar a legitimação de um ator social sendo que este não tem condições em atender seus reais anseios?

Neste sentido, o que a princípio identificamos como contradição, pode ser analisada como a mudança em curso nas ordens do discurso. As mudanças estruturais são cumulativamente produzidas nas ordens do discurso, à medida que produtores e intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de uma nova forma em eventos discursivos inovadores (Fairclough, 2001).

Talvez a resposta esteja nos apontamentos de possíveis efeitos nocivos caso essa regulamentação não se torne prioridade e efetiva por parte do Estado, seja este favorável ou não. O pano de fundo dessa defesa, e sua “urgência”, advém do “medo” elucidado na frase “deslegitimação e criminalização das ONGs e movimentos sociais, a despeito de seu protagonismo de democratização do país, das experiências que desenvolvem na área social e da sua participação na articulação de movimentos de cidadania planetária”.

Fairclough (2001) afirma que a postura dialética é importante, pois os sujeitos são ideologicamente posicionados, mas também são capazes de agir de forma criativa para realizar suas próprias conexões entre as práticas e as ideologias a que se expõem. Dessa forma, são

capazes de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. Para o autor, o equilíbrio entre o sujeito ‘efeito ideológico’ e o sujeito ‘agente ativo’ depende das condições sociais, assim como da estabilidade relativa das relações de poder.

Os textos da GIFE, por sua vez, sempre optam pela oração relatada, deixando um limite explícito entre a “voz” da pessoa que é relatada e a “voz” de quem relata, conforme relatado anteriormente.

Quadro 12- Discursos do GIFE sobre agenda Novo MROSC

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
GIFE lança publicação sobre marco legal do terceiro setor	<p>GIFE lançará [...] o livro “Perspectivas para o Marco Legal do Terceiro Setor”, no Rio de Janeiro. No evento, realizado pelo Sistema Firjan, contará com um debate aberto sobre a publicação com lideranças do primeiro, segundo e terceiro setores. O objetivo do livro é defender a existência de um ambiente regulatório moderno, claro e estável, como fator fundamental para promover a expansão e qualificação do campo social brasileiro. “A conclusão do livro não é a de que precisamos mudar todo o ambiente regulatório ou criar um novo estatuto. Mas aprimorar aspectos específicos, o que não deixa de ser complexo”, afirma o secretário-geral do GIFE, Fernando Rossetti. [...] “O livro é pragmático quando diz o que pode ser melhorado, porque olha para o conjunto das leis, que apesar de um pouco incoerentes e fragmentadas, são quase suficientes para a área”, explica Rossetti. [...] O GIFE acredita que as questões aqui apresentadas são estruturais e permanecem válidas, visando uma revisão profunda do atual ambiente regulatório do terceiro setor. Espera-se que este documento não apenas oriente a atuação de advocacy do GIFE ao longo dos próximos anos em relação à melhoria do marco legal do terceiro setor, mas também que sirva de referência e contribua para a definição de uma agenda comum capaz de aglutinar os esforços de todos aqueles que já estejam engajados ou queiram participar desse processo – parlamentares e outros agentes públicos, organizações da sociedade civil, acadêmicos, empresas, meios de comunicação e a sociedade em geral. (GIFE, 03/11/2007)</p>
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil entra em vigor em janeiro	<p>O novo regime legal de relações de parcerias das organizações da sociedade civil com o poder público (Lei 13.019/2014), conhecido como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, entrará em vigor dia 23 de janeiro, depois de diversos adiamentos. [...] “Nenhum ente público está completamente preparado para implementar a nova lei desde já, pois ela traz a necessidade de uma maior uniformização pela administração pública da atividade de parcerias com as organizações da sociedade civil (OSCs). Nesse sentido, será necessário promover mudanças e ter maior planejamento público para estas atividades. Hoje não existe uma lei geral que regule estas parcerias em nível nacional, de modo que as mudanças necessárias são apenas do ponto de vista administrativo, operacional, que podem ser feitas dentro da autonomia administrativa de cada pessoa jurídica de direito público”, comenta Paula Raccanello Storto, advogada e sócia de Szazi Bechara Storto Advogados. [...] O GIFE tem participado ativamente das discussões a respeito do novo Marco Regulatório e, em 2015, promoveu vários materiais a respeito, como um debate online sobre o tema com a participação de Laís Lopes, assessora especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Vera Masagão, diretora da Abong. (GIFE, 18/01/2016)</p>
Governança e escassez de recursos são desafios à implementação do MROSC	<p>Desde seu estabelecimento, a lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), vem sendo aplicada nos níveis federal, estadual e municipal, trazendo inovações para a legislação de contratualização entre Estado e organizações da sociedade civil (OSCs). Em vigor desde 2016 para a União, estados e Distrito Federal, e desde 2017 para os municípios, o Marco Regulatório encontra-se às voltas com os desafios da implementação e orçamento. De acordo com pesquisa da Coordenadoria de Pesquisa Jurídica Aplicada (CPJA) da FGV Direito SP, realizada no âmbito do projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil (Sustenta OSC), uma das primeiras inquietações, relativa à implementação, é investigar em que medida as inovações</p>

	<p>trazidas pelo MROSC serão compreendidas, assimiladas e aplicadas pelos diversos entes públicos de tamanho e realidade tão diversos no Brasil. [...] Advogada responsável pela articulação técnica e política do Marco Regulatório no governo federal, Laís Lopes destacou que a lei preenche uma lacuna na legislação ao reconhecer necessidades específicas das organizações. “Essa lei substitui os convênios e afasta as regras da lei de licitações. O grande desafio é construir uma governança para todo o processo para que a lei possa ser aplicada”, observou Laís, que apontou ainda a importância de o governo federal acompanhar a implementação. [...] Aline Viotto, coordenadora de <i>advocacy</i> do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), aponta que “entre 2014 e 2016, segundo levantamento do IPEA, o repasse de recursos federais para organizações da sociedade civil caiu de R\$ 12,1 bilhões para cerca de R\$ 2 bilhões. Dentre as organizações, há algumas que sofrem ainda mais com essa redução, que são aquelas que trabalham com direitos humanos. De 2015 a 2017 não houve repasse de nenhum real por meio de transferências federais para essas organizações. Então é importante reforçar que precisamos que haja recursos para implementar o MROSC, e que a gente facilite também a busca desses recursos na sociedade civil. Hoje os recursos públicos não são a principal fonte de financiamento das OSCs quando olhamos para o universo das mais de 820 mil em atuação no país. A maioria delas tem como fonte recursos privados, e por isso é importante debater os temas do projeto Sustenta OSC. A pluralidade de fontes de financiamento e o incentivo à doação fazem parte dessa conta.” [...] O projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil é realizado em parceria entre a CPJA da FGV Direito SP, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com apoio da União Europeia, Instituto C&A, Instituto Arapyauá e Fundação Lemann. (GIFE, 11/07/2018)</p>
--	--

Fonte: Notícias, site do GIFE.

Os discursos são favoráveis a nova regulamentação, e utilizam de adjetivos para sustentar a aposta por esse tipo de ambiente regulatório como “moderno”, “claro”, “estável”. Justifica-se que este instrumento necessita “aprimorar aspectos específicos”, e que traria uma “definição de uma agenda comum capaz de aglutinar os esforços de todos aqueles que já estejam engajados”.

Interessante, pois a ideia de que nada na condição humana é dado de uma vez por todas ou imposto sem direito de apelo ou reforma, de que tudo que é preciso primeiro ser “feito” e, uma vez feito, pode ser mudado infinitamente, vem acompanhando a era moderna desde o início. E que de fato, a mudança obsessiva e compulsiva (como “progresso” “aperfeiçoamento”, “atualização”, “modernização”) é a essência do modo moderno líquido de ser.

Curiosa a leitura sobre a nova legislação com o uso do termo de “contratualização” (e não “parceria”, como convencionalmente é utilizado) entre o Estado e as OSCs, o que reforçaria um caráter mercantil das políticas públicas. Uma pauta considerada importante no discurso foi a disponibilidade de recursos para a sustentabilidade econômica das OSCs, já que interfere na real participação dos investimentos privados na área social. E foi expresso nas frases “a pluralidade de fontes de financiamento e o incentivo à doação fazem parte dessa conta”, e “os recursos públicos não são a principal fonte de investimento das OSCs”.

Há interesses em jogo nesse processo, sendo o mais recorrente o econômico. Nesse contexto, questiona-se se a “expansão e qualificação do campo social brasileiro”, defendidas na primeira publicação, não vem sendo ao longo dos anos sustentada numa racionalidade instrumental em detrimento de um engajamento sociopolítico dos atores envolvidos nessa temática. E se a proposta de “uma governança para todo o processo para que a lei possa ser aplicada” não responderia mais aos anseios de uma hegemonia que controla e define as regras do jogo.

É recorrente o comportamento delocutivo nas publicações do ETHOS, dada a ausência de situações de fala que se configurem como um discurso direto. Mas, nessa agenda faz também uma escolha pela oração relatada, especificamente na segunda publicação.

Quadro 13- Discursos do ETHOS sobre agenda Novo MROSC

Título	Recorte da Publicação
<p>O marco regulatório da sociedade civil</p>	<p>A reivindicação por um marco legal para regular as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil é antiga no país. [...] Entre 2011 e 2012, foi constituído um grupo de trabalho, liderado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para consolidar o projeto de marco regulatório contido na plataforma, o qual sugere os parâmetros de como pode ser feito o repasse de recursos do governo para as entidades, por meio de chamada pública, com controle e sem burocratização. Infelizmente, esse grupo de trabalho só foi criado depois dos escândalos envolvendo ONGs que mantinham contrato de parceria com o governo. As organizações já tinham presente há muito tempo essa situação de insegurança jurídica vivida não só por essas ONGs, mas também pelas organizações públicas envolvidas. [...] As denúncias envolvendo justamente esse tipo de repasse de recursos aceleraram a elaboração do projeto de lei e o grupo de trabalho conseguiu mobilizar um conjunto relevante de gestores públicos, juristas e líderes sociais, que elaboraram propostas para melhorar a relação das entidades sem fins lucrativos com os órgãos do Estado.[...] Existem atualmente no Brasil 290 mil organizações do terceiro setor, 70% das quais sem empregados registrados, de acordo com a pesquisa “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil” (Fasfil), de 2010. Elas têm desempenhado um importante papel na história do país, seja na luta pela redemocratização ou na defesa da cidadania e dos direitos difusos, seja em experiências relevantes que resultaram em políticas públicas na área de saúde, educação, meio ambiente, consumo e outros mais, complementando a ação do Estado ou prestando serviços que ele não tem conseguido disponibilizar com eficiência. Assim, o PL vai trazer segurança jurídica para a relação entre as OSCs e o poder público. Se queremos um desenvolvimento efetivamente sustentável para a sociedade e para o país, precisamos reconhecer e apoiar o trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil. É necessário também exigir transparência e prestação de contas, de modo a distinguir as que fazem um trabalho realmente sério daquelas que não o fazem. As organizações da sociedade civil, assim como as empresas e as organizações públicas, devem estar sujeitas ao permanente controle da sociedade. Existe um outro tipo de relação que também é importante para o desenvolvimento do país e que está fora desse marco legal: é a relação das OSCs com o setor privado. Um próximo passo será, portanto, contribuir para a criação de incentivos fiscais que promovam o desenvolvimento de uma “cultura de doação” no setor privado, de modo que os cidadãos e as empresas sejam estimulados a financiar o trabalho das organizações da sociedade civil, fomentando o desenvolvimento do capital social indispensável à consolidação de uma sociedade sustentável e justa. Paulo Itacarambi - vice-presidente executivo do Instituto Ethos. (ETHOS, 17/12/2012)</p>
	<p>O Ethos participa da iniciativa, que reafirma valores democráticos, como diálogo, ética, tolerância e respeito às diferenças. O documento recomenda práticas eleitorais que garantam</p>

<p>Organizações da sociedade civil propõem um Pacto pela Democracia</p>	<p>eleições limpas em outubro deste ano, com ampla participação popular para refazer as bases de confiança e legitimidade do ambiente político. “O Brasil vive um momento decisivo. Poucas vezes estivemos tão divididos sobre o futuro. Poucas vezes foi tão difícil afirmar o pluralismo, a tolerância e o convívio com a diferença no espaço público. Vencer momentos assim, pela via democrática e pacífica, é sempre um desafio para qualquer sociedade, e requer de nós confiança, sabedoria e capacidade de diálogo”, dizem as organizações no texto que apresenta a iniciativa. Em outro trecho, afirmam que “é preciso preservar os valores e princípios da Constituição Federal, do Estado de Direito e da arena democrática conquistados pela ação conjunta de tantos e tantas antes de nós”. E concluem que é preciso “recuperar o horizonte comum de uma sociedade livre, dinâmica e solidária, com igualdade de direitos, liberdades e oportunidades para todos, onde seja reconhecido o valor e força da nossa diversidade e pluralidade, e superadas por inteiro todas as formas de discriminação, violência e autoritarismo”. (EHTOS, 16/04/2018)</p>
---	--

Fonte: Notícias, site do EHTOS.

Importante compreender os efeitos simbólicos dos títulos. O primeiro, “O marco regulatório da sociedade civil”, produz um efeito de que o tema central é exclusivo das OSCs. Mas, o conteúdo textual destaca claramente relações conflituosas e de interesse com demais atores sociais envolvidos no marco regulatório. Também opta por apresentar tratamentos isolados (em tempo/espço) de demandas que envolvem o tema central, ora entre Estado e OSCs, ora entre Mercado e OSCs.

Já o segundo título, “Organizações da sociedade civil propõem um pacto pela democracia”, produz um efeito de protagonismo das OSCs (pelo verbo “propor”) seja a uma possível necessidade de trégua em um conflito (se analisarmos pelo termo “pacto”), em prol de um valor positivado (no caso a democracia).

Em ambas as publicações, os discursos demarcam um lugar para o Estado como pouco eficaz e aberto a construções coletivas (como opositor desse pacto pela democracia), e, em contrapartida, utiliza a intertextualidade encaixada para afirmar a importância do papel social das OSCs em sinergia aos valores do instituto – o que reforçaria um caráter textual publicitário. Foucault (1986) nos ajuda a compreender essa situação ao afirmar que o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, mas sim uma função do próprio enunciado.

Há no discurso a premissa de uma realidade social que efetivaria uma ideologia da igualdade de tratamento, expressa em: “as organizações da sociedade civil, assim como as empresas e as organizações públicas, devem estar sujeitas ao permanente controle da sociedade”. Algo questionável, se pensarmos os reais pesos e medidas desse controle frente as hierarquias existentes.

A existência de uma “hierarquia valorativa” opaca é muito eficaz, como núcleo da condição de possibilidade de se estabelecerem distinções sociais a partir de signos sociais opacos, mas podem ser perceptíveis de maneira pré-reflexiva. Essa “hierarquia valorativa”, em seus traços mais gerais pelo menos, é o que perfaz a dimensão simbólica de qualquer sociedade moderna, seja ela central ou periférica (Souza, 2015, p. 187)

Nessa mesma perspectiva, Fairclough (2001) também esclarece que uma dada formação discursiva de relações que se dão entre instituições – e isso inclui o caso governo, empresas e OSCs, por meio de processos sociais e econômicos, padrões de comportamento e sistemas de normas constituem uma forma de controle de objetos e de sujeitos da vida social.

Vale refletirmos sobre o desenvolvimento das instituições sociais modernas, que persiste um pouco equilíbrio entre confiança e risco, segurança e perigo. Mas, o verdadeiro problema e atualmente a maior preocupação é a incerteza de qual das identidades alternativas escolher e, tendo escolhido uma, por quanto tempo se apegar a ela? Se no passado consistia principalmente em encontrar os meios adequados para atingir determinados fins, agora se trata de testar, um após o outro. A construção da identidade assumiu a força de uma experimentação infundável na modernidade líquida, os experimentos jamais terminam. E as OSCs, o Estado e o mercado estão inseridos contexto.

Nesses ambientes encontra-se o poder microfísico, que não está em nenhum ponto específico da estrutura social, pois se constitui através das práticas sociais nas quais ele é exercido. Nesta concepção, o poder não existe, o que há são relações e práticas sociais nas quais ele se estabelece. Em um determinado contexto histórico, o poder se apresenta descontínuo, não linear, marcado por rupturas, refletindo a luta entre as forças que estão sempre se modificando (Foucault, 2002, 2004, 2009, 2010, 2011).

Mendonça (2017), na pesquisa “Parcerias entre Estados e OSCs – desafios na construção de colaborações par implementação da Lei 13.019/2014”, nos apresenta reflexões importantes e complementares sobre a agenda do novo MROSC.

No nível local o processo de implementação do MROSC tem se tornado mais complexo pela diversidade de contextos, atores e suas formas de relacionamento. E que os casos demonstram esta complexidade, e destacam os diferentes papéis de: órgãos contratantes e executores de parcerias, órgãos de suporte (procuradorias jurídicas, órgãos de controle interno, treinamento e capacitação); e tribunais de contas (controle externo e prestação de contas); Ministério Público – defensorias públicas e OAB (suporte de capacitação ou mediação de conflitos), além da Plataforma das OSCs, outras OSCs locais e instituições acadêmicas. O destaque tem sido as experiências do Conselho de Fomento e Colaboração de Belo Horizonte e da Bahia. Os papéis do CONFOCO, de maneira sucinta, são aproximar a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil; assessorar a implantação e monitoramento do MROSC no município; fomentar espaço de interlocução e diálogo entre os dois setores para potencializar e mediar as relações; facilitar o desenvolvimento das

parcerias; construir parcerias com o setor privado para o financiamento de ações de impacto social (Mendonça, 2017, p.3)

Para a autora as dinâmicas de relacionamento da sociedade civil com o poder público influenciam a abertura ao diálogo e participação, bem como a percepção dos gestores públicos acerca do papel das OSCs. E que a persistência de práticas anteriores que não se alinham com o espírito da regulação do MROSC gera resistências, conforme discursos apresentados no quadro seguinte.

Quadro 14- Experiências do Conselho de Fomento e Colaboração / MROSC

EXPERIÊNCIA	ANÁLISE DO LOCAL	ANÁLISE DO CONTEXTO GERAL
Bahia	O estado da Bahia foi o primeiro a estabelecer o CONFOCO. O Ponto de Gestão MROSC na Bahia tem gestão tripartite e envolve, a universidade, a plataforma MROSC da sociedade civil e a SERIN do Governo do Estado. A construção do diálogo é beneficiada pela continuidade da gestão. Nos municípios houve eleição em 2016, tendo muitas novas gestões do executivo municipal se iniciado em 2017. Nos municípios analisados a troca de gestão promoveu descontinuidade.	De forma geral, os casos demonstraram resistência e dificuldade por parte da administração pública para se adaptar as novas regras da Lei 13.019/2014. A cultura da gestão pública e influência da perspectiva dos gestores do controle público são focos de resistência que dificultam a implementação local. Há também diversidade no histórico de relacionamentos entre governos locais e OSCs, além de diferentes capacidades locais para lidar com as exigências da nova Lei e realizar os ajustes necessários, em especial com relação ao controle por resultados. Outra questão importante identificada foi a necessidade de ampla capacitação da administração pública, e apesar da Bahia estar presente nestas atividades, isto se deu por conta de um financiamento específico. Há necessidade de envolver mais instituições acadêmicas nas ações conjuntas. [...] Diálogo e participação são fundamentais na construção de inovações e entendimentos de todas as partes sobre a importância das OSCs para a provisão de serviços e a garantia de direitos de forma complementar ou suplementar ao Estado. [...] No nível local há maior chance de ocorrer também a personalização das relações, prejudicando a transparência, a equidade e qualidade da prestação de serviços.
Belo Horizonte	Para além do CONFOCO Belo Horizonte também criou uma instância de coordenação no executivo – Procuradoria Geral do Município – que tem dado suporte para o alinhamento e realização de ações de integração para implementação do MROSC. A simplificação da prestação de contas e a lógica da desburocratização e controle por resultados foi fonte de preocupação apontada pelos gestores.	

Fonte: Adaptação da obra de Mendonça, 2017.

Os discursos são permeados por elementos textuais que ora justificam a importância do MROSC, ora apontam os principais gargalos na sua implementação e possíveis alternativas para solucioná-los. O ponto de partida das experiências relatadas é a adesão da proposta pelos entes federativos, sendo esta uma força motriz e de sustentação para a nova legislação. As principais “resistências” no âmbito local se resumiram ao tipo de “cultura da gestão política” e

da “influência da perspectiva dos gestores de controle público”, e pelos tipos de mecanismos de superação sugeridos o cerne da questão é sobre o entendimento (quicá importância) sobre o papel das OSCs na provisão de serviços complementares ou suplementares ao Estado. Logo, como constituir “parcerias” em ambientes que privam pelo controle, e que estão emergidos pela insegurança?

A fragmentação da prática participativa, que pode advir de abordagens parciais da relação descentralização-participação dos cidadãos, também pode ser suscitada quando esta só se associa a âmbitos estritamente setoriais [...] a geração de mecanismos de participação social não estimula necessariamente a organização social, mas pode, em contrapartida, vir a se constituir em desarticulação do tecido social e fortalecer as assimetrias da representação social, redundando no enfraquecimento da sociedade civil [...] Assim admitimos que o Estado não só contribuiu para o estreitamento e a submissão da sociedade, mas também estimulou o acesso diferenciado a suas instâncias de decisão, devemos convir que a ele cabe a responsabilidade crucial de estabelecer condições que aumentem a capacidade de representação e de influência, particularmente, dos atores tradicionalmente excluídos, para que possam ter acesso a tais níveis de decisão e se expressem com autonomia frente à máquina estatal (Cunill Grau, 1996, p.124)

Por falar em controle, resgatemos algumas análises de Bauman (2001, 2007, 2008). Para o autor, a insegurança e a incerteza, por sua vez, nascem de um sentimento de impotência, principalmente na possibilidade de uma perda do controle. E para piorar ainda mais essa situação, carecemos de recapturar e recuperar o controle sobre as forças que moldam nossa condição compartilhada com demais atores sociais. Isso não seria diferente nas relações entre o Estado e as OSCs, após significativas agendas de regulação verticalmente impostas pelo poder público, qualquer (re) distribuição de poder se tornaria uma ameaça ao mesmo.

Estes processos de interpenetração cada vez mais profunda e complexa entre Estado e sociedade civil não se limitam transformar profundamente a sociedade civil. Transformam em igual profundidade o Estado. Ao expandir-se para além dos seus aparelhos burocráticos, através de redes sociais informais, o Estado torna-se, ele próprio, mais informal, mais particularístico e menos organizado. Isto é, assume características que até agora foram consideradas próprias da sociedade civil. Tudo isto me leva a concluir que se caminha para uma situação em que o Estado e a sociedade civil se duplicam um no outro, criando a cada um deles aquilo a que se opõe. Se assim for, a dicotomia Estado-sociedade civil deixa de fazer sentido. A política pós-moderna [ou líquida, acréscimo meu] deverá partir desta verificação e propor um novo paradigma conceitual que nos habilite a superar o jogo de espelhos a que a dicotomia nos condena (Santos, 1990, p. 25).

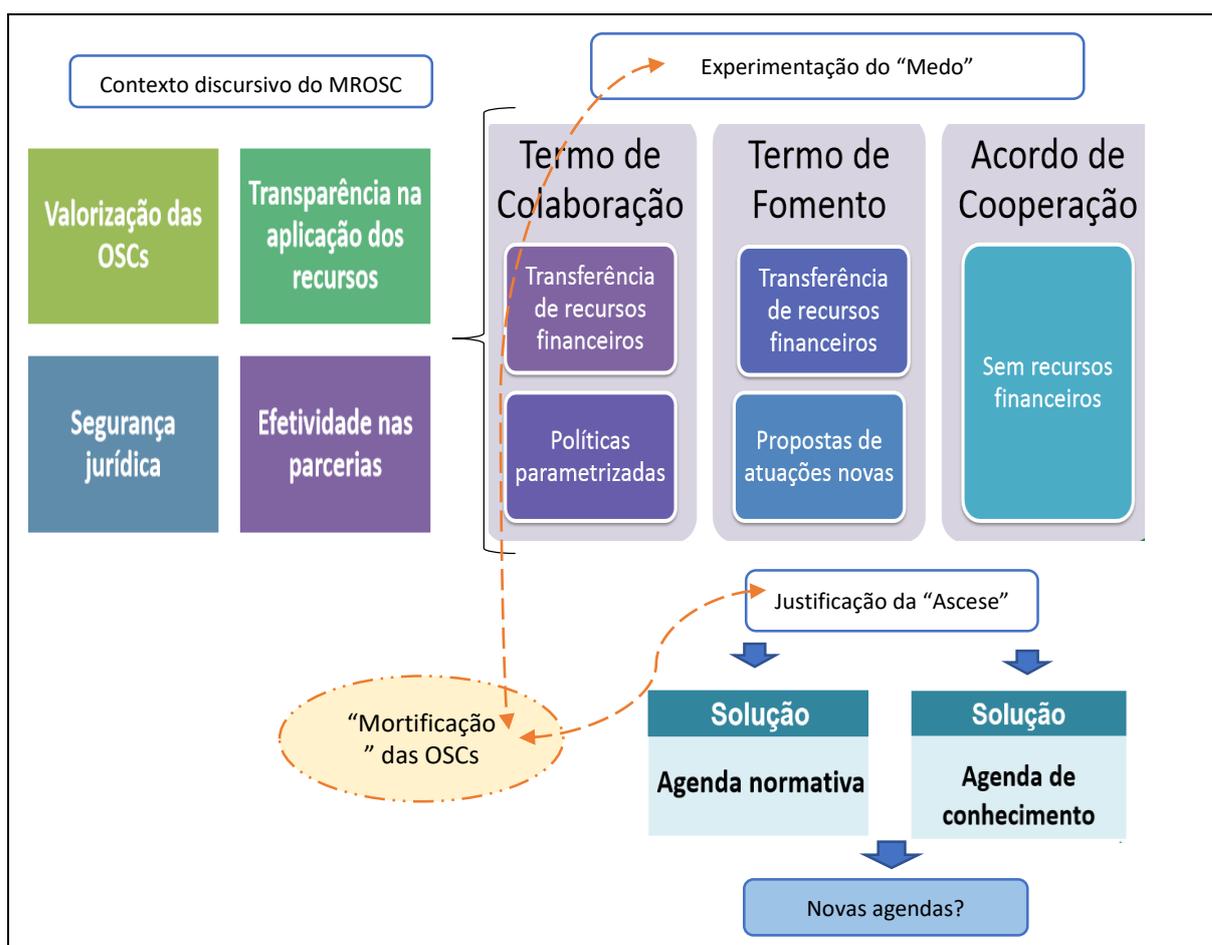
Mendonça (2017) ressalta também na pesquisa que o cenário em que a desconfiança predomina, qualquer tipo de dúvida simples, ou falha no relacionamento da OSC com a burocracia e seus complexos procedimentos, é interpretada como empecilho, ao invés de ser uma oportunidade para aprendizado mútuo.

Sem que esta percepção possa ser trabalhada, a formalização com o Estado pode até ocorrer, mas não estará ocorrendo verdadeiramente uma “parceria”. Manter o foco nos resultados e estar aberto a aprendizados sobre o trabalho das OSCs e seu impacto para as políticas públicas fica mais difícil em tal cenário. O Marco Regulatório está aí, é uma lei em vigor. É compreensível que alguns dos instrumentos normativos que buscaram conferir mais segurança jurídica e administrativa tanto para gestores públicos quanto para as próprias OSCs ainda não são efetivos, pois trazem questionamentos quanto à forma de controle adotada (Mendonça, 2017, p.44).

Como retrata Bauman (2008), é necessário redefinir o espectro de nossas opções assim como traçar os limites de nossa liberdade de escolha: “o tipo de controle que atualmente escapou - ou foi tirado - de nossas mãos. O demônio do medo não será exorcizado até reencontrarmos (ou, mais precisamente, construirmos) tais ferramentas” (p. 167).

Logo, é possível identificar elementos do contexto discursivo na Agenda do Novo MROSC, de acordo com a figura seguinte.

Figura 6- Contexto discursivo na Agenda do Novo MROSC



Fonte: Elaboração do próprio autor / Adaptação da obra Circuito MROSC PBH, 2018.

Assim como a agenda Transparência/CPI das ONGs tem a sua governamentalidade, usando a expressão de Foucault (2010, 2011), na agenda do MROSC não seria diferente. O MROSC também cria um ambiente de insegurança do mundo líquido, principalmente nas esquizofrenias de relações denominadas “parcerias”, fazendo como que as bases sólidas de controle se tornem “desejáveis”, “legitimadas”, “naturalizadas” pelas OSCs. O que nos inquieta saber se haverá uma próxima agenda para sustentar a ascese cristã moderna, fazendo com que as OSCs continuem o assujeitamento de si, na busca por uma relação sempre com um “outro mundo” - nesse caso traçado pela elite dominante.

Há também outra explicação das “desconfianças” nas relações entre o Estado e as OSCs, a por meio da flexibilidade na prestação dos serviços sociais. Bauman (2001, p. 187) nos explica que a presente versão “liquefeita”, “fluida”, dispersa, espalhada e regulada da modernidade pode implicar em um divórcio ou ruptura final, mas anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. O trabalho permanece como categoria de análise crucial na compreensão dos critérios morais que fundamentam as relações sociais na sociedade capitalista moderna. Mas, o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho como uma nova liberdade de movimentos.

Vamos pensar nas execuções das parcerias das OSCs com o Estado. Por exemplo, é permitido que duas ou mais organizações da sociedade civil se unam em rede para a execução de parcerias. A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 7- Atuação em rede das OSCs nos regimes de “parceria” com o Estado



Fonte: Circuito MROSC PBH, 2018.

O que orienta toda essa rede é a lógica do “controle por resultados” de projetos, sendo uma condição para a inserção das OSCs na trama das relações com o Estado. O julgamento

feito sobre a qualidade do elo se dá pelo grau em que se mostrou proveitoso o resultado, depois de estabelecido. Como pontua Boltanski e Chiapello (2009), um neopersonalismo que não enfatiza o sistema, mas os agentes em busca de um sentido. Esta orientação é dominante porque nela repousa, em grande parte, a dimensão normativa da cidade por projetos.

Daí mais um paradoxo no calidoscópio/mosaico líquido-moderno de paradoxos: com o crescimento da capacidade de nossos instrumentos e recursos de ação, os quais nos permitem avançar ainda mais no espaço e no tempo, cresce também nosso medo de que eles sejam inadequados para erradicar o mal que vemos e o mal ainda não visto, mas que tende a ser gestado. A geração mais tecnologicamente equipada da história humana é aquela mais assombrada por sentimento de insegurança e desamparo (Bauman, 2008, p.132)

Daí a importância do papel atribuído às relações voltadas à responsabilização dos atores sociais. Onde o valor da “transparência”, em voga desde a CPI das ONGs, junto com a desburocratização com ênfase nos resultados se tornam princípios ideológicos e respostas aos anseios tanto dos atores quanto da normatização.

Saber engajar-se num projeto, envolver-se plenamente, essa seria a marca do “estado de grandeza” na cité de projetos. Para engajar-se, é preciso ser capaz de entusiasmar-se; revelar-se adaptável, flexível, capaz de oscilar de uma situação para outra muito diferente e ajustar-se a ela; mostra-se polivalente, capaz de mudar de atividade ou de instrumentos, segundo a natureza da relação na qual entra, com os outros ou com os objetos. Mas, mascara-se a crítica anticapitalista por trás do termo projeto. Se for verdade que o momento da passagem de um projeto para outro constitui a prova por excelência, na lógica de uma cidade por projetos, quanto mais curtos, numerosos e mutáveis forem os projetos, mais comprobatório (portanto, mais justo) será o mundo (Boltanski & Chiapello, 2009).

Bauman (1999b) elucida que estar livre de laços complicados, compromissos e dependências limitadoras da liberdade de manobra foram sempre as armas preferidas da dominação, mas a oferta dessas armas e a capacidade de usá-las parecem hoje distribuídas de maneira mais desigual do que nunca antes da história moderna. A velocidade do movimento se tornou um fator importante, talvez o principal, da estratificação social e da hierarquia da dominação (Bauman, 2007). Em que as principais fontes de lucro - e, portanto, do capital de amanhã - tendem a ser, numa escala sempre de expansão, ideias e não objetos materiais (Bauman, 2001).

E por fim, e não menos importante, é preciso compreender que a modernidade líquida não é o fim da política. Ao contrário, o que quer que atraia na promessa da modernidade líquida é algo que pede mais política, mais compromisso político na ação individual e comunitária, por

mais que isso seja sufocado pelo tumulto e alvoroço do consumo. A política se tornou um cabo de guerra entre a velocidade que o capital pode se mover e as capacidades cada vez mais lentas dos poderes locais (Bauman, 2003). Ela se torna um jogo inteiramente diferente, mas com consequências por enquanto ainda difíceis de prever em sua totalidade. E no contexto do novo MROSC, o que se tem observado, é que a ênfase instrumental por novas formas de controle não tem possibilitado a constituição da arena política nas relações setoriais. Os canais de relacionamentos são predominantemente voltados a dar respostas a um “mundo do outro”, e não um “outro mundo” de maneira compartilhada.

5.3.3 Agenda III: Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Ventura (1999 apud Cheibub & Locke, 2002) sinaliza que há uma tendência na literatura de se privilegiar a dimensão valorativa da responsabilidade social (Filantropia e Idealismo ético), num discurso eminentemente normativo. Outro elemento importante vincula o movimento da responsabilidade social como resultado da crítica à forma pela qual as empresas se relacionam com a sociedade, tirando dela (dos seus recursos) seu lucro, para os acionistas e controladores.

Como resposta à crítica, o movimento pela responsabilidade social (re) cria provas e dispositivos que, ao operar um deslocamento, desmantela a crítica. São criados institutos e fundações para lidar com o assunto, de forma isomórfica às empresas; são instituídas certificações na área social (balanços, selos, concursos), ou seja, todo um conjunto de regras e convenções, dispositivos para categorizar e classificar as empresas em relação a seu comportamento socialmente responsável, onde são exigidos e valorizados aspectos que, em última instância, os próprios capitalistas elegem, sem prejuízo para a lucratividade. E no caso brasileiro, é exatamente este movimento que temos assistido [...]. Não se questiona, por exemplo, a dimensão pública/política da RSE, tal como nos referimos anteriormente (Ventura, 1999, p. 10).

A partir dos anos 90 foi possível identificar relações das empresas brasileiras com as OSCs. Nesse período assumem centralidade temas como o surgimento de uma nova racionalidade econômica, a responsabilidade social corporativa e as ações sociais empresariais (Boschi; Diniz, 1989). Mas, essa articulação entre empresas e OSCs aparece muitas vezes na literatura sobre stakeholders e no discurso de lideranças empresarias como elemento automático de modernização das instituições não-lucrativas, sendo mais destacados fatores positivos em torno dessa aproximação em prol de retorno publicitário (Teodósio, 2008).

Outro ponto importante de análise são os interesses e correlações de força na complementaridade de ações entre Estado, OSCs e empresas. O que aparentemente pode ser

um campo discursivo de convergências de interesses entre essas esferas pode encobrir os canais de dominação existentes.

Vamos agora analisar os discursos da ABONG, do GIFE e do ETHOS sobre essa agenda.

O comportamento elocutivo da ABONG pauta nos seus discursos a construção de um *ethos* democrático, com apelo e mobilização social frente a causas sociais. As duas publicações a seguir trazem críticas sobre os resultados das ações empresarias em Mariana/MG, que envolvem o âmbito social, econômico e ambiental (eixos considerados pilares na sustentabilidade).

Os títulos das publicações reafirmam posicionamentos da própria ABONG, seja por meio de valores defendidos, como também por reforçar o papel desejável das OSCs no país. No primeiro, são destacados elementos valorativos como “responsabilidade” e “transparência”, que também perpassam outras agendas de comunhão interesse da própria ABONG. O segundo, por sua vez apresenta o caráter reivindicativo que as OSCs precisam assumir frente a demais atores sociais.

Quadro 15- Discursos da ABONG sobre agenda da Responsabilidade Social Empresarial

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
Responsabilidade e transparência para Mariana	Diante da tragédia em Mariana, com o rompimento das barragens de Santarém e Fundão, e suas terríveis consequências, tanto para as comunidades locais como para o meio ambiente, é imperativo que as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton garantam a abertura do diálogo e se engajem imediatamente na via da transparência e da responsabilidade. [...] Em solidariedade às vítimas atingidas das mais diversas maneiras e considerando que outros eventos assim podem acontecer em outros setores no mundo empresarial, não se restringindo exclusivamente à mineração, entendemos que a Samarco, a Vale e a BHP Billiton necessitam abrir imediatamente um canal efetivo de comunicação com a sociedade, publicando toda e qualquer informação passada e futura acerca das estruturas que se romperam e os danos causados, garantindo livre acesso à imprensa, às autoridades e à população [...] É necessário também que as três empresas assumam a sua devida responsabilidade pela tragédia, engajando-se de forma transparente na reparação dos danos causados (ambientais, sociais e econômicos para a sociedade), e envidando todos os esforços e ações necessários no sentido de identificar e evitar futuros desastres como o ocorrido.[...] A mais irrestrita e rigorosa transparência, somada à responsabilização por parte dos empreendedores e órgãos regulatórios e de fiscalização, é essencial para prevenir que tragédias como essa voltem a acontecer. (ABONG, 27/11/2015)
Organizações e movimentos da sociedade civil repudiam acordo assinado entre	O Comitê Nacional Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e a Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale repudiam o acordo firmado entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP e os poderes públicos federal e estaduais. O acordo, se homologado pelo juiz da 12a Vara Federal da Sessão Judiciária de Minas Gerais, encerra a ação civil pública que está sendo movida contra as empresas pelas violações de direitos humanos, sociais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, em Mariana, no dia 5 de novembro de 2015. [...] O acordo impacta

<p>mineradoras Samarco/Vale/BHP e os Poderes Públicos</p>	<p>severamente a população dos municípios afetados pelo desastre, em Mariana e ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Ele cria uma Fundação privada que confere às mineradoras o poder de tratar de cada violação de direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais no varejo. [...]. Este acordo é uma afronta aos direitos de todas as pessoas que sofrem com os efeitos deste desastre em suas vidas. E a ideia de que tudo possa ser ‘resolvido’ a portas fechadas entre as empresas e o poder público é uma afronta à coletividade. A extinção da ação civil pública por meio de um acordo desse tipo convém apenas às empresas, pois assinado o acordo e homologado não existe recurso que possa desfazê-lo. E com as partes autoras implicadas no acordo, não há como recorrer. [...]. Segundo informações repassadas pela Assessoria de Imprensa da Advocacia Geral da União ao Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, a minuta divulgada pela Agência Pública estaria defasada em relação às negociações mais recentes, mas a falta de transparência e de prestação de contas por parte dos governos federal e estaduais e dos órgãos públicos implicados foi tamanha durante todo este processo, que os movimentos e organizações da sociedade civil sequer tiveram acesso aos termos atualizados deste acordo. Ou seja, uma negociação que impacta a vida de milhões de pessoas ao longo de toda a bacia do Rio Doce correu, até o final, completamente blindada e sem nenhum diálogo com as vítimas. O mundo inteiro testemunhou a vida de milhares de pessoas sendo devastadas por essas empresas. Com a assinatura deste acordo, a violação de direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais torna-se agora um grande negócio. Os direitos humanos são inegociáveis, nossa vida e nossa natureza não estão à venda! (ABONG, 07/03/2016)</p>
---	--

Fonte: Site notas públicas ABONG.

Os discursos se apresentam como um exame das relações de poder tornando possível extrair e constituir um conhecimento sobre o fato ocorrido. O uso dos termos “tragédia” já implica a ideia perda e ou danos de alguma parte, e “responsabilidade da tragédia” faz com que nesse contexto se reflita sobre o(s) protagonista(s) de todo o processo. A estratégia do exame introduz a apresentação de individualidades no campo textual, em que a constituição de um indivíduo/grupo como um objeto descritível visa dar visibilidade ao mesmo. E no caso, são os atores sociais do campo empresarial “Samarco, a Vale e BHP Billiton” e a sua correlação de forças com a justiça do Estado.

Para Cheibub e Locke (2002) não há, em princípio, base moral e política para que as empresas assumam responsabilidades sociais – no sentido de algo além de suas obrigações legais. Assim, responsabilidade social não seria uma questão moral, mas sim de interesse econômico das empresas. Consideram bom, todavia, que as empresas assumam posicionamentos socialmente responsáveis, desde que estejam atentos para os riscos políticos que podem advir desse movimento.

O caráter de denúncia e reivindicação é recorrente nos discursos da ABONG, numa busca constante de demarcação do lugar de participação e controle social da sociedade civil no que se referem as pautas (“direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais”) da esfera pública. Nesse contexto, as práticas discursivas se sustentam em bandeiras e valores defendidos, criando campos de enfrentamento a possíveis grupos hegemônicos. No caso de Mariana entende

como risco tanto a representação empresarial, como do próprio poder público, podendo atender interesses particulares (“a extinção da ação civil pública por meio de um acordo desse tipo convém apenas às empresas) em detrimento de coletivos (“uma negociação que impacta a vida de milhões de pessoas”).

Outro ponto são as alternativas para o enfrentamento da situação-problema. Considera-se que a “mais irrestrita e rigorosa transparência, somada à responsabilização por parte dos empreendedores e órgãos regulatórios e de fiscalização, é essencial para prevenir que tragédias como essa voltem a acontecer”. Uma crítica de que os recursos de controle, regulação e responsabilização do Estado devem fazer parte, em mesmo peso e medidas igualitárias, também para as empresas.

Os textos da GIFE, em uma constante textual, optam pela oração relatada, deixando um limite explícito entre a “voz” da pessoa que é relatada e a “voz” de quem relata, visando dar credibilidade as suas principais ideias e ações sobre algumas agendas. O que chama a atenção nessas publicações é um movimento criado de protagonismo do GIFE seja na execução e engajamento de determinados projetos, como também um auto referenciamento para a construção de novas agendas. A natureza do “eu empreendedor” figura não somente no vocabulário dos discursos, mas também no estilo textual.

Quadro 16- Discursos do GIFE sobre a agenda da Responsabilidade Social Empresarial

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
Curso Ferramentas de Gestão discutirá conceitos do Investimento Social e Responsabilidade Social Empresarial	[.] O primeiro módulo do curso Ferramentas de Gestão promovido pelo GIFE. A iniciativa tem como objetivo contribuir com a profissionalização da gestão do campo social brasileiro, debatendo caminhos para a sustentabilidade financeira de organizações sociais. Neste ano, a novidade é a parceria com o Instituto Votorantim, associado GIFE, que acolherá os participantes em sua sede em São Paulo. [...] O currículo propõe um resgate histórico do setor no Brasil e discute sua influência na construção da democracia e no fortalecimento da sociedade civil. Os consultores falarão ainda sobre tendências, desafios atuais e a relação com outras áreas de organizações sociais e empresas. Todo o curso é ilustrado com cases de sucesso do setor. Nesta edição, um dos consultores será Vitor Seravalli, engenheiro químico pela UNICAMP, com MBA em marketing pela ESPM e especialização em responsabilidade social e terceiro setor pela FIA/CEATS. O profissional tem passagens pela empresa BASF, pelo Comitê Brasileiro do Pacto Global (Global Compact – ONU), Fundação Espaço Eco e, atualmente, faz parte do conselho de administração da Fundação ABRINQ, além de ser sócio-diretor da Seravalli Consulting. Completa o time Ana Carolina Velasco, gerente de Relacionamento e Articulação do GIFE. [...] (GIFE, 11/07/2016)
Brasileiros são reconhecidos como pioneiros pela ONU por	Duas lideranças de organizações associadas ao GIFE acabam de ser reconhecidas pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) como “2016 Local SDG Pioneers (Sustainable Development Goals ou, em português, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS). Os pioneiros são compostos por líderes empresariais e agentes de transformação engajados em estimular ações e negócios alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, demonstrando como os ODS podem ativar negócios para

<p>demonstrar como os ODS podem ativar negócios para alavancar ganhos econômicos, sociais e ambientais</p>	<p>alavancar ganhos econômicos, sociais e ambientais para o mundo. Os ODS foram lançados pelas Nações Unidas e irão encaminhar as iniciativas em todos os 193 países que aderiram à <u>Agenda 2030</u> nos próximos 15 anos. [...] Sonia Favaretto foi reconhecida por seus esforços relacionados ao trabalho para <u>implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos projetos da bolsa: Bolsa de Valores Socioambientais (BVSA) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)</u>. Desde sua criação, a BVSA adotou como base conceitual – e desde 2012 de forma estruturada – os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como critério de seleção. Em 2016, migrou para os ODS. Assim, hoje, a organização social que se candidata, ao se inscrever na BVSA, deve indicar em qual (ou quais) ODS impacta e demonstrar esse impacto por meio de métricas que possam, posteriormente, ser relatadas ao mercado e aos investidores socioambientais. Já o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) promove a inserção dos ODS de duas formas: pela inclusão dos ODS e da Agenda 2030 na Dimensão Geral do questionário nos itens: “Compromissos Voluntários e “Estratégia e Posicionamento”. Nas respostas, as empresas que pleiteiam fazer parte do índice devem informar em que medida e de que forma têm considerado os ODS em suas estratégias e práticas de sustentabilidade, e também pela menção, quando cabível, dos ODS em protocolos ou referências do ISE. “Ter sido escolhida para o primeiro grupo de <u>SDG Pioneers</u> representa o reconhecimento por anos de trabalho lutando para construir um mundo verdadeiramente sustentável, que reavalia os seus padrões de produção, consumo e comportamento, mas, acima de tudo, que reavalia a sua própria mentalidade. Ele comprova que este mundo é um sonho alcançável e realista e que está próximo de se tornar realidade. [...]Esta é uma jornada estratégica e irrevogável”, comenta Sonia Favaretto. (GIFE, 11/07/2016)</p>
<p>Plataforma de Filantropia no Brasil lança relatório sobre os ODS na agenda de desenvolvimento global</p>	<p>[...] A Agenda 2030 deu ao mundo uma linguagem comum e um senso de urgência para resolver os desafios existentes. Porém, diante de uma agenda tão complexa, será preciso que todos façam a sua parte: governos, setor privado, sociedade civil, academia etc. [...] Para analisar de que forma a filantropia tem colaborado com a implementação dos ODS e o que pode fazer para avançar ainda mais, a <u>Plataforma de Filantropia</u> – iniciativa fomentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – acaba de lançar o relatório “<i>Filantropia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: engajando o investimento social privado na agenda do desenvolvimento global</i>”. O relatório é um esforço de mapeamento da implementação dos <u>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país por atores de filantropia, empresas e sociedade civil</u>. A plataforma é uma <u>iniciativa global</u> que conecta filantropia a conhecimento e redes que podem aprofundar a cooperação, alavancar recursos e aumentar o impacto, direcionando os ODS a um planejamento de desenvolvimento nacional.[...] No Brasil, a plataforma conta com o apoio e articulação também do GIFE, do IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social), da WINGS (Worldwide Initiatives for Grantmaker Support) e Comunitas. Além disso, alguns investidores fazem parte do grupo articulador, como a Fundação Banco do Brasil, Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú Social, Instituto Sabin, Instituto C&A e Instituto Unibanco. Durante o lançamento do relatório no Rio de Janeiro, em dezembro de 2017, a representante residente assistente para programa do PNUD, Maristela Baioni, destacou que <u>a organização reconhece a liderança das fundações e institutos filantrópicos nos vários segmentos da sociedade com o desenvolvimento de ações que possuem um papel transformador no país. “Estamos confiantes de que o trabalho feito aqui, alinhado com a Agenda 2030, vai se tornar referência no investimento privado e social nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”</u>, disse. (GIFE, 08/01/2018)</p>

Fonte: Site notícias GIFE.

A primeira publicação refere-se à apresentação de um curso promovido pelo GIFE, como um recurso de fins publicitários. Um ponto a ser observado em seu conteúdo textual são os elementos que orientam o posicionamento institucional sobre o “campo social brasileiro”. E como estes compreendem a agenda da responsabilidade social naquele determinado tempo e espaço. A pauta se resume na “necessidade de profissionalização da gestão da área”, numa

perspectiva instrumental e pragmática, como novos estilos de gerenciamento aos problemas enfrentados pelas organizações do terceiro setor – principalmente na sua condição econômica. O uso da expressão “casos de sucesso do setor” exemplifica o teor ideológico emancipatório da proposta.

Teodósio (2008) chama a atenção para as contradições nas relações para resolução de problemas sociais providas pelas empresas. Esta também é uma das preocupações de Fischer (2002), quando questiona se a promoção da sustentabilidade de uma OSC implica na insustentabilidade da própria sociedade civil.

Visto que ao premiar a eficiência e colocar o princípio do correto gerenciamento financeiro e os retornos em termos de resultados operacionais como referências para o financiamento da gestão de projetos sociais, a competição por recursos pode premiar os mais aptos e relegar ao esquecimento os menos aptos, mesmo sendo legítimos em termos de carência de direitos (Teodósio, 2008, p.92).

As demais publicações ideologicamente reforçam que a prática de ações a partir dos ODS é legitimada pelo mercado como uma forma inovadora de diferenciar-se das demais organizações, ou de criar vantagens competitivas entre os mesmos. Busca-se na prática discursiva a construção de um modo operante das organizações adotarem um comportamento proativo, buscando “melhores práticas” para o seu negócio. É utilizado também o recurso de “tradução” dos programas e formas de regulação, buscando identificá-los como uma importante dimensão de consumo.

Nesse contexto, é defendido que a responsabilidade social em prol da “transformação no país”, convergente aos ODS, deve ser compartilhada entre governo, empresas e sociedade civil. Intencionalmente está presente no discurso a necessidade de interação entre esses atores sociais para êxito dessa agenda. Importante levar em consideração as formas pelas quais essa busca por uma eficácia política e ideológica se manifesta. Por exemplo, as OSCs, nesse universo da agenda da responsabilidade social empresarial são intimadas a participarem desse processo, como interpretes que são submissos, no sentido de se ajustarem às posições que são estabelecidas para elas nos discursos.

[...] relacionamentos intersetoriais expressam o poder derivado da interação dos campos em disputa, mas que se aproximam movidos por uma lógica comum. Nesse sentido, compreende-se que a intersetorialidade induz a alteração de posições de poder no campo ao permitir inaugurar o discurso da parceria como melhor e desejável em detrimento do conflito entre OSCs e empresa e das OSCs em relação ao Estado. Todavia, acredita-se que essa ideia merece um olhar atento ao contribuir para a formação de parcerias que acabariam por fomentar uma democracia fraca, visto que a ausência de conflito poderia suprimir o debate e o embate presente em qualquer tipo de relação, expressando um consenso que não existe, baseado inclusive em uma relação autoritária (Guerra, 2015, p.144).

A RSE se torna uma questão de auto interesse das empresas pois, mesmo que não seja de seu interesse exclusivo e imediato, é do seu interesse esclarecido e de longo prazo, na medida em que suas ações podem contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, tornando-a mais densa e articulada – o que favorece, em última instância, a condução de seus negócios (Cheibub & Locke, 2002).

O discurso do Ethos nessa agenda apresenta um aspecto em destaque de configuração intertextual que é a tentativa de mesclar dois gêneros discursivos, o acadêmico (“estudo”, “pesquisa”) e o publicitário (“10 anos da fundação do Instituto ETHOS”). As estratégias discursivas de “promoção” de ideias e “justificativas” das ações dessa organização é algo recorrente.

Quadro 17- Discursos do ETHOS sobre a agenda da Responsabilidade Social Empresarial

TÍTULO	RECORTE DA PUBLICAÇÃO
Práticas e Perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil 2008	<p>É com muita satisfação que apresentamos ao público mais um estudo realizado em conjunto pelos institutos Ethos e Akatu, voltado à questão da Responsabilidade Social Empresarial - RSE. Este estudo foi motivado pela comemoração dos 10 anos de fundação do Instituto Ethos em 2008, visando mapear o movimento empresarial no Brasil e criar uma linha de base para mensurações futuras. A pesquisa Práticas e Perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil – 2008 retrata o panorama atual da atuação efetiva das empresas brasileiras em responsabilidade social. O estudo buscou identificar as principais conquistas e os desafios do fenômeno da RSE no Brasil. [...] Apesar do maior envolvimento das empresas nos últimos anos, a responsabilidade social nas empresas no Brasil é ainda um processo em construção, com um longo caminho a se desenvolver. Muitas práticas, em diferentes temas de RSE, ainda não são adotadas pela maioria das empresas, enquanto as práticas mais adotadas tendem a estar relacionadas a temas que impactam mais diretamente na sobrevivência das empresas e/ou também relacionadas às imposições de regulamentações do setor que atuam. Isso fica evidenciado pelo fato de que as práticas que têm maior adesão, bem como os temas (agrupamentos de práticas) que apresentam maiores médias percentuais são aqueles relacionados à proteção das relações de consumo e relações de trabalho – geralmente temas submetidos a pressões do mercado e sociedade e também regulados por leis e normas. Há também um baixo percentual de empresas que utilizam instrumentos de formalização de políticas globais de RSE, bem como ferramentas e referências para auxiliar as empresas na definição de suas ações. Isso indica que, apesar de as práticas de responsabilidade social serem crescentemente incorporadas nas empresas, algumas delas de modo formal (práticas escritas, divulgadas, colocadas em contrato), falta por outro lado uma maior formalização e institucionalização dessas práticas em nível estratégico e político. Os temas de Responsabilidade Social Empresarial que representam maiores desafios são aqueles que envolvem um diálogo com um rol maior de públicos e são nitidamente voltados para além de seus interesses mais imediatos: meio ambiente, ética e transparência, governança corporativa e relacionamento com seus públicos. Temas como esses implicam em um maior aprofundamento da responsabilidade social dentro da empresa, muitas vezes demandando um maior investimento de recursos e também importantes mudanças na cultura da empresa. Ao lidar com questões como transparência, relacionamento com funcionários, acionistas, consumidores, comunidades no entorno, entre outros, eles passam a envolver mudanças nas fundamentações éticas da empresa, exigindo assim um envolvimento mais consistente. (ETHOS, 15/07/2009)</p>

<p>Ethos participa de reunião da ONU sobre transição dos ODM para os ODS</p>	<p><i>Abraão ressaltou a importância da contribuição empresarial para o país tornar-se exemplo de integração de empresas, governos e sociedade.</i> A convite do Ministério das Relações Exteriores, Jorge Abraão, diretor-presidente do Instituto Ethos, falou nesta sexta-feira (25/9) na reunião da ONU sobre a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). No evento, denominado “Dos ODM aos ODS: Lições e Reflexões do Brasil”, Abraão ressaltou a importância da contribuição das empresas para o país atingir a maioria das metas dos ODM e tornar-se um exemplo internacional de integração entre governos, sociedade e empresas para melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros. O diretor-presidente do Ethos destacou também que a participação das companhias na implementação dos ODS será vital para o sucesso das metas no Brasil e para a construção de um modelo de desenvolvimento que torne o país socialmente justo, ambientalmente equilibrado e ético. Para tanto, as empresas, como um dos segmentos mais organizados da sociedade, podem ser protagonistas na articulação de um amplo diálogo com todos os segmentos e movimentos sociais. Estavam presentes a esta sessão Celina Carpi, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, e os conselheiros Guilherme Leal e Roberto Waack. (ETHOS, 02/10/2015).</p>
<p>Executivos compartilham aprendizados na área de responsabilidade social empresarial</p>	<p>Em 20 anos atuação na área de responsabilidade social empresarial, o Instituto Ethos acompanhou uma série de mudanças na área. Para explorar esse caminho, dois executivos na área, junto ao diretor presidente do Ethos, compartilharam suas experiências na mesa <i>A trajetória do movimento de responsabilidade social no Brasil – 20 anos de Instituto Ethos.</i> “Me lembro que no início a temática da saúde do trabalhador era muito presente, era muito falado dentro das indústrias e depois foi inserida a questão ambiental”, relembrou Shelley Carneiro, responsável pela área de Relações Institucionais da CNI. Diversas ações sobre a atuação do Ethos nesta caminhada também foram lembradas, em especial na agenda de meio ambiente. “A carta do clima (iniciativa do Ethos) foi um marco, em que o movimento empresarial chegou para o governo e disse que precisávamos agir, que precisávamos estabelecer metas para melhorar a visão do Brasil externamente e também economicamente”, apresentou Cláudia Jeunon, da Invepar. Contudo, o desenvolvimento de ações em responsabilidade social empresarial, a partir dos novos paradigmas do futuro, “passa por fazer um caminho centrado no ser humano, ainda mais com a revolução tecnológica que nos aguarda. Não há como falar de inovação sem falar em criatividade e criatividade sem modelos de educação que leve isso em conta”, disse o executivo da CNI. “Acredito que devemos ter uma educação para a sustentabilidade”, complementou Jeunon. O papel dos ODS no processo de aprimoramento da responsabilidade social privada também foi colocado em pauta. “Acredito que é preciso tangibilizar os ODS, como ele faz sentido para o indivíduo”, pontuou a executiva da Invepar e Caio Magri, do Ethos, complementou dizendo que “Os ODS podem nos apoiar a construir um caminho para não deixar ninguém para trás”. (ETHOS, 11/07/2018)</p>

Fonte: Site notícias ETHOS.

Os discursos constroem, em toda estrutura textual, como fim à adesão aos ODS, constituindo um novo meio de regulação e controle social. E para isso utiliza-se de recursos ideológicos que visam identificar e minimizar os impactos negativos resultantes nesse novo tipo de atuação, bem como desenvolver ações para construir uma imagem positiva, fortalecendo condições que seriam favoráveis aos negócios das empresas.

Dentro do movimento pela responsabilidade social, essa representatividade discursiva das empresas investe em ações sociais para divulgar seus padrões éticos, justificando e criando provas à sociedade (e consumidores) de que estão indo ao encontro das aspirações sociais. Um discurso que estrategicamente seduz cada vez mais, para que toda a sociedade passe a apoiá-lo e incentivá-lo, construindo um movimento inquestionavelmente relacionado ao bem comum e como uma obrigação das empresas (Ventura, 1999, p.10).

Importante entender que esse movimento da responsabilidade social empresarial, de construção ativas e passivas de processos de aprendizados sobre “novos” conceitos, se constitui como manipulação de sujeitos/grupos sociais. Esse processo de ideologização conduzido pela empresa fez dela a portadora dos valores do capitalismo racional e instrumental. Por meio da “educação” (social, econômica e ambiental) há uma retórica individualista e consumista. O discurso “educacional” comodificado é dominado pela racionalidade instrumental com premissas de construção de habilidades e competências. Com isto, há uma visão individualista e subjetiva da aprendizagem, e outra com implicações normativas, objetificadoras. Uma ambivalência que está refletida no contexto discursivo liberal e conservador que carrega.

Nesse contexto, efetiva-se um conjunto de práticas discursivas visando o condicionamento de “comportamentos” das organizações, ilustrado na expressão “tangibilizar os ODS”, tornando de responsabilidade das mesmas o direcionamento de suas políticas em relação as novas regulações.

Ventura (2003) elucida que, sob o aspecto coercitivo, as organizações mais fortes forçam as empresas de sua cadeia produtiva a adotar práticas similares às suas, no caso, impondo ações que elegem importantes no âmbito da RSE.

Sob o aspecto mimético, organizações copiam as práticas de organizações que julgam de ponta, tentando com isso se livrar das incertezas ambientais. Sob o aspecto normativo, a conscientização dos gerentes, a demanda da sociedade civil que cobra uma postura mais responsável e cidadã, fazem as ações organizacionais convergirem para ações mais responsáveis, que leve em conta os stakeholders da organização, divulgando e ampliando o movimento pela responsabilidade social (Ventura, 2003, p.7).

Um elemento de destaque é a tentativa de construção do protagonismo das empresas na defesa e implementação dessa agenda. Fica claro nesse posicionamento o papel secundário ocupado pelo Estado e pelas OSCs, e possíveis correlações de forças que podem existir nos laços e parcerias com os mesmos.

Teodósio (2008) alerta que cabe aos envolvidos na modernização da intervenção nos problemas sociais avançar na construção de relações setoriais, sendo urgente não se perder de vista as armadilhas que essa perspectiva carrega.

Tais parcerias podem se perder no limbo pauterizado de outras lutas emancipatórias, que tem feito de expressões como participação popular desenvolvimento local e descentralização jargões de grande efeito simbólico, mas não tanta concretude na agenda dos governos, OSCs e empresas na construção de sociedades que apresentem uma esfera pública marcada por interações mais democráticas e horizontalizadas (Teodósio, 2008, p.220).

Algo que nos leva entender os ODS e a Responsabilidade Social como construções de tipo ideal, e, ao mesmo tempo como possíveis falácias de grupos dominantes no século XXI. Os discursivos em defesa de uma transformação socialmente, economicamente e ambientalmente sustentável esbarram contrariamente aos que realmente as empresas promovem enquanto resultado.

Neste contexto, a responsabilidade social corporativa pode ser entendida como uma dupla resposta à atual crise vivenciada pelo capital. A primeira delas, nos termos da dominação da empresa na sociedade atual, que, busca se tornar a instituição das instituições. A outra, no sentido que a mudança nos padrões da concorrência, decorrente da crise econômica, obriga as organizações a adaptarem seu processo de trabalho às novas exigências do mercado globalizado e a adequarem sua estrutura aos padrões de parceiros internacionais ou aos requisitos decorrentes de processos de fusão e incorporação (Soares, 2004).

A Aliança Capoava, através da pesquisa sobre “Alianças e parcerias de organizações da sociedade civil e empresas no Brasil”, apresenta elementos que agregam a análise do discurso sobre a agenda de responsabilidade social empresarial.

Quadro 18- Discursos Mapeamento das Publicações Brasileiras sobre Alianças e Parcerias entre OSCs e Empresas

PAUTA	ANÁLISE
Elementos essenciais para o desenvolvimento de uma parceria	Tanto autores quanto operadores da área social fazem recomendações muito semelhantes quanto aos elementos que devem ser observados para que alianças e parcerias alcancem sucesso efetivo. Entre elas podem-se destacar: respeito a diversidade cultural; definição de procedimentos claros para a escolha dos parceiros; construção de sentidos prévios quanto a expectativas, objetivos, papéis, recursos, estratégias e critérios de avaliação; socialização das informações e planejamento comum. No que tange à gestão de alianças e parcerias, as recomendações são para que se tenha em conta que o trabalho conjunto, em vista da sua crescente complexidade, pressupõe muitas vezes o rompimento com estruturas hierárquicas tradicionais e o gerenciamento diário de questões ligadas às relações de poder entre os parceiros, bem como de conflitos decorrentes das diferentes racionalidades e culturas das organizações da sociedade civil e empresas. [...] é necessário que os parceiros estejam atentos e tenham flexibilidade para considerar os elementos tangíveis que compõem uma parceria [...]. Assim, transparência, ética, responsabilidade e confiança são simultaneamente características, pré-requisitos e valores para os quais deve-se ter atenção especial quando do estabelecimento e da gestão de uma parceria [...].
Predomínio da ótica empresarial	É evidente na literatura uma predominância das reflexões que partem da ótica e das motivações empresariais sobre o fenômeno. Percebe-se uma baixa frequência de trabalhos que refletem as perspectivas e concepções das organizações da sociedade civil sobre suas parcerias e alianças com o mundo corporativo. A análise das publicações e a sistematização das entrevistas com os parceiros mostram que as empresas que desenvolvem parcerias com outras organizações vêm considerando como principais benefícios a otimização de suas competências e a potencialização de resultados sociais. Para as organizações empresariais, o desafio central é a superação das diferenças nas culturas organizacionais. É curioso notar que, na grande maioria dos casos, há ausência de processo de planejamento, acompanhamento e monitoramento, mecanismo familiar ao mundo empresarial e

	considerado como um elemento facilitador para a superação dessas diferenças. Outra observação relativa a participação das empresas que merece ser destacada é que ainda prevalece uma tendência das corporações brasileiras para a operação direta ou o estabelecimento de parcerias com organizações criadas por elas mesmas, em geral fundações e institutos.
Tendência de crescimento	Se por um lado podemos notar uma tendência para o aumento no número de alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas, presente tanto na opinião das organizações que exercem o tema no cotidiano quanto na maioria das reflexões, por outro lado a análise integradora das opiniões permite inferir que existem obstáculos a essa tendência, que podem ser resumidos em duas questões de diferentes naturezas: i) questões políticas, ideológicas e de pressupostos das diferentes organizações – aspectos que geram dificuldades nas negociações de interesse, no trato das questões de poder e das diferenças culturais organizacionais; ii) questões instrumentais e de procedimentos de negociação, planejamento, gestão e avaliação do trabalho em conjunto. A não observação desses obstáculos poderá colocar em risco o desenvolvimento ou a gestão de uma relação de parceria.

Fonte: Adaptação da obra de Meirelles - Aliança CAPOAVA, 2005.

As composições discursivas do “que deve ser” e “como deve ser” na primeira pauta demonstram o grau de assertividade (quicá de imposição) das empresas, como tipo ideal de relação para com as OSCs, tendo claramente a demarcação de lugares e comportamentos desejáveis – impulsionando assim a mortificação das OSCs. As construções ideológicas desse retrato visam desconsiderar as relações de poder existentes entre esses atores sociais, já que os papéis e forças desempenhados não são os mesmos no contexto social, político e econômico brasileiro. O que é reforçado na segunda pauta “predomínio da ótica empresarial” com mais fatores que perpassam a relação com as OSCs.

Um ponto interessante na terceira pauta “tendência de crescimento”, que por si já traz uma leitura de projeção dessas parcerias e alianças, é a quantidade e a qualidade de elementos compreendidos com “obstáculos”. Diante de tais apontamentos, é passível questionamento de quais seriam as condições (materiais e ideológicas) para serem “superados”/“resolvidos”. Importante lembrarmos que o movimento do capital-trabalho no sentido de manter a sua dominação busca mitigar resistências às suas reais estratégias.

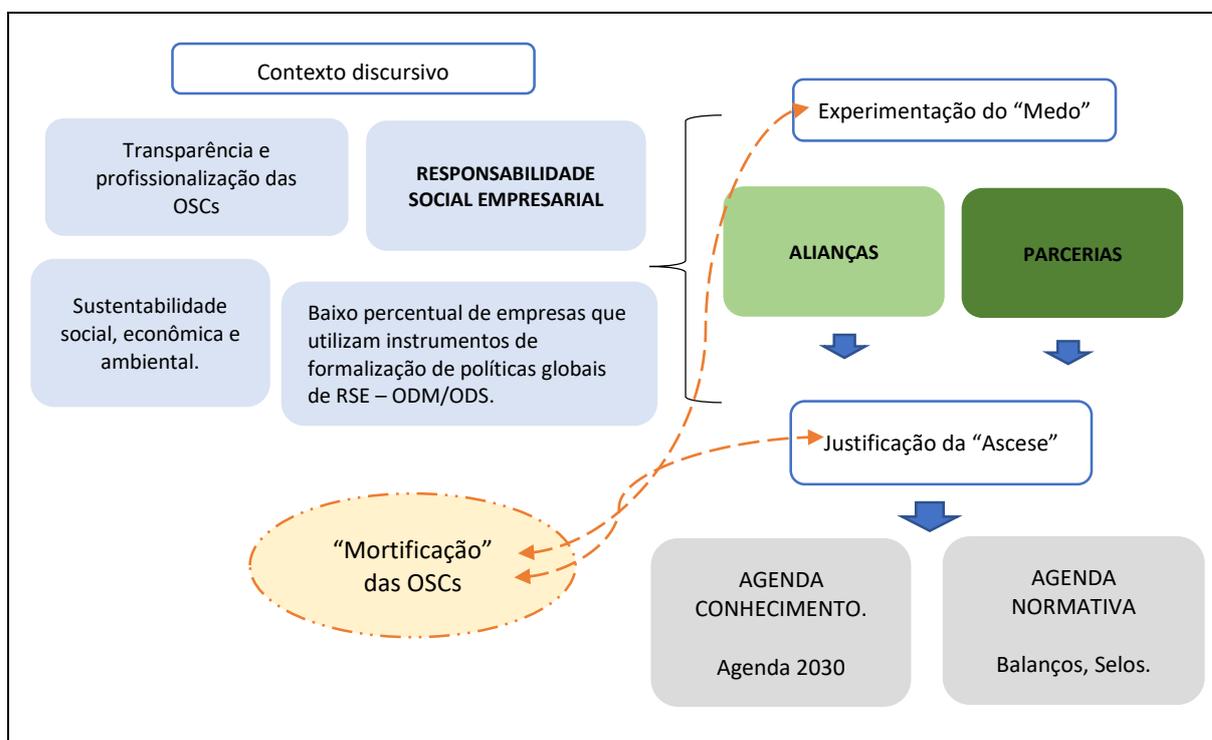
Soares (2014 apud Mézaros, 2003) sinaliza que existem contradições nas narrativas institucionais desde as suas concepções às suas práticas ditas sociais. Por trás do discurso que deixa transparecer apenas as boas intenções e as motivações socialmente admissíveis para esse novo paradigma organizacional, há outras justificativas sobre a adesão dessas instituições ao campo “social”, mas que nem sempre são tão claras as suas reais intencionalidades de ordem do capital.

O sistema de sociometabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas, e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que

compreende esse sistema. O desafio, portanto, é superar o tripé em sua totalidade, nele incluído o seu pilar fundamental, dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social, que subordina o trabalho ao capital, tendo como elo de complementação o Estado político [...] o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua auto reprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (Mészáros, 2002, p.16).

Logo, temos alguns elementos do contexto discursivo na Agenda da Responsabilidade Social.

Figura 8- Contexto discursivo na Agenda Responsabilidade Social Empresarial



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Responsabilidade social empresarial cria um ambiente de medo na modernidade líquida, especificamente nos ordenamentos das “alianças” e “parcerias”, fazendo também como que as bases sólidas de controle se tornem “desejáveis”, “legitimadas”, “naturalizadas” pelas OSCs. Para responder às novas exigências formuladas pela sociedade, a empresa se traveste de uma determinada ética e, como um novo sagrado, passa a agir no sentido de suprir as deficiências das outras instituições; torna-se, então, a empresa cidadã, que conduz ações que favorecem a inscrição dos indivíduos no interior do corpo social (Enriquez, 1997).

Dejours (2001, p. 37) argumenta que “o grande palco do sofrimento é certamente o do trabalho, tanto para os que dele se acham excluídos quanto para os que nele permanecem”. O discurso moderno prega o progresso da técnica, por outro lado, o que se verifica é que elas exigem a adoção de novas tecnologias de gestão, que consistem de formas mais sutis e efetivas de controle; mas sempre subjugadas ao poder do capital (apud Faria, 1997, 2002; Meneguetti, 2001).

A segurança foi minada com a fragilização dos mecanismos institucionais apoiados e garantidos pelo Estado, com a falência das políticas que compuseram o Estado de Bem-Estar Social (p.107). Neste quadro houve uma ascensão dos chamados mercados ou poderes econômicos globais, fazendo com que o Estado permita que o mercado penetre na antiga lógica econômica e social que definiam sociedades reguladas e relativamente estáveis pelas políticas macroeconômicas internas e uma relativa autonomia na sua condução (Leão & Castro, 2009, p.107).

Os efeitos práticos desta “retirada de véu” são impactantes, uma vez que demonstram as empresas movidas por interesses que resultam em ações que tendem a ser justificadas. O medo ganha espaço com a ideia do inadministrável.

Essa atual "substituição da substituição" - o reverso da mudança do gerenciamento moderno, oferecendo um retorno aos tempos anteriores à invenção das pranchetas de desenho - tem suas vantagens. De uma só tacada, revela as pessoas responsáveis pela miséria de alguém e oferece um modo seguro de se livrar dessa miséria e dos culpados. E, enquanto o rancor reprimido, nascido dos medos mais perturbadores por serem difusos e de origem incerta, puder ser lançado sobre um alvo tangível e de modo imediato, não importa muito o fato de que seguir esse caminho dificilmente acabará com a miséria. A estratégia recomendada elimina a tarefa incômoda de fornecer provas da culpa e da premeditação maligna dos inimigos visados: eles não podem provar sua inocência, já que sua culpa reside em terem sido acusados de forma autorizada, não derivando daquilo que fazem ou pretendam fazer, mas daquilo que são (Bauman, 2008, p.150).

Importante lembrar que a “*city* de projetos”, apesar de ser uma metafísica política, tem uma existência histórica e, portanto, localizáveis no tempo e no espaço, retratando vestígios de uma época; com materialidade não somente nas políticas públicas, como também na responsabilidade social empresarial.

A cidade de projetos é um operador de justificação e operador crítico, traz limites à força dos fortes e lhes avisa que eles só são grandes se interiorizarem esses limites, conformando-se com eles. No caso da responsabilidade social, o movimento surgiu como resultado da crítica à forma pela qual as empresas se relacionavam com a sociedade, tirando dela (dos seus recursos) seu lucro para os acionistas e controladores, mas pouco beneficiando-a ou até causando-lhe danos. Em resposta, o movimento pela responsabilidade social (re) cria provas e dispositivos que, ao operar um deslocamento, desmantela a crítica. São criados institutos para lidar com o assunto, de forma isomórfica às empresas; são instituídas certificações nas áreas sociais (balanços, selos, concursos, etc) como um conjunto de regras e convenções, dispositivos para categorizar e classificar as empresas em relação seu comportamento socialmente responsável, onde são exigidos e valorizados aspectos que, em última

instancia, os próprios capitalistas elege, sem prejuízo para a lucratividade. No caso brasileiro, é exatamente este movimento que temos assistido, e não se questiona, por exemplo, a dimensão pública-política da responsabilidade social empresarial (Ventura, 1999, p.10).

Esta se configura nas consequências trazidas pelo pensamento moderno de progresso, pautado no avanço tecnológico sem uma preocupação prática genuína com a questão social. Há uma privatização dos problemas sociais em um mundo cada vez mais incerto e imprevisível e, assim, perigoso.

Como dito em toda trajetória dessa pesquisa, para discutir o poder e suas formas de submissão, de coerção é preciso compreender a lógica de uma época, pois esta cria condições de significação da vida. Na modernidade líquida o poder não dedica muitas forças para convicção, aquiescência das normas, pois sabe que seu discurso hegemônico internaliza o autocontrole no ator social (Bauman, 2008, Basílio, 2010). A narrativa de emancipação social e de insegurança têm conduzido a mortificação dos sujeitos submissos. Algo que nos convoca a pensar não apenas nas formas, na materialização desse poder; sobretudo, no conteúdo dessa internalização de controle (ou seja, na sua estrutura de significação). A representação das OSCs na esfera pública tem apontado a sua dependência e vulnerabilidade frente ao Estado e o Mercado, marcadas principalmente pela impotência política dessas instituições.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis-me aqui em um momento privilegiado de refletir sobre as apostas realizadas na escolha e na análise do corpus dessa pesquisa. Sentimentos diversos permeiam a mente frente ao “banquete” de bases teóricas “degustadas” ao longo desse percurso. E a primeira e salutar sensação é a de que um passo importante de maturação sobre corpus (e também sobre mim, já que há não houve aposta na produção de uma ciência neutra) foi dado, e que cabe nos próximos caminhos, pela aposta no pensamento dialético, aprimorar e revisar o que foi discursivamente proposto.

Começarei a reflexão sobre a vivência que tive no campo de formação *stricto sensu* da Administração. Um bolsista fazendo parte de um universo elitizado, a princípio, no mínimo o contexto tinha um caráter de ousadia. Uma área que tende a carregar visões positivistas orientadas pela ordem, pela maximização dos resultados, pela instrumentalidade da razão, pela ortodoxia funcionalista acabou me proporcionando alguns momentos de estranheza. Mas, o acesso a sujeitos e teorias críticas que enfrentam tamanha hegemonia me vez vislumbrar um caminho alternativo. Confesso que tive lutas ideológicas internas e externas na e para a produção do conhecimento. Talvez o maior ganho tenha sido a luta interna, pois pude desnudar os impulsos de medo e de emancipação social que insistem estar presentes em minha vida (pessoal, profissional e educacional).

A crise da modernidade, que não é negada nem mesmo pelos modernistas, impõe uma revisão das explicações sobre a sociedade atual, exigindo a construção de novas perspectivas analíticas, além das convencionais. O mais importante é a criação e acesso de espaços à reflexividade dos contextos discursivos históricos e sociais, no qual as organizações (dentre suas ações e interações) sejam elemento central – principalmente, em contextos de que tudo experimentado deve, além de ser desconstruído, também ser efêmero. Deparamo-nos com o cenário de que as instituições, estilos de vida, crenças e convicções tendem a mudar antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades. E as organizações da sociedade civil, o Estado e o Mercado não estariam isentos dessa experimentação.

Para pensar o universo das organizações da sociedade civil e suas relações o Estado e com o Mercado se torna imprescindível a conjugação com elementos da modernidade (e suas metáforas sólida e líquida), e também com o terceiro “espírito” do capitalismo, a cidade de projetos/relacionada - as sociedades ditas “em rede”, interconectadas tanto por sistemas informatizados quanto por laços que reconfiguram as relações sociais e laborais.

Importante resgatar que o capitalismo não é fundamentalmente um fenômeno econômico, mas também cultural, ou seja, tem a ver com os valores de uma época. A forma peculiar do moderno capitalismo ocidental influenciou o desenvolvimento das ciências a serviço da técnica e da economia, dada as características da sua organização social: as estruturas racionais do direito e da administração. E na cidade de projeto/relacionada os dispositivos atuais de controle se tornam novas respostas, elaboradas para justificar e resistir às críticas do processo de acumulação do capital.

Isso foi identificado na análise crítica do discurso das publicações da ABONG, do GIFE e do ETHOS. No Brasil as relações das OSCs com o Estado e o Mercado são constituídas em regimes de justificação, que sustentam a defesa da construção das relações setoriais como um elemento central e essencial, seja nas políticas públicas e ou na responsabilidade social empresarial. Nas últimas décadas observa-se uma projeção de “agenda comum” capaz de aglutinar esforços de todos, tendo como principais características ser transitória - projetos não duradouros e maior fluxo de atores envolvidos, e ser voltada para a eficácia - priorizando o controle de resultados.

Esse cenário ideológico vem se materializando em agendas/eventos de justificação tendenciosamente compactuados entre esses atores sociais, como a Transparência/CPI das ONGs, o novo MROSC e a RSE. Estas agendas nada menos se configuram como barreiras às críticas do modelo vigente de dominação, pois estão envoltas de discursos que buscam legitimar sua existência e fazem com que grupos subordinados acreditem e trabalhem a favor de sua implementação.

As relações setoriais das OSCs estão confinadas a dois tipos de fomentos, o econômico e o social. Há presença de um papel de submissão que comporta significações hierarquizadas, já que as medidas de regulação tendem a se configurar cada vez mais seletivas e rígidas para alguns pares sociais. As organizações da sociedade civil têm sido postas em vários discursos com debate sobre direito e política social onde o sujeito tem sido o Estado; e no discurso de empreendedorismo social onde o sujeito tem sido o Mercado. Percebe-se uma prática discursiva que enfatiza uma ideologia de igualdade de tratamentos e de posições, mas a prática social aponta várias disparidades. O discurso de “bem comum” de “união de esforços” em prol da sociedade como um todo tende a naturalizar e ignorar condições desiguais nessas relações, favorecendo sempre o Estado e o Mercado.

Essa forma de distribuição espacial e social de dominação possibilitou a criação de novos métodos de controle social, que não apenas selecionam organizações mais adequadas, mas vem mortificando uma espécie de organizações de que necessita. Nesse contexto a ascense

adquirir um lugar importante de análise. No ascetismo cristão há uma busca pela participação dos processos do mundo em prol de uma salvação, o “virtuoso” submete seus impulsos naturais ao domínio do racionalismo prático, e tenta eliminar “a espontaneidade do gozo impulsivo da vida”.

Na era moderna o surgimento do homem assumiu uma posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece. Logo, na visão foucaultiana (1996, 2009, 2010), há uma historicidade do objeto do conhecimento, há uma historicidade do próprio conhecimento, como os seus procedimentos, mecanismos, seus métodos e uma historicidade do próprio sujeito. E com a pedagogia ascética cristã há um modo de transmitir a verdade, ela tem por função dotar um sujeito de capacidades e saberes que ele antes não possuía. Aqui, não se trata da qualidade da ordem, mas da obrigação de obedecer qualquer ordem, pois obedece-se para poder tornar-se obediente, para produzir um estado de obediência.

O desenvolvimento de uma ética ascética das OSCs não é diferente. As suas narrativas de significação, desde seus pensadores da modernidade até a modernidade líquida (ou pós-moderna como alguns utilizam), apontam para uma emancipação sustentada na regulação social, orientada para o “mundo do outro”. O objetivo e o caminho da salvação passam a exercer uma influência de tal modo que uma condução de vida metódica deve ser priorizada, e nesse caso, as agendas/eventos se tornam campo fértil para tal empreendimento.

São questionáveis nessas atuais agendas as correlações de forças entre o Estado e o Mercado para com as OSCs, engendradas numa dissonância de discursos dominantes. Na análise de discurso das publicações da ABONG, do GIFE e do ETHOS foi identificado um jogo de redefinição da esfera pública a partir da CPI das ONGs, como um palco em que dramas privados foram encenados. O que chamou mais atenção foram os esforços para a construção de um novo ethos a partir da “transparência”, como um valor moral que deveria ser instituído para o “bem coletivo”. Para isso, foram construídas retóricas sobre a necessidade de criar bases (ordenamentos) de legitimidade das condutas de todos atores sociais. Mas, as relações de trabalho em torno desse ethos vem se instituindo mais como apelo de materialização de algo (já que a vida moderna é a vida feita) do que a sua politização e seus efeitos – em que pesos e medidas se diferem para cada ator social. O que retrata um jogo de interesses e influências que pré-decidem e antecipam aquilo que depois se torna uma política explícita, que apresenta ilusoriamente um protagonismo das OSCs nessas interações, ocupando um lugar secundário destas nesses regimes de justificação.

Um dos maiores obstáculos para a desejada justiça social está nas incursões discursivas do Estado e do Mercado, seja pela crescente ideia de impotência – “sozinhos não dariam conta”,

seja apoiado pelo credo de que não haveria outra alternativa senão a das relações setoriais, e que a melhor opção seria o que eles instituem como verdade (agendas de controle e regulação social). Criam-se ambientes de insegurança e medo; e os impulsos ascéticos convergem com o desejo de dominação. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando na verdade, estão falando de si. O ato de reivindicar outro modo de fazer contrário a hegemonia existente não se apresenta como possibilidade.

Nesse sentido, é necessário pensar novas premissas, desestabilizar verdades, denunciar as desigualdades nas relações setoriais. A possibilidade de participação social das organizações da sociedade civil, enquanto categoria política, a duras penas vem ganhando espaço, mesmo com tantos esforços e lutas. Evidenciando que as suas vozes tendem a ser silenciadas diante à hegemonia do Estado e do Mercado. O que se tem observado, é que a ênfase instrumental por novas formas de controle não tem possibilitado a constituição da arena política nas relações setoriais.

A CPI das ONGs configurou duas estratégias para desestabilizar o papel social das OSCs brasileiras: coercitiva pelo viés da criminalização destas no imaginário social; e pela dependência de tutela das mesmas junto ao Estado na provisão de políticas públicas, e consequentemente do Mercado em projetos sociais. Gerando assim um desequilíbrio entre o sujeito “efeito ideológico” e o sujeito “agente ativo” nas reais condições sociais e políticas, marcando relações de poder existentes. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, demonstrar como poder e identidades funcionam juntos em determinados contextos. As desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades, são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros. Mecanismos estes para que as OSCs não se percebam orientadas por outros fins, e que não confrontem a norma vigente.

A tentativa de reificação de identidades, como meio de administrar e estabelecer hierarquias, ganhou força com o novo MROSC. Apesar de recente a sua implementação nos entes federativos do país, é possível identificar alguns elementos controversos. As duas apostas consideradas “inovação” nesse regime, a transparência e a desburocratização, se travestem como novas tecnologias na teatralização do poder. Há uma tentativa de ignorar as raízes históricas do clientelismo, paternalismo, personalismo e patrimonialismo que permeiam a nossa cultura política, como se pudesse também modificar repentinamente toda uma trajetória institucional normativa de política pública no país. Violências são estabelecidas nas e entre as instituições “engajadas” nesse projeto. A não adaptabilidade dos agentes públicos às propostas do MROSC já é uma resposta do tipo de gestão pública instituída. Como também a desconfiança

das OSCs (que vem desde a Lei das OSCIPs) sobre as reais intencionalidades dessas “parcerias”.

Talvez o hábito de “remendar” capte melhor a nova natureza do trabalho estabelecido entre as OSCs e o Estado, mesmo com valores “universalmente compartilhados” e revisão das normatizações de suas condutas. Enfrenta-se o desafio de compreensão sobre o trabalho na modernidade líquida. O trabalho perdeu a centralidade que se lhe atribuía valores dominantes na era da modernidade sólida e do capitalismo em suas primeiras fases. O trabalho não consegue mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolve identidades e projetos de vida, o que gera insegurança nos relacionamentos. Práticas discursivas em torno dos tipos de relações (fomento, cooperação e colaboração) do MROSC buscam mascarar a crítica anticapitalista por trás da lógica da *cit * de projetos.

O valor da “transparência”, em voga desde a CPI das ONGs, junto com a desburocratiza o (com ênfase no controle de resultados) ideologicamente se tornaram instrumentos moralizantes para criar ideia de pertencimento às OSCs. Primeiramente, a cidade de projetos não garante a qualidade dos laços estabelecidos nas rela oes firmadas. Ela visa a responsabiliza o dos atores sociais sobre suas próprias condutas e resultados. E no caso do MROSC, amplia-se o poder de controle do Estado mesmo com a desburocratiza o (lembrando que a desburocratiza o não significa extin o da burocracia), pois é imposto às OSCs uma conduta de autovigilância, autopolicia o sobre seus atos e seus resultados. Outro ponto crítico, o caráter transitório dos projetos faz com que a dura o dos mesmos seja cada vez menor, garantindo maior rotatividade dos atores sociais nas “parcerias”. Estimula-se uma atitude proativa e competitiva das OSCs para conseguir espaço no “mercado” de políticas públicas, desfocando a maior liberdade e autonomia do Estado para eleger agendas e ofertas.

Nesse contexto, observa-se uma tendência de enfraquecimento da força política e participa o social das OSCs na agenda das políticas públicas, sucateadas pelo convencimento discursivo da meritocracia e da rela o com o tempo pautada no imediatismo. Deve-se questionar a a o dos governos neoliberais que promovem e estimulam as chamadas forças do mercado, ao mesmo tempo em que abdicam da responsabilidade de promover a justiça social. O uso do termo “parcerias” dentro do ideal romântico instituído no MROSC se esvai diante tais observa oes, e as aspas se justificam.

A agenda da responsabilidade social empresarial no país tem sua base predominantemente na literatura sobre stakeholders e no discurso de lideranças empresarias como elemento automático de moderniza o das organiza oes da sociedade civil. O que convoca a reflexão das obriga oes impostas às OSCs a adaptarem seu processo de trabalho às

novas exigências do mercado globalizado. A criação de institutos, de forma isomórfica às empresas, as certificações nas áreas sociais (balanços, selos, concursos, etc) como um conjunto de regras e convenções, são dispositivos para categorizar e classificar as empresas em relação seu comportamento socialmente responsável, onde são exigidos e valorizados aspectos que, em última instância, os próprios capitalistas elegem, sem prejuízo para a lucratividade. Há uma defesa de que a responsabilidade social em prol da “transformação no país” deve ser convergente aos ODS, além de ser compartilhada entre governo, empresas e sociedade civil. Os programas e formas de regulação defendidos na RSE se apresentam na dimensão de consumo e vantagens competitivas. Nesse contexto, as OSCs são intimadas a participarem desse processo, como interpretes que são submissos, no sentido de se ajustarem às posições que são estabelecidas para elas nos discursos.

Uma aposta valiosa nessa pesquisa foi a análise crítica do discurso, pela sua característica de uma teoria e um método que não sejam neutros, onde embates ideológicos e políticos lhe são centrais. Enquanto outras metodologias qualitativas trabalham para entender ou interpretar a realidade social como ela existe, a ACD busca desmascarar a forma em que ela é produzida. Foi muito significativa a exploração das relações entre discurso e realidade sobre as relações setoriais das OSCs. As publicações da ABONG, do GIFE e ETHOS carregam significados importantes sobre as agendas selecionadas, e demonstram a força que possuem para a constituição e significação da realidade social das OSCs no Brasil.

O fenômeno de “mortificação das OSCs nas relações setoriais” se torna fundamental para essa análise, pois se pauta no que é o cerne da noção de modernidade sólida, que é a ascese. E a modernidade líquida, que por sua vez, flui e arrasta indivíduos e organizações de um desafio para outro, constituindo ambientes de insegurança, de medo. A nova instantaneidade do tempo muda radicalmente a modalidade do convívio humano e organizacional – e mais precisamente o modo como cuidam de seus fazeres coletivos, ou antes o modo como transformam certas questões em questões coletivas.

Torna-se necessário avaliar as consequências da sustentação da ascese cristã, frente aos simbolismos e práticas sociais pautadas na “obediência e nada esconder”, metodicamente organizados, tendo a figura de autoridade exterior ao sujeito, impondo renúncia e submissão. Essa ética ascética cristã tem conduzido as OSCs a riscos cada vez mais irreparáveis, definindo lugar de subalternidade nas relações setoriais, e constante dependência de autorização e legitimidade do outro. Uma manutenção do medo imposto por aqueles (Estado e Mercado) que constroem regimes de regulação social para impor limites aos que são silenciados. Uma mortificação das OSCs por um outro paradigma se faz necessário, como a possibilidade da

ascese filosófica, conforme críticas foucaultianas (1996, 2002, 2009).

Na orientação filosófica a transmissão de uma verdade não tem por função dotar um sujeito de aptidões, a direção de suas energias emancipatórias mudaria do “mundo do outro” para um “outro mundo”. Trata-se de enfrentar suas cóleras dando-lhes a imagem do que admitem e valorizam no pensamento, e rejeitam e desprezam em suas próprias vidas. Como elucidada Arendt (2008, p.33), “o mundo não é humano só por ser feito de seres humanos, nem se torna assim somente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se transforma em objeto do discurso”. Em que a linguagem, assim como a ação, é um imperativo da pluralidade na esfera pública, pois “a violência sempre foi utilizada para manter o status quo ou para assegurá-lo, como justificativa de controle e de manutenção” (Branco & Rocha, 2018, p.231). Talvez nessa perspectiva estaria um motivo para retirar as aspas da palavra “parceria” nas relações das OSCs com o Estado e com o Mercado.

Importante reforçar que a modernidade líquida não é o fim da política. Ao contrário, o que quer que atraia na promessa da modernidade líquida é algo que pede mais política, e no contexto do novo MROSC, o que se tem observado, é que a ênfase instrumental por novas formas de controle não tem possibilitado a constituição da arena política nas relações setoriais. A esfera pública, ao lado do Estado e mercado, vem se configurando no Brasil marcada pela seletividade, tanto no que tange aos personagens capazes de nela operar, quanto em relação aos temas a serem debatidos em seu âmbito. Essa institucionalização seletiva reforça a necessidade de ampliação da democratização da esfera pública, mediante não apenas a institucionalização de procedimentos democráticos capazes de dar vazão a argumentos racionais, mas de mecanismos que a tornem mais aberta aos valores, demandas, reivindicações e manifestações de setores subalternos.

Uma alternativa para continuidade de diálogos sobre a presente pesquisa estaria na aproximação de narrativas como a “transmodernidade” e a teoria política no Brasil, considerando o giro decolonial em curso na América Latina. “Transmodernidade”, cujo conceito se pauta na forma de pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2000; Ballestrin, 2013; Enzo Bello, 2014; Dussel, 2000, 2016; Maldonado-Torres, 2007, 2016). Justifica-se a não adoção dessa abordagem na tese devido pouca proximidade dessa pauta durante o doutoramento, além dos estudos dessa área sobre o Brasil aparecerem quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana, sendo privilegiadas análises da América hispânica em detrimento da portuguesa. Os principais intelectuais da área entendem que historicamente, a teoria e a filosofia

política foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte (Mignolo, 1998, 2002, 2007). Por um lado, ela serviu como pilar fundamental para a arquitetura da exploração, dominação e colonização dos povos. Colonialidade e Decolonialidade introduzem uma fratura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como projetos no meio do caminho entre o pensamento pós-moderno francês de Michel Foucault e Jacques Derrida. Um campo que tem um conjunto de elaborações denominadas Teorias e Epistemologias do Sul (Durstun, 2003; Santos & Meneses, 2010; Connell, 2007, 2012), tendo como destaque os trabalhos desenvolvidos por Boaventura Sousa Santos.

APENDICE

PUBLICAÇÕES DA ABONG, DO GIFE E DO ETHOS.

ABONG				
AGENDA	DATA	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	LINK	Qtde.
MROSC	09/05/2005	Marco Legal das ONGs em debate no Congresso Nacional	http://www.abong.org.br/biblioteca.php?id=7722&it=3511	1
Transparência	22/09/2009	Nota da ABONG sobre a criação da CPI contra o MST.	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=3673	1
Transparência	17/11/2010	Nota da ABONG sobre fim da CPI das ONGs.	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=3685	2
MROSC	23/08/2011	ONGs: a urgência de um novo marco regulatório	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=4243	2
Transparência	31/01/2012	Carta Aberta Pela Transparência e Democratização do Poder Judiciário	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=4813	3
Transparência	25/06/2012	Carta Aberta pela Democratização e Transparência do Orçamento Público	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=5403	4
MROSC	03/07/2012	Organizações signatárias da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs enviam carta ao Ministro Gilberto Carvalho.	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=5438	3
Transparência	31/07/2012	Por transparência e diálogo na construção de políticas de comunicação	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=5485	5
Transparência	07/11/2012	Carta Aberta ao III Fórum Inter conselhos Pela Democratização e Transparência do Orçamento Público	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=5814	6
Transparência	05/06/2013	Movimento de combate à corrupção eleitoral em defesa da Lei da Ficha Limpa	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=6254	7
Transparência	03/07/2013	Nota de repúdio ao requerimento da CPI para criminalizar a luta pela legalização do aborto no Brasil	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=6377	8
MROSC	26/08/2013	Organizações da sociedade civil lançam nota pública por um novo Marco Regulatório	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=6579	4

MROSC	04/11/2013	Carta à presidenta Dilma com relação às parcerias da SENAES/MTE com organizações da sociedade civil.	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=6795	5
Transparência	13/06/2014	Carta Aberta: Por maior transparência nas questões das águas	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=7386	9
Transparência	17/09/2014	Nota do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) à sociedade brasileira sobre divulgação de arrecadação e gastos/contas de campanha	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=7654	10
Transparência	20/10/2014	Carta Aberta: Por transparência e participação social nos processos de nomeações de Ministros/as do Supremo Tribunal Federal	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=7971	11
MROSC	05/02/2015	Sociedade civil enfrenta nova batalha no Congresso por avanços no Marco Regulatório	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=8346	6
Transparência	01/07/2015	Sociedade civil entrega Carta Manifesto à CPI Nacional que investiga violência contra jovens negros e pobres	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=8888	12
MROSC	29/07/2015	Marco Regulatório, nenhum passo atrás!	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=8999	7
R S E	27/11/2015	Responsabilidade e transparência para Mariana	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=9326	1
R S E	07/03/2016	Organizações e movimentos da sociedade civil repudiam acordo assinado entre mineradoras Samarco/Vale/BHP e os Poderes Públicos	http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=9535	2

GIFE				
AGENDA	DATA	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	LINK	Qtde.
Transparência	12/09/2005	Empresas devem ter transparência como principal motivação para divulgar relatórios sociais	https://gife.org.br/empresas-devem-ter-transparencia-como-principal-motivacao-para-divulgar-relatorios-sociais/	1
Transparência	03/07/2006	Se não há confiança que fechem as portas	https://gife.org.br/se-nao-ha-confianca-que-feche-as-portas/	2
Transparência	26/03/2007	Polemica Marca aprovação da cpi das ONGs	https://gife.org.br/polemica-marca-aprovacao-da-cpi-das-ongs/	3
MROSC	20/08/2007	Relações entre Poder Público e OSCIPs	https://gife.org.br/relacoes-entre-poder-publico-e-oscips/	1
Transparência	28/01/2008	Falta de informação afeta imagem de ONGs	https://gife.org.br/falta-de-informacao-afeta-imagem-de-ongs/	4
MROSC	03/11/2009	GIFE lança publicação sobre marco legal do terceiro setor	https://gife.org.br/gife-lanca-publicacao-sobre-marco-legal-do-terceiro-setor/	2
MROSC	12/04/2010	Antagonismo pontua mesa sobre Marco Legal	GIFE. Disponível em: http://site.gife.org.br/artigo-antagonismo-pontua-mesa-sobre-marco-legal-13703.asp.asp .	3
Transparência	13/11/2015	Responsabilidade e transparência para Mariana	https://gife.org.br/responsabilidade-e-transparencia-para-mariana/	5
Transparência	21/12/2015	Grupo de Diálogo 'Mineração, democracia e desenvolvimento sustentável' (GDM) participa de encontro latinoamericano sobre transparência	https://gife.org.br/grupo-de-dialogo-mineracao-democracia-e-desenvolvimento-sustentavel-gdm-participa-de-encontro-latinoamericano-para-discutir-sobre-transparencia-na-regiao/	6
MROSC	18/01/2016	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil entra em vigor em janeiro	https://gife.org.br/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-entra-em-vigor-em-janeiro/	4
Transparência	04/04/2016	GIFE lança Painel de Transparência para a área do investimento social privado	https://gife.org.br/gife-lanca-painel-de-transparencia-para-a-area-do-investimento-social-privado/	7
R S E	09/05/2016	1o encontro de diálogos sobre responsabilidade social empresarial acontece neste mês no rio de janeiro	https://gife.org.br/1o-encontro-de-dialogos-sobre-responsabilidade-social-empresarial-acontece-neste-mes-no-rio-de-janeiro/	1
Transparência	16/05/2016	Iniciativas buscam mais transparência para questões de interesse público	https://gife.org.br/iniciativas-buscam-mais-transparencia-para-questoes-de-interesse-publico/	8

R S E	11/07/2016	Curso Ferramentas de Gestão discutirá conceitos do Investimento Social e Responsabilidade Social Empresarial	https://gife.org.br/curso-ferramentas-de-gestao-discutira-conceitos-do-investimento-social-e-responsabilidade-social-empresarial/	2
R S E	11/07/2016	Brasileiros são reconhecidos como pioneiros pela ONU por demonstrar como os ODS podem ativar negócios para alavancar ganhos econômicos, sociais e ambientais	https://gife.org.br/brasileiros-sao-reconhecidos-como-pioneiros-pela-onu-por-demonstrar-como-os-ods-podem-ativar-negocios-para-alavancar-ganhos-economicos-sociais-e-ambientais/	3
MROSC	15/08/2016	Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações Sociedade Civil realiza encontro em Brasília	https://gife.org.br/plataforma-mrosc-realiza-encontro-em-brasilia/	5
MROSC	29/08/2016	GIFE promove curso sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	https://gife.org.br/gife-promove-curso-sobre-o-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil/	6
Transparência	19/09/2016	‘Sociedade civil digital’ exige nova governança e transparência no uso e disseminação de dados	https://gife.org.br/sociedade-civil-digital-exige-nova-governanca-e-transparencia-no-uso-e-disseminacao-de-dados/	9
MROSC	26/10/2016	Participe do nosso próximo debate online:	https://gife.org.br/participe-do-debate-online-mrosc/	7
MROSC	07/11/2016	Participação social e as mudanças nos processos avaliados trazidos pelo MROSC	https://gife.org.br/participacao-social-e-as-mudancas-nos-processos-avaliados-trazidos-pelo-mrosc/	8
R S E	21/11/2016	Participação social na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	https://gife.org.br/comissao-nacional-ods/	4
R S E	01/02/2017	II Fórum de Sustentabilidade apresenta projetos em sinergia com os ODS	https://gife.org.br/ii-forum-de-sustentabilidade-apresenta-projetos-em-sinergia-com-os-ods-2/	5
MROSC	20/02/2017	Municípios brasileiros enfrentam o desafio da implementação do MROSC	https://gife.org.br/municipios-brasileiros-enfrentam-o-desafio-da-implementacao-do-mrosc/	9
Transparência	01/03/2017	Tendências em Governança e Transparência no ISP	https://gife.org.br/gife-novas-parcerias-para-fortalecer-a-sustentabilidade-economica-das-oscsc-no-pais/	10
R S E	01/03/2017	II Fórum de Sustentabilidade apresenta projetos em sinergia com os ODS	https://gife.org.br/ii-forum-de-sustentabilidade-apresenta-projetos-em-sinergia-com-os-ods-2/	6

Transparência	06/03/2017	GIFE debate advocacy e transparência em fórum internacional de investimento social privado	https://gife.org.br/gife-debate-advocacy-e-transparencia-em-forum-internacional-isp/	11
R S E	13/3/2017	Série de eventos “O Futuro das Cidades” discute temáticas relacionadas aos ODS	https://gife.org.br/serie-de-eventos-o-futuro-das-cidades-discute-tematicas-relacionadas-aos-ods/	7
R S E	24/04/2017	Estudo aponta como integrar os ODS na estratégia empresarial	https://gife.org.br/estudo-aponta-como-integrar-os-ods-na-estrategia-empresarial/	8
R S E	5/6/2017	Evento discute como os ODS podem orientar estratégias do Investimento Social Privado	https://gife.org.br/evento-discute-como-os-ods-podem-orientar-estrategias-do-investimento-social-privado/	9
Transparência	12/06/2017	Organizações debatem e apresentam propostas para transparência nas relações intersetoriais	https://gife.org.br/organizacoes-debatem-e-apresentam-propostas-para-transparencia-nas-relacoes-intersetoriais/	12
Transparência	24/07/2017	GIFE lança primeiro informe sobre Painel de Transparência	https://gife.org.br/gife-lanca-primeiro-informe-sobre-painel-de-transparencia/	13
MROSC	21/09/2017	Sociedade civil e poder público enfrentam o desafio da implementação do MROSC nos estados	https://gife.org.br/sociedade-civil-e-poder-publico-enfrentam-o-desafio-da-implementacao-do-mrosc-nos-estados/	10
MROSC	21/09/2017	Abong e Defensoria Pública do RJ promovem curso sobre implementação do MROSC	https://gife.org.br/abong-e-defensoria-publica-do-rj-promovem-curso-sobre-implementacao-do-mrosc/	11
MROSC	23/10/2017	Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil promove encontro nacional	https://gife.org.br/plataforma-por-um-novo-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-promove-encontro-nacional/	12
MROSC	24/10/2017	FGV Direito promove seminário de pesquisa sobre implementação do MROSC	https://gife.org.br/fgv-direito-promove-seminario-de-pesquisa-sobre-implementacao-do-mrosc/	13
MROSC	09/11/2017	Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil debate desafios e futuro	https://gife.org.br/plataforma-por-um-novo-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-debate-desafios-e-futuro/	14
Transparência	27/11/2017	População pode contribuir na elaboração de plano contra corrupção	https://gife.org.br/populacao-pode-contribuir-na-elaboracao-de-plano-contracorrupcao/	14

MROSC	8/12/2017	Instituto Legislativo Brasileiro promove curso online gratuito sobre MROSC	https://gife.org.br/ilb-promove-curso-online-gratuito-sobre-mrosc/	15
MROSC	08/12/2017	Abong lança guia de orientações sobre MROSC para gestores públicos	https://gife.org.br/abong-lanca-guia-de-orientacoes-sobre-mrosc-para-gestores-publicos/	16
MROSC	11/12/2017	Guia orienta gestores públicos sobre MROSC	https://gife.org.br/guia-orienta-gestores-publicos-sobre-mrosc/	17
MROSC	19/12/2017	Instituto Legislativo Brasileiro promove curso online gratuito sobre MROSC	https://gife.org.br/ilb-promove-curso-online-gratuito-sobre-mrosc/	18
R S E	08/01/2018	Plataforma de Filantropia no Brasil lança relatório sobre os ODS na agenda de desenvolvimento global	https://gife.org.br/plataforma-de-filantropia-no-brasil-lanca-relatorio-sobre-os-ods/	10
Transparência	02/02/2018	Uso de ferramentas online pode potencializar doações se for pautado pela transparência	https://gife.org.br/uso-de-ferramentas-online-pode-potencializar-doacoes-se-for-pautado-pela-transparencia/	15
MROSC	31/03/2018	Escola Superior de Advocacia da OAB SP abre curso sobre MROSC	https://gife.org.br/escola-superior-de-advocacia-da-oab-sp-abre-curso-sobre-mrosc/	19
MROSC	<u>01/04/2018</u>	MROSC é tema de debate no Fórum Social Mundial 2018	https://gife.org.br/mrosc-e-tema-de-debate-no-forum-social-mundial-2018/	20
Transparência	09/04/2018	Temas como fortalecimento da democracia, corrupção, gênero e raça permeiam toda a programação do Congresso GIFE	https://gife.org.br/fortalecimento-da-democracia-corrupcao-genero-e-raca-permeiam-toda-a-programacao-do-congresso-gife/	16
Transparência	14/05/2018	Governança e transparência marcam 4º Encontro da Rede de Investidores Sociais do Interior Paulista	https://gife.org.br/governanca-e-transparencia-marcam-4o-encontro-da-rede-de-investidores-sociais-do-interior-paulista/	17
MROSC	11/07/2018	Governança e escassez de recursos são desafios à implementação do MROSC	https://gife.org.br/governanca-e-escassez-de-recursos-sao-desafios-a-implementacao-do-mrosc/	21
MROSC	11/07/2018	Governança e escassez de recursos são desafios à implementação do MROSC	https://gife.org.br/governanca-e-escassez-de-recursos-sao-desafios-a-implementacao-do-mrosc/	22
R S E	20/08/2018	Evento da ONU discute papel do setor privado brasileiro na	https://gife.org.br/evento-da-onu-discute-papel-do-setor-privado-na-implementacao-dos-ods/	11

		implementação dos ODS		
R S E	10/09/2018	Portal Integri busca despertar responsabilidade social e contribuir para o voluntariado no Brasil	https://gife.org.br/portal-integri-desperta-responsabilidade-social-e-voluntariado/	12
ETHOS				
AGENDA	DATA	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	LINK	Qtde
MROSC	10/06/2005	Cooperação entre governo, empresas e sociedade civil é fundamental para o desenvolvimento sustentável.	https://ethos.org.br/ci_2005/	1
RSE	15/07/2009	Práticas e Perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil 2008 - Sumário da...	https://www3.ethos.org.br/cedoc/praticas-e-perspectivas-da-responsabilidade-social-empresarial-no-brasil-2008-julho-2009-sumario-da-pesquisa-relatorio-publicado/#.W5mK9DIKjIU	1
RSE	26/07/2012	Indicadores Ethos-Sebrae de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas	https://www3.ethos.org.br/cedoc/indicadores-ethos-sebrae-versao-2012/#.W517KjIKjIU	2
MROSC	17/12/2012	O marco regulatório da sociedade civil	https://www3.ethos.org.br/cedoc/o-marco-regulatorio-da-sociedade-civil/#.W514MTIKjIU	2
Transparência	26/02/2013	As empresas e o combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/as-empresas-e-o-combate-a-corrupcao/#.W5kObzIKjIU	1
Transparência	19/03/2014	O papel das empresas brasileiras no combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/o-papel-das-empresas-brasileiras-no-combate-a-corrupcao/#.W5kNLzIKjIU	2
RSE	06/05/2014	CMN edita normas sobre política de responsabilidade socioambiental para instituições financeiras	https://www3.ethos.org.br/cedoc/cmn-edita-normas-sobre-politica-de-responsabilidade-socioambiental-para-instituicoes-financeiras/#.W5jvRDIKjIU	3
Transparência	21/05/2014	São Paulo é a terceira cidade do país a regulamentar a Lei Anticorrupção Empresarial	https://www3.ethos.org.br/cedoc/15912/#.W5j4djkIKjIU	3
Transparência	28/05/2015	Corrupção na Fifa	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_corrupcao-na-fifa/#.W6DQVPIKjIU	4
Transparência	12/06/2015	Acordo setorial: uma ferramenta para o combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_acordo-setorial-uma-ferramenta-para-o-combate-a-corrupcao/#.W6DSOPIKjIU	5

Transparência	01/07/2015	Combate à corrupção está na agenda entre governo federal e terceiro setor	https://www3.ethos.org.br/cedoc/combate-a-corrupcao-e-tema-de-agenda-entre-governo-federal-e-terceiro-setor/#.W6DUWvIKjIU	6
Transparência	07/07/2015	Compliance: o compromisso social com o combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/compliance-o-compromisso-social-com-o-combate-a-corrupcao/#.W6DUzPIKjIU	7
RSE	06/08/2015	Os ODS são finalmente definidos	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-agenda-global_os-ods-sao-finalmente-definidos/#.W6DW5fIKjIU	4
RSE	28/08/2015	Pnud lança vídeo que explica os ODS	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-agenda-global_pnud-lanca-video-que-explica-os-ods/#.W6DYZPIKjIU	5
Transparência	01/09/2015	O papel das empresas no combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/conferencia-ethos-360_o-papel-das-empresas-no-combate-a-corrupcao/#.W5jsaDIKjIU	8
RSE	10/09/2015	Lançamento da Estratégia ODS reuniu jornalistas em São Paulo	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-agenda-global_lancamento-da-estrategia-ods-reuniu-jornalistas-em-sao-paulo/#.W6DZzPIKjIU	6
Transparência	22/09/2015	Em sua abertura, conferência destaca combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/conferencia-ethos-360_conferencia-destaca-combate-a-corrupcao-em-sua-abertura-2/#.W6Da8vIKjIU	9
Transparência	29/09/2015	O Brasil dará um passo para trás em seus esforços anticorrupção?	https://www3.ethos.org.br/cedoc/o-brasil-dara-um-passo-para-tras-em-seus-esforcos-anticorrupcao/#.W5jD6kNKjIU	10
Transparência	29/09/2015	CGU lança guia para auxiliar empresas no combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_cgu-lanca-guia-para-auxiliar-empresas-no-combate-a-corrupcao/#.W5jEI0NKjIU	11
RSE	02/10/2015	Ethos participa de reunião da ONU sobre transição dos ODM para os ODS	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-agenda-global_ethos-participa-de-reuniao-da-onu-sobre-transicao-dos-odm-para-os-ods/	7
Transparência	16/11/2015	O compromisso das empresas com o combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_o-compromisso-das-empresas-com-o-combate-a-corrupcao/#.W5jF-kNKjIU	12
Transparência	04/02/2016	Ethos sugere emenda à medida provisória que altera a Lei Anticorrupção	https://empresalimpa.ethos.org.br/index.php/noticias/ethos-sugere-emendas-a-medida-provisoria-que-altera-a-lei-anticorrupcao	13
Transparência	29/02/2016	Transparência Internacional lança relatório global sobre corrupção no esporte	https://www3.ethos.org.br/cedoc/29500/#.W5jIMUNKjIU	14
Transparência	28/03/2016	Um caminho para as empresas no combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_um-caminho-para-as-empresas-no-combate-corrupcao/#.W5jJ1ENKjIU	15
Transparência	13/04/2016	Cronologia: A luta contra a corrupção nos últimos 18 anos	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_as-vitorias-da-luta-contra-corrupcao-nos-ultimos-18-anos/#.W5jKqkNKjIU	16
Transparência	02/06/2016	Frente pelo Controle e contra a Corrupção divulga manifesto assinado por 126 organizações	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_frente-pelo-controle-e-contra-corrupcao-divulga-manifesto-assinado-por-126-organizacoes/#.W5jN00NKjIU	17
Transparência	24/06/2016	IV Seminário sobre corrupção reúne	https://www3.ethos.org.br/cedoc/iv-seminario-sobre-corrupcao-reune-academia-e-sociedade-civil/#.W5jOtkNKjIU	18

		academia e sociedade civil em Franca		
Transparência	12/07/2016	Estudo mostra os pontos fortes e as vulnerabilidades do combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-integridade_estudo-mostra-os-pontos-fortes-e-as-vulnerabilidades-do-combate-corrupcao-no-brasil/#.W5jPAkNKjIU	19
Transparência	12/08/2016	Parceria entre Ethos e Compliance Total traz iniciativa com foco no combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/parceria-entre-ethos-e-compliance-total-traz-iniciativa-com-foco-no-combate-corrupcao/#.W5jQh0NKjIU	20
Transparência	13/12/2016	Invepar assina Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/invepar-assina-pacto-empresarial-pela-integridade-e-contra-corrupcao/#.W5jVvjlKjIU	21
Transparência	16/12/2016	Pacto Global lança publicação para auxiliar no combate á corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/pacto-global-lanca-publicacao-para-auxiliar-no-combate-corrupcao/#.W5jVqjlKjIU	22
Transparência	16/12/2016	Ethos pede a senadores que discutam a aprovação das medidas anticorrupção com a sociedade	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-pede-senadores-que-discutam-aprovacao-das-medidas-anticorrupcao-com-sociedade/#.W5jVzZlKjIU	23
Transparência	26/04/2017	Encontro do Ethos discute regulamentações de prevenção e combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/encontro-ethos-discute-regulamentacoes-de-prevencao-e-combate-corrupcao/#.W5jbTTlKjIU	24
Transparência	08/06/2017	IV Encontro do MP e movimentos sociais debate o combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/iv-encontro-do-mp-e-movimentos-sociais-debate-o-combate-corrupcao/#.W5jdMDlKjIU	25
Transparência	20/06/2017	Boas práticas de ações coletivas em anticorrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/boas-praticas-de-acoes-coletivas-em-anticorrupcao/#.W5jdXjlKjIU	26
Transparência	01/11/2017	Chamada pública para o Plano Nacional de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/chamada-publica-para-contribuicoes-ao-plano-nacional-de-integridade-transparencia-e-combate-corrupcao/#.W5jgkzlkjIU	27
Transparência	04/12/2017	"10 medidas contra corrupção" completa um ano sem viabilizar grandes mudanças	https://www3.ethos.org.br/cedoc/10-medidas-contra-corrupcao-completa-um-ano-sem-viabilizar-grandes-mudancas-no-combate-corrupcao/	28
Transparência	22/02/2018	Brasil piora no ranking de corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/brasil-piora-no-ranking-de-corrupcao/#.W5edM0NKjIU	29
MROSC	16/04/2018	Organizações da sociedade civil propõem um Pacto pela Democracia	https://www3.ethos.org.br/cedoc/organizacoes-da-sociedade-civil-propoem-um-pacto-pela-democracia/	3
RSE	17/05/2018	A responsabilidade do setor privado quanto a saúde sexual e reprodução no Brasil	https://www3.ethos.org.br/cedoc/a-responsabilidade-do-setor-privado-quanto-a-saude-sexual-e-reprodutiva-no-brasil/#.W5e9YENKjIU	8
Transparência	06/06/2018	Ethos se reúne a coalizão de entidade em em campanha	https://www3.ethos.org.br/cedoc/ethos-se-une-a-coalizao-de-entidades-em-campanha-nacional-anticorrupcao/#.W5fBUENKjIU	30

		nacional anticorrupção		
RSE	11/07/2018	Executivos compartilham aprendizados na área de responsabilidade social empresarial	https://www3.ethos.org.br/cedoc/executivos-compartilham-aprendizados-de-suas-caminhadas-na-area-de-responsabilidade-social-empresarial/#.W5fbckNKjIU	9
Transparência	27/07/2018	Caio Magri anuncia movimento empresarial de combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/caio-magri-anuncia-movimento-empresarial-de-combate-a-corrupcao/#.W5ffL0NKjIU	31
Transparência	02/08/2018	Instituto Ethos celebra a publicação da Lei Anticorrupção Empresarial	https://jogoslimpos.ethos.org.br/destaques/instituto-ethos-celebra-publicacao-da-lei-anticorrupcao-empresarial/	32
Transparência	13/08/2018	A importância dos movimentos empresariais no combate a corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/a-importancia-dos-movimentos-empresariais-no-combate-a-corrupcao/#.W5fip0NKjIU	33
Transparência	24/08/2018	A eleição para o Congresso e o combate à corrupção	https://www3.ethos.org.br/cedoc/a-eleicao-para-o-congresso-e-o-combate-a-corrupcao/	34
Transparência	03/09/2018	Frente à corrupção, como ser protagonista da mudança?	https://www3.ethos.org.br/cedoc/frente-a-corrupcao-como-ser-protagonista-da-mudanca/#.W5bKa0NKjIU	35

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. (2004). Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 16. N.2, nov. 2004, pp. 1-19.

ABONG. Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática. Julho, 2007.

ABONG. (2014). Entenda o PL 7.168/2014 de A a Z. Organização em defesa dos direitos e bens comuns. Recuperado em 20 maio, 2015, de www.abong.org.br/noticias.php?id=7429.

ALIANÇA CAPOAVA. Alianças e parcerias: mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

ALMEIDA, Érica T. Vieira de. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “Terceiro Setor”. *Serviço Social & Sociedade*. ano XXV, n. 80, nov 2004, p. 94-110.

ALMOND, Gabriel Abraham; SIDNEY, Verba. Diez textos básicos de ciência política. *Ariel Ciência Política*. (Original *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, N. J. Princeton University Press), 1963.

ALMOND, Gabriel Abraham; SIDNEY, Verba. (orgs.). (1980), *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little Brown.

ALVES, Jose Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. *Revista bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.587-598, set./dez. 2015.

ALVES, Mario Aquino. O Conceito de Sociedade Civil: em busca de uma repolitização. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 11, pp. 141-154, 2004.

ALVES, Mario Aquino Terceiro Setor: as Origens do Conceito. In: *Anais do XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*. Salvador: ANPAD 2002, pp. 1-15.

ALVES, Mario Aquino Terceiro Setor: o dialogismo polêmico. Dissertação de Doutorado em Administração de Empresas. São Paulo: FGV/EAESP, 2002.

ALVES, Mario Aquino; KOGA, N. M. Brazilian Nonprofit Organizations and the New Legal Framework: na Institutional Perspective. In: *Brazilian Administration Review*, v.3, n.2., p.68-83, jul/dez., 2006.

ANDION, Carolina. Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. 2007. 427 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ANDION, Carolina; RONCONI, Luciana; MORAES, Rubens Lima; GONSALVES, Aghata Karoliny Ribeiro; SERAFIM, Lilian Brum Duarte. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 51(3):369-387, maio - jun. 2017.

ARATO, Andrew. COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: *Sociedade Civil e democratização*, Leonardo Avritzer (Org.). Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994. Pág. 164.

ARMANI, D. OSCs no Brasil: a relevância dos atores. In: ARMANDI, D. *Organizações da sociedade civil: protagonismo e sustentabilidade*. Recife/Barueri: Instituto C&A, 2013.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1981.

ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hanna. *Crises da República*. Tradução Jose Volkmann. São Paulo. Perspectiva, 1999.

ARMANI, D. OSCs no Brasil: a relevância dos atores. In: ARMANI, D. *Organizações da sociedade civil: protagonismo e sustentabilidade*. Recife/Barueri: Instituto C&A, 2013.

AUSTIN, James E. *The Collaboration Challenge: How Nonprofits and Businesses Succeed Through Strategic Alliances*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 2000.

AUSTIN, James E. *Parcerias: Fundamentos e benefícios para o terceiro setor*. São Paulo: Editora Futura, 2001.

AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade Civil: além da dicotomia Estado-Mercado*. In: *Sociedade Civil e democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo (org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte, Del Rey. 1994.

AVRITZER, L. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. (coord.) *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte - MG, 1994. (p.269-308).

AVRITZER, L. 1996. A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Editora da UFMG.

AVRITZER, L 1997. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, 39, pp. 149-174.

AVRITZER, L 2000. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In L. Avritzer; J.M. Domingues, eds. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

AVRITZER, L 2002. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol. 50, no3, 2007.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. *Teoria & Sociedade*, número especial "Instituições híbridas e participação no Brasil e na França". Belo Horizonte, Mar. 2005.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D. 2000. *Democracia, Gestão Urbana e Instituições Híbridas*. Contrato Capes/Cofecub. Belo Horizonte.

AVRITZER, L; SANTOS, B. S. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BALLESTRIN, Alessandra. *A corrupção e o roubo da cidadania brasileira*. Resenha Crítica de. [Céli Regina Jardim Pinto. *A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte, editora UFMG, 2011] Rev. Brasileira Ciências Sociais. vol.27 no.80 São Paulo Oct. 2012.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013.

BALLESTRIN, Luciana; LOSEKANN, Cristiana. *A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do sul Global*. Colombia Internacional 78, mayo a agosto de 2013.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. (a partir do francês) Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARBOSA, Sandra. *Direito a informação e controle social da atividade econômica*. Revista Direito Administrativo. Rio de Janeiro (RJ). Jul/Set. 2001.

BASÍLIO, Marcio Pereira. *Tempos Líquidos*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 438-449.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D. & MEAD, M. The Case Research Strategy in Studies of Information Systems, MIS Quarterly, vol. 11, n. 3, 1987, p. 369-387.
- BERNAM, Marshall. 1940. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade / Marshall Bernam; [tradução Carlos Felipe Moises, Ana Maria L. Ioiriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, João Paulo; BITTENCOURT, Ana Lúcia; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. Alianças Intersetoriais: Potencialidades e Desafios nas Relações entre Organizações do Terceiro Setor e o Poder Público. XV SEMEAD. Outubro. 2012.
- BORGES, João José de Santana. Árvores e Budas: alternativas no misticismo ecológico e suas teias políticas (tese). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Salvador, 2011.
- BRANCO, Judikael Castelo; ROCHA, Lara França da. A dimensão política da linguagem na perspectiva de Hannah Arendt. Griot : Revista de Filosofia, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.218-239, junho/2018.
- BOBBIO, Norberto. Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- BOLTANSKI, Luk; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luk; THÉVENOT, Laurent. On justification: economies of worth. Nova Jersey: Princeton, 2006. BOLTANSKI, Luk; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. European Journal of Social Theory, v. 2, n. 3, p. 359-377, ago. 1999.
- BOSCHI, R.R.; DINIZ, E. Empresários e constituinte: continuidade e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Org.). Continuidade e mudança no Brasil na Nova República. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), "Le capital social: notes provisoires". In Actes de la recherche en sciences sociales, volume 31, pp. 2-3.
- BOURDIEU, Pierre. (org.) La misère du monde, Paris: Seuil, 1993, p. 631, 628.
- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <www.mj.gov.br/snj/OSCsip/legislacao/lei9790_99.pdf>. Acesso em: quatro de junho de 2011.

BRASIL. Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil brasileiro. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: quatro de junho de 2011.

BRASIL. Relatório CPI das ONGs. República Federativa do Brasil – Congresso Nacional Comissão Parlamentar de Inquérito “Das ONGs”. Brasília. Outubro. 2010.

BRASIL. Pesquisa sobre organizações da sociedade civil e suas parcerias com o Governo Federal. Resumo Executivo. FGV: Dez, 2014.

BRASIL. Catalogo Nacional de Pesquisas sobre as organizações da sociedade civil. Governo Federal: 2014.

BRASIL. SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Participação social no Brasil: *entre conquistas e desafios*. Brasília, 2014.

BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.

BRASIL. Desenvolvimento de instrumentais jurídicos e de conhecimento relacionados à implementação da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, de forma a subsidiar a estruturação de uma política pública de fomento às organizações da sociedade civil, nos termos da Lei n. 13.019/2014.

BRASIL. Decreto federal n. 8.726, de 27 de abril de 2016 (2016). Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8726.htm

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV-XVII siècle*, 3 vol. (1. Les structures du quotidien, 2. Les jeux de l'échange, 3. Le temps du monde), Paris: Annand Colin. [Trad. bras., *Civilização material, economia e capitalismo*, vol. 3, São Paulo: Martins Fontes, 1996], 1979.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Uma resposta aos desafios do capitalismo global e da democracia. *Balço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública*, Brasília, 6 a 8 de agosto de 2002. – Coleção Gestão Pública, volume 2. Brasília: MP, SEGES, 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. *Entre el estado y el mercado: lo público no-estatal*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. Lo público no-estatal en la reforma del Estado. Buenos Aires: Paidós, 1998.

BURAWOY, Michael. The Extended Case Method. *Sociological Theory*, Vol. 16, No. 1. pp. 4-33. Mar., 1998.

BURAWOY, M. (2001), "Manufacturing the Global", en *Ethnography*, vol. 2, Londres/Thousand Oaks, California: Sage.

CALIXTO, Laura. Responsabilidade Social Corporativa no Brasil: Um Estudo Longitudinal. XXXI ANPAD. Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO, R. Estratégias inovadoras de parceria no combate à exclusão social: avaliação, diálogo e perspectivas. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

CARIA, Telmo H.. A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. Departamento de Economia e Sociologia da UTADA. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 55, Novembro 1999, pp. 5.36.

CARVALHO, Cristiano; PEIXOTO, Marcelo Magalhães; BARBIERI, Carla Bertucci. Aspectos jurídicos do terceiro setor. 2 ed., revisada e atualizada. São Paulo: MP. Ed. 2008.

CAVALCANTE, Ronaldo. Mudança social e Reencantamento Religioso no Brasil: avanços e retrocessos na participação social do homo religiosus na sociedade brasileira contemporânea. A questão social no novo milênio. VIII Congresso Luso afro brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Setembro, 2014.

CHATMAN, S. Story and discourse. Ithaca: Cornell University Press, 1978.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CHEIBUB, Zairo & LOCKE, Richard. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In Kirschner, Gomes & Cappellin (orgs.). *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (1999) *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: University Press.

CNISP. CONGRESSO NACIONAL SOBRE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: desafios e perspectivas para o desenvolvimento brasileiro, 1., 2000, São Paulo. [Anais eletrônicos]... São Paulo: GIFE, 2001.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge: The MIT Prsss, 1992.

CONNELL, Raewyn (2007). *Southern theory*. Cambridge: Polity Press.

CONNELL, Raewyn (2012). "A iminente revolução na teoria social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 80, p. 9-20.

CORREA, Angela M. S. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 10, Dezembro 2011.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

COSTA, Sérgio. *Democracia Cosmopolita: Déficits Conceituais e Equívocos Políticos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2003.

COSTA, Carlos Eduardo Batista. *As Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) nas políticas públicas do governo de Minas Gerais*. Pós-graduação Ciências Sociais. PUC Minas. Novembro de 2014.

CUNILL GRAU, Nuria. *A rearticulação das relações Estado-sociedade: em busca denovaos significados*. *Revista do Serviço Público*. Ano 47. Volume, 120, numero 01. Jan-Abr.1996.

CUNILL GRAU, Nuria. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília, DF; ENAP, dezembro, 1998.

DAGNINO, Evelina (2000). *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*. Em Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras*, pp.61.102.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* Em Daniel Mato (coord.), *Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidade Central da Venezuela, pp.95-110, 2004.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: 3ª edição. Editora FGV, 2001.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. *The new public service: serving rather than steering*. New York: M. E. Sharpe, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Dissemination*. Trad. Barbara Johnson. Chicago:University of Chicago Press, 1981.

DERRIDA, J. *A diferença*. In: *Margens da filosofia*. Tradução Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Revisão técnica Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Acts of Literature*. Ed. Derek Attridge. New York:Routledge, 1992.

DE SOUSA, B. (2003), *Crítica de la Razón Indolente*, Bilbao: Editorial Descleé de Brouwer.

DUARTE, Francisco Carlos; NACLE, Isabella Cristina Costa. *Subsidiariedade: a evolução do princípio constitucional limitador da interferência estatal*. *Seqüência (Florianópolis)*, n. 68, p. 91-107, jun. 2014.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M; GUESPIN, L; MARCELLES, e MEVEL. J. P. *Dicionário de linguística*. São Paulo. Cultrix, 1995.

DURSTON, John. (2003), Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In ATRIA, Raúl et alii. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma. CEPAL, Michigan State University.

DUSSEL, Enrique (2000). “Europa, modernidad y eurocentrismo”, em LANDER, Edgardo (coord.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.

DUSSEL, Henrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

ELLIS, C. y Bochner, A. (eds.) (1996), *Composing Ethnography: Alternative Forms of Qualitative Writing*, Walnut Creek, California: Altamira Press.

ENRIQUEZ, Eugène. A organização em análise. Vozes, Petrópolis. 1997.

ENZO BELLO, Eduardo Manuel Val. O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano [recurso eletrônico] / organizadores Eduardo Manuel Val, Enzo Bello. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2014.

FAIRCLOUGH, N. Discourse and social change. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N.. Language, ideology and power. In: FAIRCLOUGH, N. L. Critical discourse analysis: the critical study of language. Edinburg: Pearson, 1995.

FAIRCLOUGH, N. Critical Discourse Analysis. London. Sage Pub. 1995.

FAIRCLOUGH, N. Technologisation of discourse. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Eds.). Texts and practices: readings in Critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996. p. 71-83.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Trad. Coord. Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

FARIA, Alexandre; SAUERBRON, Fernanda Filgueiras. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. RAP — RIO DE JANEIRO 42(1):07-33, JAN./FEV. 2008

FEITOSA, Maria Luíza P. A. Mayer. Paradigmas inconclusos: os contratos entre a autonomia privada, a regulação estatal e a globalização dos mercados. Coimbra: Coimbra, 2007. p. 130/131.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. Estado e Setor Público Não Estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. In ANAIS do II CONGRESSO INTERAMERICANO DO CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, Isla de Margarita, outubro 1997.

FERRAREZI, Elisabete. A mudança do marco legal do Terceiro Setor no Brasil. III CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD sobre a reforma do Estado e da Administração Pública: Madri: 14-17 de outubro de 1998.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. OSCSIP – organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9790/99 como alternativa para o Terceiro Setor. Conselho da Comunidade Solidária, Ed. Takno, Brasília, 2000.

FERREIRA, Silva. A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: uma abordagem histórico-conceptual. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março, 2009.

FIORIN, J. L. Linguagem e ideologia. São Paulo: perspectiva, 1991.

FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. J. P. e FIORIN, J. L. Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 1994.

FISCHER, R.M. O desafio da colaboração. São Paulo: Gente. (2002).

FISCHER, R. M. Alianças estratégicas intersetoriais para atuação social. In: Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor. Relatório de pesquisa. São Paulo, 2002.

FISCHER, R. M. Monitoramento de projetos sociais: um desafio para as alianças intersetoriais. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

FISCHER, Rosa Maria. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais Revista de Administração - RAUSP, vol. 40, núm. 1, 2005.

FISCHER, R.M.; FALCONER, A. Desafios da parceria governo e terceiro setor. Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP). São Paulo, v.33, n.1, p.12-19, jan./mar. 1998.

FLAHERTY, M., denzin, n., mAnning, P. y snow, d. (2002), “Review Symposium: Crisis in Representation”, en Journal of Contemporary Ethnography, vol. 31, núm. 4, Thousand Oaks, California: Sage.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. RAE. 61.Universty of California – Berkeley. Abr. Jun. 2007.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. Lua Nova, São Paulo, 71: 11-39, 2007.

FORNO, Lúcio Dall. Um novo espírito, sim! Uma revisão do debate sobre o “espírito do capitalismo”. Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun., 2014.

FRAGOSO, Tiago de Oliveira. Modernidade líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. Revista Perspectivas Sociais. Pelotas, Ano 1, N. 1, p. 109-124, março/2011.

FRANCO, Augusto de. OSCSIP: o primeiro passo de uma reforma social do marco legal do terceiro setor. Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública, Brasília, 6 a 8 de agosto de 2002. – Coleção Gestão Pública, volume 2. Brasília: MP, SEGES, 2002.

FRANCO, Augusto de. Comunidade Solidária um projeto que tem tudo para não ‘dar certo’. São Paulo em Perspectiva, 11(3), 1997.

FOUCAULT, Michel. Os anormais, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. « Inutile se soulever? ». Dits et Écrits III (1976-1979). op.cit., pp.790.

FOUCAULT, Michel. «Foucault étudie la raison d’État». Dits et Écrits III (1976-1979).

FOUCAULT, Michel. «Le souci de la vérité». Dits et Écrits IV (1980-1988). op.cit., p.675.

FOUCAULT, Michel. Subjectivité et Vérité. Cours au Collège de France, 1980-1981. Paris: Archives de la Bibliothèque du Collège de France, 1981.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica do Sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (2ª ed.).

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Le Courage de la Vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France. 1984. Paris: Gallimard, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. Comentários de Frédéric Gros.3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros. Curso dado no Collège de France (1982-1983). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (1ª ed.).

FOUCAULT, Michel. A Coragem da Verdade. O governo de si e dos outros II. Curso dado no Collège de France. (1983-1984). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011 (1ª ed.).

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Org. Nildo Avelino. (2ª ed). São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FURTADO, Rafael Nogueira. Ascese e racionalização: Weber, Foucault e o problema do controle da conduta. PROMETEUS - Ano 6 - Número 11 – Janeiro-Junho/2013.

GAITAN, A. (2000), “Exploring alternative forms of writing ethnography. Review Essay: Carolyn Ellis and Arthur Bochner (eds.) (1996).

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos / tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade / Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. Modernização reflexiva. São Paulo: UNESP, 1997a. p. 219-234.

GIDDENS, A.; LASH, S. (orgs.) *Modernização reflexiva*: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, pp. 11-71.

GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social*: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.

GIDDENS, A; TURNER, J. Introdução. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 7-21.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. (Capítulos II e III). São Paulo: Edições Loyola, 2000b.

GOHN, Maria da Glória. Teoria(s) da ação social na análise dos movimentos sociais. 31 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú/MG. Outubro de 2007.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOLDEN-BIDDLE, K.; LOCKE, K. Appealing Work: An Investigation of How Ethnographic Texts Convince. *Organization Science*, 4, 1993, pp. 595-616.

GOMES, Ana Cristina. Corrupção e Políticas Públicas: a CPI das ONGs. *Revista Jus Populis* - n. 1, v. 1, jan/jun, 2015.

GONÇALVES, Vania Maria Nascimento. Estado, Sociedade Civil e Princípio da subsidiariedade na era da Globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GONÇALVES, Mauricio Bernardino. Boaventura de Souza Santos e a Pós-modernidade de Contestação. *Aurora*, ano V, número 8 – agosto, 2011.

GRAMSCI, Antônio. Os cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. (vol.3); Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, v.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRANT, D.; KEENOY, T.; OSWICK, C. Organizational Discourse – Key Contributions and Challenges. *International Studies of Management and Organization*. (31:3), 2001, pp. 524.

GUERRA, Júnia Fatima do Carmo. A Produção de Conhecimento sobre Gestão Social: Um estudo da relação entre acadêmicos e praticantes. Tese. Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. (2006). Representação, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. *Lua Nova*, no 67, pp. 49-103.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. An introduction to functional grammar. 3rd. Ed. London: Edward Arnold, 2004.

HABERMAS, J. (1983): Modernity: na incomplete project. In. H. Foster (ed.).

HABERMAS, J. (1987): The philosophical discourse of modernity. Oxford.

HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed.Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALAL, W. (1986): The new capitalismo. Nova York.

HARDY. C. Researching Organizational Discourse. *International Studies in Management and Organization*, (31:3), 2001, pp. 25-47.

HARDY, C.; PHILLIPS, N.; CLEGG, S. Reflexivity in organization and management theory: A study of the production of the research ‘subject’. *Human Relations*, (54:5), 2001, pp. 531-560.

HARVEY, d. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. (1996) Justice, Nature and the Geography of Difference . Oxford: Blackwell.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília : Ipea, 2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socioestatais no governo federal. Texto para Discussão nº 1.707, 2012.

JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e intersectorialidade na construção de um novo modelo de gestão. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 2, p. 11-22, mar./abr. 1998c.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M. *Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária*. São Paulo: FUNDAP (mimeo), 1997.

KEANE, John. *A sociedade Civil*. 1. ed. Lisboa: Temas e debates, 2001.

KEANE, John. (2001), *Civil Society: old images, newvisions*. Stanford, Stanford University Press.

KRIEGER, Morgana G. M. Legitimidade das organizações da sociedade civil na região Sul do Brasil: uma análise da percepção dos atores do campo à luz da teoria das grandezas. Dissertação (mestrado) — Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KRIEGER, Morgana G. Martins; ANDION, Carolina. Legitimidade das organizações da sociedade civil. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 48(1):83-110, jan./fev. 2014.

LANDIM, Leilah. Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. In *Série Textos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1993.

LANDIM, Leilah. Brazil. In: Salomon, L. e Anheier, Helmut K (Eds). *Defining the nonprofit Sector – a cross-national analysis*. Johns Hopkins Nonprofit Sector Series 4, Manchester University Press: Manchester and New York, 1997.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: In: HADDAD, S. (org.) *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Petrópolis, pp. 17-50, 2002.

LEAO, Igor Zanoni Constant Carneiro; CASTRO, Demian. Sobre o “Medo Líquido”, de Zygmunt Bauman. *Economia & Tecnologia – Ano 05, Vol. 18 – Julho/Setembro de 2009*.

LEE, A. A scientific methodology for MIS case studies. *MIS Quarterly*, 1989, pp. 33-50.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, p. 49-60, abr./jun. 2007.

LEVÉSQUE, Benoît; BOURQUE, Gilles; FORGUES, Eric. *La nouvelle sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

LEVY, Evelin. O fortalecimento institucional do núcleo estratégico. *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública*, Brasília, 6 a 8 de agosto de 2002. – Coleção Gestão Pública, volume 2. Brasília: MP, SEGES, 2002.

LOPES, L. C. F. et al. As parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil no Brasil: a formação de uma agenda de mudança institucional e regulatória. In: *Novena Conferencia Regional: The International Society for Third Sector Research*. Santiago do Chile. Agosto, 2013.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo (et al). Fomento e Colaboração: uma nova proposta de parceria entre Estado e Organizações da Sociedade Civil. Grupo de Trabalho Interministerial. Secretaria Geral da Presidência da República. 2017.

LOPEZ. Felix Garcia. Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: Ipea, 2018.

LOPEZ, F.; LOPES, L; FEIJOLO, B e SANTANA, D. A interação entre as organizações da sociedade civil e o governo federal: colaboração nas políticas públicas e aperfeiçoamentos regulatórios possíveis. In: MONASTERIO, L; SOARES, S. e NERI, M. (Eds.) Brasil em Desenvolvimento 2014. Brasília: IPEA, 2014.

LOSEKANN, Cristiana. Participação e Autonomia da Sociedade Civil. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR. Belo Horizonte, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelso. — . On the coloniality of being: contributions to the development of a concept”. Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007a.

MALDONADO-TORRES, Nelso. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Traduzido do original “Transdisciplinariedad y decolonialidad”. Tradução de Joaze Bernardino-Costa. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – A Construção da Agenda no Governo Federal – 2011 a 2014, Brasília, 2015.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução. In: Revista Temas de Ciências Humanas. Vol. II. São Paulo, Grijalbo, 1978.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MASAGÃO, V. A luta por um marco regulatório para as organizações da sociedade civil. In: IV Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília. 16-18. Abr., 2013.

MEIRELLES, C. (Org.). (2005). Alianças e parcerias: mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Aliança Capoava.

MELO, Iran Ferreira de. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso. Linha d’Água, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

MELO, Marcus Andre. Governança e reforma do estado: o paradigma agente x principal. Revista do Serviço Público v. 120, jan-abr/1996, pp. 67-82.

MELO, Marcus Andre. Reformas Constitucionais no Brasil: Instituições políticas e processo decisório. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano. A Profissionalização do campo do Desenvolvimento Rural na Região do Sisal. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano de. Parcerias entre Estado e OSCs – desafios na construção de colaborações para implementação da Lei 13.019/2014. ICNL LEEP Fellowship. Dezembro, 2017.

MENDONÇA, Patrícia M. E.; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil. São Paulo: FGV, 2013.

MENDONÇA, Patrícia; FALCÃO, Domenica Silva. Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado? Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 68, Jan./Abr. 2016.

MERCEDES, Blanco. Autoetnografia: uma forma narrativa de generación de conocimiento. Andamios. Volumen 9, número 19, mayoagosto, 2012, pp. 4974.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. O Século XXI: Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MIFANO, G. A crise mundial de confiança nas empresas: uma questão de Responsabilidade Social. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceito_praticas/publicações/Debates/a_crisemundial.ppt>. Acesso em: 28/08/2017.

MIGNOLO, Walter (1998). “Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa.

MIGNOLO, Walter. 2002. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. The South Atlantic Quarterly 101 (1): 57-96.

MIGNOLO, Walter (2007a). La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa.

MORALES, C. A. (1999). Provisão de serviços através de organizações públicas não-estatais: aspectos gerais. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (Orgs). O público não estatal na reforma do Estado. RJ. Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 51-86.

MOTTA, Pedro Mourão Roxo da; BARROS, Nelson Filice de. Resenhas. Book Reviews. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 31(6):1337-1340, jun, 2015.

MYERS, M.D. Investigating information systems with ethnographic research. Communications of AIS, (2:23), 1999, pp. 2-19.

NÁDER, Fernanda Milne- Jones Náder. Manifestações do terceiro espírito do capitalismo? Um estudo de caso em uma grande empresa brasileira/ Fernanda Milne - Jones Náder. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2006.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos / Fernando do Amaral Nogueira. – 2006.

NOGUEIRA, M.A.. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 18, n. 52. junho/2003.

NOGUEIRA, M.A.. Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo, Cortez. 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. Ciências Sociais Unisinos 43(1):46-56, janeiro/abril 2007.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral; ALVES, Mario Aquino. Associações Cívicas Podem Ser Escolas Democráticas? Efeitos de Algumas Características Organizacionais. Administração Pública e Gestão Social, 6(1), jan-mar 2014, 2-10.

NOLETO, M. J. Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática. São Paulo: Global, 2000.

NUNES, Edson. Poder Local, descentralização e democratização: um encontro difícil. São Paulo em Perspectiva, 10(3) 1996.

NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. 4 edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs de democratização? In: HADDAD, S. (org). ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG, Petrópolis, pp. 51-51-62, 2002a.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de (org). Direito do Terceiro Setor. Belo Horizonte. Fórum, 2008.

OLIVEIRA, L. R. et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. Produção, v. 22, n. 1, , jan./fev. 2012.

PEREIRA, J. R. Gestão social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. *Anais do XII Colóquio Internacional sobre Poder Local: desenvolvimento e gestão social de territórios*. Salvador, Bahia, 10 a 12 de dezembro de 2012. *Anais Salvador*: CIAGS/UFBA, 2012.

PÉREZ-DIAZ, V. The possibility of civil society: traditions, character and challenges. In: HALL, J. A. (ed). *Civil Society: theory history comparison*. Cambridge, UK: Polity Press, 1995, pp. 80-109.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Rev. Sociologia Política*, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

PHILLIPS, N.; HARDY, C. *Discourse Analysis – Investigating Processes of Social Construction*. Sage Publications, London, 2002.

PINTO, Celi Regina Jardim. ONGs. In *Corrupção. Ensaios e críticas*. AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

POZZEBON, Marlei; FREITAS, Henrique M. R. de. Pela Aplicabilidade -com um maior Rigor Científico - dos Estudos de Caso em Sistemas de Informação. *RAC*, v.2, n.2, Maio/Ago. 1998: 143-170.

POZZEBON, Marlei; PETRINI, Maira de Cassia (2013). Critérios para Condução e Avaliação de Pesquisas Qualitativas de Natureza Crítico-Interpretativa. In: TAKAHASHI, Adiana Roseli Wünsch. *Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2013.

PREFONTAINE, L.; RICARD, L; SICOTTE, H. ; TURCOTTE, D.; DAWES, S.S. *New Models of Collaboration for Public Service Delivery: worldwide trends*, 2000.

QUIJANO, Aníbal (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

REGULES, Luís Eduardo Patrone. *Terceiro Setor – regime jurídico das OSCIPs*. São Paulo (SP). Editora Método. 2006.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RICHARDSON, I. (2003), “Writing. A Method of Inquiry”, en Denzin, N. y Lincoln, Y. (eds.), *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*, Thousand Oaks, California: Sage.

RICO, E. M. *Filantropia Empresarial e a Gestão de Projetos Sociais*. 2001. 159 p. Tese (Doutorado). Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, 2001.

RODRIGUES-JÚNIOR, Adail Sebastião. Análise crítica do discurso: modismo, teoria ou método? *Critical Discourse Analysis: Fad, Theory or Method?* RBLA, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 99-132, 2009.

RODRIGUES JÚNIOR, A. S. *Abordagens discursivas dos estudos da tradução*. *Revista Polissemia*. nº 06, Porto, p. 38-60, 2006b.

SALGADO, V. A. P. *Paper 83: uma análise crítica dos modelos de parceria entre o poder público e entidade do Terceiro Setor*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), 2013.

SALOMON, L. A emergência do Terceiro Setor: uma revolução associativa global. In: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo: 33(1): 5-11, janeiro-março, 1998.

SALOMON, L.; ANHEIER, H. K. In search of the non-profit sector. The question of definitions. *Voluntas – International Journal of Voluntary and Non-Profit Organisations*, Manchester, Inglaterra, Manchester University Press, v. 13, 2, pp. 125-52, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre a ciência. Porto: Afrontamento. 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto: Afrontamento. 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado e o Direito na Transição Pós-moderna: para um novo senso comum sobre o poder e o direito”. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Travessias. Revista de Ciências Sociais e n.30, Junho, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: Sociedade e Estado em transformação. Bresser-Pereira, Luiz Carlos; WILHEM, Jorge e SOLA, Lourdes (Orgs). Sociedade e estado em Transformação. UNESP/ENAP, 1999.

SANTOS, Boaventura de S.. (2003), *Crítica de la Razón Indolente*, Bilbao: Editorial Descleé de Brouwer.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E apara além de um e de outro. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

SELSKY, J. W.; PARKER, B. Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice. *Journal of Management*, 2005; 31; 849. Disponível em: <<http://jom.sagepub.com/cgi/content/abstract/31/6/849>>. Acesso em 15 dez. 2015.

SELSKY, J. W.; PARKER, B. Foundations of Theory of Organization. *American Sociological Review*, v. 13. N.1, Feb. 1948, pp. 25-35.

SELSKY, J. W.; PARKER, B. Platforms for Cross-Sector Social Partnerships: Prospective Sensemaking Devices for Social Benefit. *Journal of Business Ethics* (2010) 94:21–37. Springer 2011.

SEITANIDI, M. M.: 2006. Partnerships between Nonprofit Organisations and Businesses in the UK. A Critical Examination of Partnerships. PhD Thesis. University of Nottingham, International Centre for Corporate Social Responsibility (ICCSR), Nottingham.

SEITANIDI, M. M: (2006a), Covert Political Conflict in Non-Profits Organisations in the stage of Partnership Selection: Challenges from within. The Case of Earthwatch – Rio Tinto

Partnership, in 10th Annual Conference of the European Business Ethics Network-UK Association (EBEN UK) and 8th Ethics and Human Resource Management Conference, 11th - 12th April 2006, Cambridge, UK.

SEITANIDI, M. M: 2005, 'Corporate Social Responsibility and the Non-Commercial Sector', *New Academy Review*, 3 (4), 60-72.

SEITANIDI, M.M., and RYAN, A.: 2007. Forms of Corporate Community Involvement: From Philanthropy to Partnerships. A Critical Review. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, (in press).

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. *Scientile Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

SILVA, Alexandre de Lima e (org). Estudos sobre o Estado democrático de direito. Belo Horizonte (MG). Letramento: Unibh, 2017.

SMITH, Craig. The New Corporate Philanthropy. *Harvard Business Review*, May-June, 1994.

SOARES, Gianna Maria de Paula. Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa? *Fundação Getúlio Vargas. RAE-eletrônica*, v. 3, n. 2, Art. 23, jul./dez. 2004.

SOARES, Giana Maria de Paula. Fórum Estudos Críticos em Administração. Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa. *RAE- eletrônica - v. 3, n. 2, Art. 23, jul./dez. 2004.*

SOBOTTKA, Emil A. Organizações Civis. Buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Ano 2, n.1, junho, 2002.

SORJ, Bernardo. Sociedades Civis e Relações Norte-Sul: Ongs e dependência. *Biblioteca Virtual Marian e Arthur Edelstein. Working Paper 1, Novembro, 2005.*

SOUZA, Jesse. *Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber*. São Paulo: Annablume, 1997. Selo universidade; 55.

SOUZA, Jesse. *Ralé brasileira: quem é e como vive / Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.*

SOUZA, Jesse. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa. 2015.

SOUZA, Jesse. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Ricardo Tim de. *As fontes do humanismo latino. / Ricardo Timm de Souza. – Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004, v. 2. 329p.*

SWEDBERG, R. Markets as social structures. In: SMELSER, N. J; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. New Jersey: Princeton University Press, 1994. Pp. 255-282.

TENORIO, F. G. Um espectro ronda o Terceiro Setor: o espectro do Mercado. In: II Encontro da Rede Latino-Americana e do Caribe da Sociedade Internacional de Pesquisa do Terceiro Setor. Santiago do Chile, ISTR., 1999. Pp. 1-21.

TENÓRIO, Fernando G. Flexibilização organizacional, mito ou realidade? 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TENORIO, F. G. Tem razão a administração? Ensaio da teoria organizacional e gestão social. Ijuí. Ed. Unijui. 2002.

TENORIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. Desenvolvimento em questão. Editora Unijui. ano 3. n. 5. jan./jun. 2005.

TEODÓSIO, A. S. S. Pensar pelo avesso o terceiro setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. In: STENGEL, M. et al. (Orgs.). Políticas públicas de apoio sociofamiliar: curso de capacitação de conselheiros municipais e tutelares. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

TEODOSIO, A. S. S. O terceiro setor de múltiplos atores e múltiplos interesses: pluralidade ou fragmentação na provisão de políticas públicas? In: Anais do XXV Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Atibaia – SP: ANPAD). 09/2003.

TEODOSIO, A. S. S. Parcerias Tri-setoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2008.

TEODÓSIO, A. S. S. Parcerias Tri-Setoriais em Políticas Sociais: Em Busca de Modelos Explicativos de sua Complexidade na Esfera Pública. XXIII ENANPAD. São Paulo. 2009.

TEODOSIO, A. S. S.; ALVES, M. A. Teoria Crítica e a Desnaturalização do Terceiro Setor: a urgência de novas sínteses. In: Anais do VII Encontro Nacional de estudos organizacionais (ENEO). Porto Alegre: ANPAD, 2006. P.1-17.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; ALVES, M. A.; ARRUDA, M. C. C.. Parcerias Trissetoriais em Políticas Públicas: possibilidades e armadilhas em três experiências brasileiras. In: XXXIV EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 2010, Rio de Janeiro. Resumo dos Trabalhos - XXXIV EnANPAD 2010. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. p. 147-148.

TODOROV, T. Os gêneros do discurso. São Paulo: Martins Fontes. 1969.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. Terceiro Setor e Termos de Parceria: entre a liberdade de escolha da entidade parceira e a necessidade de licitação. João Pessoa, 2009.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Responsabilidade social das organizações: estudo de caso no Banco Central do Brasil. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 1999.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Responsabilidade Social das Empresas sob a óptica do “Novo Espírito do Capitalismo”. In: Anais Eletrônicos do XXVII Encontro Anual da ANPAD, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em Administração. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERNIS, A.; IGLESIAS, M.; SANZ AND; B.; SAZ-CARRANZA. Á. Nonprofit Organizations – challenges and collaboration. Cap. 2-3, p.30-80, 2007.

VIEIRA, L. Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, Priscila Piazzentini, 1981- V673c. A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault / Priscila Piazzentini Vieira. - - Campinas, SP: [s. n.], 2013.

WEBER, Max. Origem do capitalismo moderno. In: TRAGTEMBERG, Mauricio et al. Texto selecionados – Max Weber. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução de Irene Szmerecsányi. São Paulo: Pioneira/UnB, 1981.

WEBER, Max. Sociologia. [Tradução de Amelia Cohn e Gabriel Cohn In: COHN, G. (Org.)] – 2 ed. – São Paulo: Ática, 1982.

WEBER, Max. Economía y sociedade. México: Fondo de Cultura, 1984.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YIN, R.K. (1994). Case study research, design and methods. Sage Publications, CA.